



Ministério do Trabalho e Solidariedade
Direcção Geral da Solidariedade Social
Praia - CP 453 Tel. 260 0 7 11/ 61 12 51 ; Fax: 2618866



Praia - C.P. 116, Tel. 261 38 27 - Fax 261 16 56

«CARTA SOCIAL DE CABO VERDE»

RECENSEAMENTO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS

RELATÓRIO DE ANÁLISE

Praia, Dezembro de 2005

ÍNDICE

	PAGINA
PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	9
CAPITULO I. CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO E METODOLOGIA	11
<i>CONTEXTO</i>	<i>11</i>
<i>METODOLOGIA</i>	<i>13</i>
<i>NOMENCLATURAS E CONCEITOS</i>	<i>16</i>
CAPITULO II. TIPOLOGIA, REPARTIÇÃO ESPACIAL E CARACTERÍSTICAS	23
GERAIS DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS	
<i>QUE TIPO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS EXISTEM EM CABO VERDE</i>	<i>24</i>
<i>ONDE ESTÃO OS EQUIPAMENTOS SOCIAIS</i>	<i>24</i>
<i>QUAL A SITUAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS</i>	<i>27</i>
<i>A QUEM PERTENCEM OS EQUIPAMENTOS SOCIAIS</i>	<i>29</i>
<i>QUEM GERE OS EQUIPAMENTOS SOCIAIS</i>	<i>33</i>
<i>QUEM FINANCIOU A CONSTRUÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS</i>	<i>34</i>
CAPITULO III. VALÊNCIAS	37
<i>VALÊNCIAS POR GRUPO ALVO E TIPO SEGUNDO O CONCELHO</i>	<i>37</i>
<i>QUAL A CAPACIDADE INSTALADA NAS VALÊNCIAS EXISTENTES NOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS</i>	<i>40</i>
<i>CAPACIDADE INSTALADA POR CONCELHO</i>	<i>41</i>
<i>ANO DE INÍCIO DO FUNCIONAMENTO DAS VALÊNCIAS</i>	<i>42</i>
<i>PESSOAL AO SERVIÇO DAS VALÊNCIAS SEGUNDO O SEXO</i>	<i>46</i>
<i>NÍVEL DE INSTRUÇÃO</i>	<i>47</i>
CAPITULO IV. AS RESPOSTAS SOCIAIS EXISTENTES EM CABO VERDE	49
<i>EQUIPAMENTOS SOCIAIS PARA CRIANÇAS E JOVENS</i>	<i>49</i>
<i>CRECHES</i>	<i>50</i>
<i>JARDINS DE INFÂNCIA</i>	<i>57</i>
<i>CENTRO DE RECUPERAÇÃO NUTRICIONAL</i>	<i>85</i>
<i>CENTROS DA JUVENTUDE</i>	<i>86</i>
<i>LAR/RESIDENCIAL DE ESTUDANTES</i>	<i>102</i>
<i>LARES PARA CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO</i>	<i>109</i>
<i>CENTROS DE ACOlhIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO</i>	<i>117</i>
<i>CENTROS DE EMERGÊNCIA INFANTIL</i>	<i>126</i>
<i>CENTRO DE REABILITAÇÃO PARA DEFICIENTES</i>	<i>128</i>
<i>APOIO SOCIO-EDUCATIVO</i>	<i>130</i>
<i>CENTRO DE DIA</i>	<i>131</i>
<i>LAR DE IDOSOS</i>	<i>137</i>
<i>CENTRO SOCIAL/COMUNITÁRIO/MULTIUSO</i>	<i>143</i>
<i>CENTRO DE ACOlhIMENTO/REABILITAÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DE TOXICODEPENDENTES</i>	<i>156</i>
CAPITULO V. SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES	159
<i>5.1 SÍNTESE</i>	<i>159</i>
<i>5.2 RECOMENDAÇÕES</i>	<i>165</i>
ANEXO	167

LISTA DE ABREVIATURAS

Sant	Santo Antão
SV	São Vicente
SN	São Nicolau
SL	Sal
BV	Boa Vista
MA	Maio
ST	Santiago
FG	Fogo
BR	Brava
RG	Ribeira Grande
PL	Paúl
PN	Porto Novo
TR	Tarrafal
SC	Santa Catarina
SCZ	Santa Cruz
PR	Praia
SD	São Domingos
SM	São Miguel
MO	Mosteiros
SFL	São Filipe
FUNC ES	Em Funcionamento como Equipamento Social
FUNC OFIN	Em Funcionamento para outros fins
ONG	Organização não Governamental
FSS	Fundação de Solidariedade Social
AC	Associação Comunitária
OCREL	Organização/Confissão Religiosa
APU	Administração Pública
AUT	Autarquia
OCFL	Outra entidade com fins lucrativas
E. Básico	Ensino Básico
Sec. Inc.	Secundário incompleto
Sec.Comp.	Secundário completo
Lic/Mestrado	Licenseado/Mestrado

PREFÁCIO

Carta Social de Cabo Verde

No quadro do processo global da reforma do Sistema de Protecção Social em Cabo Verde, o Governo, tendo as questões sociais, sempre no centro dos desafios a vencer, decidiu pela criação de um instrumento estratégico de diagnóstico e de planificação, que visa permitir aos poderes públicos a tomada de decisão, particularmente na correcção das assimetrias regionais, assim como uma melhor coordenação e seguimento da intervenção pública e das organizações da sociedade civil no domínio da solidariedade social.

Este instrumento, elaborado sob o título “Carta Social de Cabo Verde”, é essencialmente, um inventário permanente dos equipamentos, serviços e respostas sociais, tanto para os que precisam, como para os que têm a responsabilidade de decidir e ou de operacionalizar respostas sociais.

Uma necessidade, que já se fazia sentir, a Carta Social de Cabo Verde, apresenta-se como um sistema de informação acessível e um contributo progressivo à materialização do modelo de desenvolvimento social proposto pelo Governo, e que se assenta nos princípios de solidariedade e equilíbrio entre as dimensões social e económica.

Nesta óptica, a presente Carta Social contribui para a eficácia do esforço das instituições públicas e da sociedade civil em matéria de solidariedade social, ao mesmo tempo que permite aos parceiros e financiadores melhor avaliarem a eficácia dos recursos que afectam a Cabo Verde, no domínio da solidariedade social.

A Carta Social representa, de facto, um grande esforço que vem sendo feito no país, por diversas entidades públicas e privadas, no desenvolvimento de respostas e serviços sociais destinados a vários grupos da população, crianças, jovens, idosos, portadores de deficiência, famílias e comunidades, sobretudo os que se encontram em situação de maior vulnerabilidade e ou de exclusão social, visando a satisfação das suas necessidades básicas e a melhoria das suas condições de vida.

A actuação de todos os intervenientes tem contribuído significativamente para a implementação das políticas sociais em matéria de protecção social, em particular das medidas de política dirigidas às camadas mais desfavorecidas da população, e consequentemente, para a realização dos direitos sociais, importantes à promoção do desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos cabo-verdianos.

A Carta Social de Cabo Verde, preenche, assim, uma importante lacuna do sistema de solidariedade, na medida em que materializa o direito de todos os cidadãos a disporem de informações e respostas para as suas mais variadas necessidades.

Ainda, enquanto instrumento de medida da cobertura dos equipamentos e serviços sociais, a Carta Social de Cabo Verde, ajuda a melhor compreender o grau de justeza na afectação de recursos à vertente solidariedade, a melhor medida da qualidade das respostas, bem como o conhecimento das diferenças em matéria de cobertura e o estabelecimento de prioridades.

Por tudo isso, a presente edição da Carta Social constitui, de facto, um instrumento valioso, que vai permitir a todos os cidadãos nacionais, investigadores sociais, ONG,s, parceiros de Cabo Verde, o acesso a informações sobre a realidade social, as dinâmicas sociais, a evolução dos fenómenos e problemas sociais, de uma forma mais objectiva, ao mesmo tempo que contribui para melhorar o sistema de planificação nacional no domínio social.

Tendo em conta a importância dos equipamentos sociais, no contexto das políticas sociais, e em particular para as políticas de protecção social, na medida em que, constituem meios de promoção e de prestação de serviços e respostas sociais às populações, sobretudo aos grupos populacionais mais desfavorecidos, ou em situação de risco e vulnerabilidade, apelamos a todos os parceiros do Governo no processo de desenvolvimento, entidades públicas e privadas, e à sociedade civil em geral, para continuarem a investir na expansão da rede de equipamentos sociais, com intervenções cada vez mais, de melhor qualidade, de modo a contribuir, por um lado, à redução da pobreza e da exclusão social, e por outro, à garantia progressiva da equidade, justiça e coesão sociais na sociedade cabo-verdiana.

Considerando as dificuldades em matéria de recursos técnicos, humanos e financeiros, apelamos ainda, para a necessidade do reforço da articulação e coordenação entre todos os parceiros, principalmente, os que intervêm na área da protecção social, o que permitirá um maior impacto das respostas na vida dos beneficiários e também, uma maior racionalização e optimização dos recursos disponíveis.

A Carta Social de Cabo Verde é hoje uma realidade graças ao empenho e à responsabilidade da equipa técnica integrada por técnicos da Direcção Geral da Solidariedade Social, do Instituto Nacional de Estatística e da Direcção de Serviços de Segurança Alimentar, a quem deixamos aqui o nosso apreço e reconhecimento, em nome do Governo de Cabo Verde.

Por fim, gostaríamos, também, de manifestar, o nosso apreço e reconhecimento, a todos os parceiros, nacionais e internacionais, que colaboraram e participaram na elaboração da Carta Social de Cabo Verde, em particular, aos parceiros financiadores, à cooperação portuguesa, através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal, e o Banco Mundial, aos Municípios e ao Citi-Habitat.

Praia, Cabo Verde aos 20 de Dezembro de 2005

Sidónio Fontes Lima Monteiro

Ministro do Trabalho e Solidariedade

INTRODUÇÃO

Cabo Verde dispõe de um sistema de protecção social, que se encontra num processo de profunda reforma. Pretende-se, no quadro desse processo a implementação de um *sistema de informação disponível, acessível e pertinente sobre as intervenções nesse domínio, tanto para os que precisam, como para os que têm a responsabilidade de decidir e ou de operacionalizar respostas sociais.*

Nesse sentido, foi identificado o projecto “Elaboração da Carta Social de Cabo Verde”, que será um inventário permanente dos equipamentos, serviços e respostas sociais, um instrumento de diagnóstico e de apoio à tomada de decisão para os poderes públicos no domínio da solidariedade social, designadamente para a correcção das assimetrias regionais, mas também de controlo da intervenção pública e das organizações da sociedade civil no domínio da solidariedade social.

Cabo Verde precisa de uma Carta Social, enquanto sistema de informação para garantia progressiva da equidade, para a eficácia do esforço das instituições públicas e da sociedade civil em matéria de solidariedade social, mas também para que os parceiros financiadores possam melhor avaliar a eficácia dos recursos afectos ao país no domínio da solidariedade social.

Enquanto instrumento de medida da cobertura dos equipamentos e serviços sociais, a Carta Social, permitirá melhor compreensão do grau de justeza na afectação dos recursos à função solidariedade, melhor medida da qualidade das respostas como também, facultará a medida das diferenças em matéria de cobertura e facilitará o estabelecimento de prioridades.

A eficácia do esforço público no domínio da solidariedade social mede-se, também, pelo nível de utilização dos equipamentos e serviços sociais e pela qualidade das respostas prestadas. A Carta Social disponibiliza informação aos que precisam para que aproveitem das respostas disponíveis.

A Carta Social de Cabo Verde preencherá uma importante lacuna do sistema de solidariedade ao disponibilizar a todos os cidadãos a informação a que têm direito sobre as respostas que encontram disponíveis para as suas necessidades.

Este documento estrutura-se em cinco capítulos:

O primeiro capítulo insere o contexto da Carta Social, assim como as linhas gerais da metodologia adoptada.

No segundo capítulo apresenta-se a repartição espacial e as características gerais dos equipamentos e serviços sociais.

No terceiro capítulo desenvolve-se as características das valências.

No quarto capítulo apresenta-se, em detalhe, os principais serviços sociais prestados em Cabo Verde.

No quinto capítulo faz-se a síntese assim como apresenta-se as recomendações.

Capítulo I. Contexto Sócio-Económico e Metodologia

Contexto

Situado a 455 km do Senegal, Cabo Verde é um pequeno País arquipelágico de 4.033 km² com uma população de cerca de 469.000 habitantes (2004), dos quais as mulheres representam a maioria (52%). Muito embora tenha conseguido progressos visíveis em matéria de desenvolvimento humano, estima-se que, ainda, cerca de 37% da população é pobre, sendo 20% muito pobre. Em 2000, a esperança de vida à nascença era de 75 anos para as mulheres e 67 anos para os homens. Cerca de 40% dos agregados familiares são dirigidos por mulheres. O número médio de filhos por mulher era de 4 filhos.

Em Cabo Verde de cada 100 pessoas, 49 têm menos de 18 anos. Em 2000 foram recenseadas cerca de 61.755 crianças vivendo em agregados não chefiados pelos respectivos progenitores, e cerca de 4.800 crianças que não tinham qualquer relação de parentesco com o chefe do agregado em que viviam. Nesse mesmo ano, cerca de 7.508 crianças trabalhavam.

O Censo 2000 registou 13.948 portadores de deficiência, ou seja 3 de cada 100 cabo-verdianos é portador de alguma deficiência, com maior incidência no meio rural onde residem cerca de 55% destes. A maioria (59%) dos deficientes vive principalmente de providência da família residente em Cabo Verde (52%) ou no estrangeiro (7%), cerca de 24% destes vivem do trabalho e os restantes de outra providência como pensão (10%). A maioria (86%) dos deficientes não têm qualquer nível de instrução (46%) ou tem apenas o nível equivalente ao Ensino Básico Integrado (40%).

A população idosa (60 anos e +) era de cerca de 37.116 habitantes, ou seja, cerca de 9% da população residente, a grande maioria (82%) dos idosos pertence a terceira idade (60-79 anos). De cada 100 idosos 35 trabalham e cerca de 13% destes são portadores de alguma deficiência. Mais preocupante é ainda o facto de que cerca de 8% dos idosos vivem sozinhos ou seja em agregados do tipo unipessoal. Os idosos vivem principalmente da providência de familiares (46%), de pensão (22%) ou do respectivo trabalho (25%). Durante a década de noventa, a população idosa cresceu cerca de 2,6% ano, ou seja acima da média da população residente (2,4%).

Em Cabo Verde, cerca de 40% dos agregados familiares são chefiados por mulheres. Quando, à frente de um agregado se encontra um casal, ou seja, se o chefe vive em união, regra geral é homem. Assim, a mulher chefia um agregado familiar quando ela é solteira, nos casos de ruptura de união, ou seja viuvez, separação ou divórcio, ou então em caso de ausência do marido ou companheiro. Cerca de 17% dos agregados familiares cabo-verdianos são monoparentais nucleares e a grande maioria (91%) é chefiada por mulher, sendo que os agregados conjugais nucleares são, na sua grande maioria, chefiados por homens.

Cabo Verde registou, nos últimos tempos, significativas transformações a vários níveis na estrutura da sociedade, tendo sido colocado no ranking do desenvolvimento no grupo dos países de rendimento médio (PDM), em virtude do crescimento do PIB e de outros indicadores sociais, designadamente os da saúde e da educação.

Entretanto, o país depara-se, ainda, com vários problemas sociais, remontando alguns desde há muito tempo, designadamente a pobreza e o desemprego, que assumem carácter estrutural, e outros mais recentes, como sejam os fenómenos de meninos de e na rua, o tráfico e consumo de droga, entre outros.

Para fazer face a esses problemas regista-se a intervenção de várias organizações públicas e privadas, que desenvolvem programas e projectos no domínio da protecção social.

Com efeito, para além dos organismos públicos várias organizações e associações de solidariedade actuam nas áreas da integração/inserção e desenvolvimento sociais, tendo como grupos alvo as camadas mais desfavorecidas da população afectadas por situações diversas de pobreza, desemprego, doença, disfunções sociais, marginalização e ou exclusão social, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida.

Contudo, constata-se que, nem sempre existe a necessária articulação e coordenação entre esses diferentes intervenientes, com consequência ao nível do real conhecimento das respostas implementadas, do impacto das mesmas na vida dos respectivos beneficiários, assim como ao nível da optimização dos recursos disponíveis.

Assim, e a fim de dotar o país de instrumentos de diagnóstico e de gestão adequados, no domínio da protecção social, por forma a apoiar os decisores na tomada de medidas de políticas sociais adequadas às necessidades das populações, em particular das camadas mais desfavorecidas e em situação de pobreza e ou exclusão social, foi identificado o projecto “Elaboração da Carta Social de Cabo Verde”, um projecto do Ministério do Trabalho e Solidariedade, financiado pelo Governo de Cabo Verde, pela cooperação portuguesa, através do Ministério de Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal, e pelo Banco Mundial.

METODOLOGIA

Para a realização da Carta Social de Cabo Verde foram estabelecidos contactos com as instituições do país com experiência na elaboração das respectivas cartas sectoriais, designadamente, os departamentos da Saúde e da Educação, bem como a consulta de outros documentos similares, concretamente a Carta Social de Portugal incluindo a da região dos Açores, facultados pelo Departamento da Cooperação do Ministério do Trabalho e Solidariedade, um dos principais parceiros deste projecto.

No decurso desta fase preparatória dos trabalhos, os técnicos da DGSS produziram um documento de base, contendo definições dos conceitos e nomenclaturas, relativos aos equipamentos e serviços sociais existentes em Cabo Verde, e que deveriam constar na Carta Social, para serem discutidos e consensualizados entre os diversos actores que intervêm no domínio da protecção social.

Assim, realizou-se um atelier visando a socialização e consensualização desses conceitos e nomenclaturas, tendo participado nesse encontro vários parceiros, organismos públicos e privados, e as organizações e associações da sociedade civil.

Igualmente, foi ministrada uma acção de formação destinada à capacitação dos agentes inquiridores e supervisores de todos os concelhos.

Com base nos subsídios recolhidos nesse *atelier*, a equipa de trabalho, coordenada pela Direcção Geral da Solidariedade Social e integrada por técnicos do Instituto Nacional de Es-

tatística, elaborou os instrumentos técnicos de recolha de dados, os questionários, o manual de terreno e a guia de supervisão.

A aplicabilidade desses instrumentos foi testada, em primeiro lugar, no decurso de uma acção de formação destinada a todos os agentes inquiridores e supervisores, e posteriormente num inquérito piloto realizado nalguns equipamentos sociais existentes no concelho da Praia.

O recenseamento dos equipamentos sociais existentes a nível dos diferentes concelhos processou-se entre o período de 1 de Junho a 1 de Julho de 2004, através de entrevista presencial aos responsáveis dos mesmos.

Esse processo, para além de entrevista, incluiu, também, a observação e o levantamento das coordenadas geográficas desses equipamentos utilizando o instrumento adequado, o GPS (Sistema Global de Posicionamento).

De referir ainda, que, na concepção e montagem do projecto foram definidos o âmbito e o tipo de equipamentos sociais que deveriam ser objecto do recenseamento. Ou seja, ficaram fora do âmbito deste recenseamento, os equipamentos sociais ligados ao ensino, à saúde, às paróquias, ao desporto, designadamente, as escolas, as infra-estruturas de saúde, os centros paroquiais, as placas desportivas, de entre outros.

Igualmente, de mencionar que, para a organização, em particular, para o dimensionamento de recursos, utilizou-se informação pré-disponibilizada pelos Serviços Municipalizados da Promoção Social relativamente aos equipamentos sociais existentes nos respectivos territórios municipais.

De salientar que, no decurso do recenseamento foram encontrados alguns equipamentos que não estavam a funcionar enquanto tais, mas que tinham valências que se integram no âmbito desta operação. Como exemplo, é o caso de centros sociais, que apesar de não funcionarem enquanto tais, mesmo dispondo de outras valências, nomeadamente jardins de infância, centro de juventude, foram registados como centros sociais, portanto classificados como equipamentos sociais (ver nomenclaturas e conceitos).

Também, foram encontradas valências a funcionar, instaladas no interior de instituições que não se enquadram no âmbito deste recenseamento de equipamentos e serviços sociais. A título de exemplo, foram encontrados jardins infantis a funcionar em igrejas e centros paroquiais ou em estabelecimentos de ensino, ou ainda em divisões de residências, entre outras situações.

Face a essas situações, optou-se por efectuar o registo dessas valências considerando-as, porém, como equipamentos.

Outro aspecto a se ter em conta, foi a preocupação em se avaliar a capacidade de oferta em matéria de equipamentos e serviços sociais, bem como as demandas potenciais existentes em cada Concelho. Para isso, recorreu-se a dados demográficos disponibilizados pelo INE.

NOMENCLATURAS E CONCEITOS

1. Equipamentos e serviços sociais

Equipamento social

É considerado Equipamento Social, toda estrutura física onde se desenvolvem uma ou mais respostas sociais ou estão instalados serviços de enquadramento às respostas de natureza residencial, ambulatoria ou mista, que se destinam a diferentes grupos-alvo/utentes. De modo geral, os equipamentos sociais visam a protecção e integração sociais de determinados grupos alvo (crianças, jovens, idosos...).

Exemplo 1. O Centro Social “Nhó Palau da Silva” de Achada Grande Frente é um equipamento social que tem as valências: centro social e centro de acolhimento para crianças e jovens em situação de risco.

Exemplo 2. O Jardim de Infância Pimpão é também uma estrutura física situada no bairro da Achada Santo António, que funciona com uma única valência, a de jardim infantil.

Resposta social

Uma resposta social é um serviço ou actividade, ou acção prestada que concorre para os objectivos da valência. Possui um carácter permanente e específico dirigido a determinado grupo alvo.

Valência

Resposta social desenvolvida dentro ou a partir de um equipamento social. Uma valência pode compreender um conjunto de serviços ou actividades organizados com carácter permanente e estruturado.

Numa valência podemos ter vários serviços: médico, desportivo, lazer, psicossocial, pedagógico etc.

1.1. Equipamentos e serviços para primeira e segunda infância

Creche

Resposta social desenvolvida em equipamento que se destina a acolher crianças até os 3 anos de idade inclusive, com o objectivo de lhes proporcionar condições adequadas ao seu desenvolvimento, durante um período diário correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

Jardim de Infância/ núcleos pré- escolares

Resposta social desenvolvida em equipamento que se destina a acolher, durante o dia ou parte, crianças com idades compreendidas entre os 4 a 6 anos, proporcionando- lhes actividades sócio- educativas que facilitem o seu desenvolvimento global.

Centro de recuperação nutricional

Resposta social desenvolvida em equipamento que se destina a acolher temporariamente crianças dos 0-4 anos de idade com problemas nutricionais a fim de proporcionar- lhes uma alimentação e cuidados adequados, garantindo assim o seu desenvolvimento equilibrado.

1.2. Equipamentos e Serviços para crianças e jovens

Centro de Juventude

Resposta social desenvolvida em equipamento e que se destina a formação, informação e aconselhamento dos jovens sobre as problemáticas com que se deparam, designadamente a saúde reprodutiva, o alcoolismo, o consumo de drogas, entre outras.

Centro Lúdico/Actividades de tempos livres (ATL)

Resposta social desenvolvida em equipamento que se destina a crianças e a jovens, possibilitando- lhes actividades de carácter educativo, social, cultural, recreativo, desportivo, entre outras durante os seus tempos disponíveis das responsabilidades, escolares, de trabalho e outras.

Lar/Residencial de estudante

Equipamento social destinado a acolher estudantes de diferentes níveis de ensino, durante o ano lectivo, oriundas de outros Concelhos/ilhas e ou pertencentes a famílias desfavorecidas.

1. 3. Equipamentos e serviços para Crianças e Jovens em Situação de Risco

Lar para Crianças e Jovens

Resposta social desenvolvida em equipamento que tem por finalidade o acolhimento de crianças e jovens, em regime de internato, proporcionando-lhes condições de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral, e à sua inserção na sociedade.

Centro de Acolhimento

Resposta de carácter sócio- educativo desenvolvida em equipamento que tem por finalidade o acolhimento de crianças e jovens , durante parte ou todo o dia, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral, e à sua inserção na sociedade.

Centro de Emergência Infantil

Resposta social desenvolvida em equipamento destinado ao acolhimento temporário de crianças dos 0-12 anos em situação de alto risco.

1.4. Equipamentos e Serviços de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência

Centro de Reabilitação para Deficientes

Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas portadoras de deficiência, com actividades diferenciadas, nomeadamente assistência médica, apoio em dispositivo de compensação, formação, apoio sócio- educativo, entre outras.

Centro de Terapia Ocupacional

Resposta social desenvolvida em equipamento destinada a jovens e adultos doentes mentais visando estimular e contribuir à sua recuperação e integração social.

Centro Apoio sócio- educativo

Resposta social destinada a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, que não encontram satisfação no ensino formal e que exigem um atendimento educativo específico.

1.5. Equipamentos e Serviços para Idosos

Centro de Convívio

Resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio- recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa dos idosos, funcionando durante uma parte do dia.

Centro de Dia

Resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços(alimentação, assistência médica, de entre outros) que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio- familiar, durante todo o dia.

Lar para Idosos

Estabelecimento em que sejam desenvolvidas actividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando o convívio e proporcionando animação social e ocupação dos tempos livres dos utentes.

1.6. Equipamentos e Serviços para Família e Comunidade

Centro Comunitário/ Centro Social/ Centro multiuso

Estrutura polivalente de vocação social global onde se desenvolvem actividades, com vista à promoção e integração social dos indivíduos, das famílias ou grupos.

1.7. Serviços e Equipamentos para Toxicodependentes

Centro de Acolhimento, Reabilitação e Reinserção Social

Resposta social desenvolvida em equipamento destinada ao tratamento especializado e ou a criação de condições para a reabilitação e a reintegração social dos toxicodependentes.

Outros conceitos

Crianças e Jovens em Situação de Risco são os que se encontram em situação de carência e ou vulnerabilidade pessoal e social.

Situação Jurídica do Equipamento: refere-se ao reconhecimento (de júri ou de facto) da natureza das entidades que intervêm no domínio da protecção social.

Entidade proprietária do equipamento: É a instituição, organização ou pessoa a quem pertence o equipamento, enquanto resposta social.

Entidade Gestora do Equipamento: É a instituição, organização ou pessoa encarregue da organização e funcionamento do equipamento.

Entidade Gestora da valência: É a instituição, organização ou pessoa encarregue de assegurar a organização e funcionamento da valência.

Organização não governamental (ONG)

São associações de natureza privada, sem fins lucrativos, podendo ser confessionais ou laicas, que desenvolvem acções em vários domínios, particularmente as de solidariedade em favor das camadas desfavorecidas da população. O âmbito de intervenção das ONG's pode ser nacional, regional, local ou internacional. Exemplo: A CÁRITAS, a OMCV, entre outras.

Associação Comunitária

Associação Comunitária: é um grupo, constituído por dois ou mais indivíduos que se organiza e realiza acções de carácter económico, social, cultural, entre outros, visando o desenvolvimento de uma determinada comunidade. Exemplo: Associação Comunitária de Vale da Costa no concelho de S. Domingos.

Autarquia Local

São pessoas colectivas públicas territoriais dotadas de órgãos representativos das respectivas populações, que prosseguem interesses próprios destes.

Associação Mutualista

Trata-se de uma associação de natureza privada, sem fins lucrativos, que intervém no domínio da protecção social, prosseguindo fins de auxílio recíproco, no interesse dos seus associados e das suas famílias. Exemplo FAMIPICOS dos Picos (St.^a Catarina).

Serviços de Administração Pública

Constituída pelo conjunto de serviços, com ou sem autonomia administrativa ou financeira, centrais ou descentralizados, sob a direcção superior do Governo. Exemplo: Instituto Cabo-verdiano de Menores(ICM), Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade (ICS), Direcção- Geral da Solidariedade Social (DGSS), ...

Serviços Sociais de Empresa

São respostas sociais dirigidas aos funcionários da empresa e aos familiares dos mesmos.

Outra entidade com fins lucrativos

Pessoa individual ou colectiva que prestam serviços sociais com fins lucrativos.

Global Positioning System (G.P.S.) - é um sistema que permite determinar as coordenadas de um lugar (longitude, latitude e altitude) a partir de dados emitidos por uma constelação de satélites gravitando à volta da Terra.

Altitude - É a altura do lugar de observação relativamente ao nível médio das águas do mar, e é expressa em metros.

Longitude - É o valor do ângulo diedro (ângulo formado por dois planos) compreendido entre o plano do meridiano do lugar relativamente e o plano do meridiano de referência ou de Greenwich. Pode ser expressa em graus Este ou Oeste, conforme estivermos a este ou a oeste de Greenwich, variando de 0 a 180° para a direita ou para a esquerda do meridiano de Greenwich.

Latitude - É o valor do ângulo formado pela vertical do lugar (direcção do fio do prumo) com o plano do Equador. Fala-se de latitude norte ou sul conforme estivermos a norte ou a sul do Equador, variando de 0 a 90° do Equador para o Polo Norte e do Equador para o Polo Sul.

Nível de instrução

Entende-se por nível de instrução o grau máximo concluído ou que tenha frequentado no sistema de ensino onde faz (fez) os seus estudos. Para as pessoas que tenham estudado no estrangeiro, deve-se fazer, em colaboração com o recenseado, a correspondência com o nosso sistema de ensino.

Área de formação

Entende-se por área de formação, a especialidade académica, ou seja o tipo de formação que a pessoa tem. A informação sobre a área de formação é importante para examinar a correspondência entre a oferta e a procura de mão de obra qualificada, assim como de forma detalhada, a oferta de certas especialidades no mercado de trabalho.

Capacidade instalada – Designa o número de utentes para que foi dimensionada determinada valência.

Utentes - Pessoas que no momento do recenseamento dos equipamentos sociais e valências para efeitos da Carta Social estavam a ser atendidos por determinada valência. Essas pessoas se encontravam sujeitas aos riscos sociais, que as diversas valências atendem.

Taxa de utilização – É a relação entre o número de utentes de determinada valência no momento do recenseamento dos equipamentos sociais e valências para efeitos da Carta Social e a capacidade para a qual, a valência foi dimensionada. A taxa de utilização é um indicador da eficácia do investimento, mas também do nível de rendibilidade e informa sobre o nível de adequação da valência em relação à procura.

Procura potencial - Designa a população que pela sua idade, condição social, situação de saúde ou grau de deficiência ou incapacidade é suposta ser atendida, ou seja ser a população alvo de determinada valência.

Nível de cobertura da procura potencial - Designa a relação entre a capacidade instalada e a procura potencial e é um indicador do nível de procura ainda por atender ou então do eventual sobredimensionamento com relação à procura potencial.

Capítulo II. Tipologia, Repartição Espacial e Características Gerais dos Equipamentos e Serviços Sociais

Que tipo de equipamentos e serviços sociais existem em Cabo Verde

Em Junho de 2004 existiam em Cabo Verde, 607 equipamentos sociais, sendo maioritariamente destinados à *primeira e segunda infância* em número de 413, o que corresponde a 68% do total. Os jardins infantis pertencem a este grupo e constituem o tipo de equipamento mais frequente em Cabo Verde, pois pouco mais de dois terços (68%) dos equipamentos sociais são deste tipo (*Quadro 1*). Os equipamentos e serviços sociais para a família e comunidade vem em segunda posição, e compreendem exclusivamente os centros sociais/comunitários/multiuso, com 140 unidades, o que corresponde a cerca de 23% do total dos equipamentos e serviços sociais. Seguem-se os equipamentos para crianças e jovens com 30 unidades, os para crianças e jovens em situação de risco com 11 unidades e os para idosos com 10 unidades (*Quadro 1*).

Quadro 1. Tipologia dos equipamentos sociais segundo o meio de residência

Tipo de equipamento social	Total	%	Meio de residência		Total	Meio de residência (%)	
			Urbano	Rural		Urbano	Rural
Total	607	100	217	390	100	35,7	64,3
Equipamentos e serviços para 1ª e 2ª infância	413	68,0	132	281	100	32,0	68,0
Creche	2	0,3	2	0	100	100	0,0
Jardim de infância	411	67,7	130	281	100	31,6	68,4
Equipamentos e serviços para crianças e jovens	30	4,9	21	9	100	70,0	30,0
Centro de Juventude	19	3,1	11	8	100	57,9	42,1
Centro Lúdico /Actividades Tempos Livres	3	0,5	2	1	100	66,7	33,3
Lar/Residencial de estudante	8	1,3	8	0	100	100	0,0
Equipamentos e serviços p/Crianças e Jovens em Situação de Risco	11	1,8	10	1	100	90,9	9,1
Lar para crianças e jovens	6	1,0	5	1	100	83,3	16,7
Centro de Acolhimento	3	0,5	3	0	100	100	0,0
Centro de emergência infantil	2	0,3	2	0	100	100	0,0
Equipamentos e Serviços Reab Integração Pessoas c/Deficiência	1	0,2	1	0	100	100	0,0
Centro de reabilitação p/ deficientes	1	0,2	1	0	100	100	0,0
Equipamentos e Serviços e para Idosos	10	1,6	8	2	100	80,0	20,0
Centro de dia	4	0,7	3	1	100	75,0	25,0
Lar para idosos	6	1,0	5	1	100	83,3	16,7
Equipamentos e serviços para Família e Comunidade	140	23,1	44	96	100	31,4	68,6
Centros Comunitário/Social/Multi-Use	140	23,1	44	96	100	31,4	68,6
Serviços e Equipamentos para Toxicodependentes	1	0,2	1	0	100	100	0,0
Centro de Acolhimento/Realibitação e Reinserção toxicodependentes	1	0,2	1	0	100	100	0,0
Centro de Terapia Ocupacional	1	0,2	0	1	100	0,0	100

Onde estão os equipamentos sociais

O *Quadro 1* acima informa sobre a distribuição dos equipamentos sociais por meio de residência. Dos 607 equipamentos sociais registados no âmbito da carta social, 390 encontram-se no meio rural, o que corresponde a cerca de 64% do universo. Dito de outro modo, quase dois em cada três equipamentos sociais encontram-se no meio rural, enquanto que a maioria da população de Cabo Verde reside no meio urbano. Esta distribuição deve-se, certamente, ao facto dos jardins de infância serem os mais frequentes, representando cerca de 68% do universo dos equipamentos sociais, e terem maiores dimensões no meio urbano, por causa da concentração populacional, enquanto que no meio rural são de pequeno porte e em maior número sobretudo por causa da dispersão do habitat.

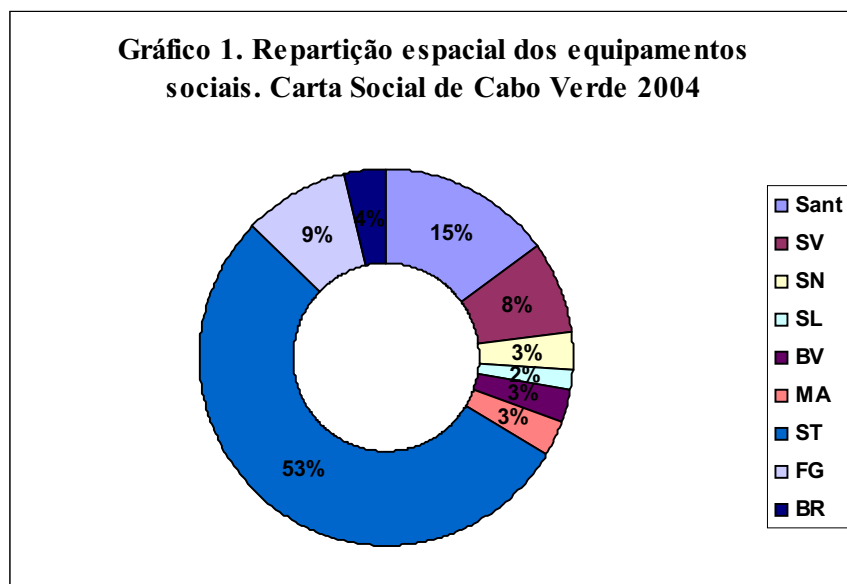
A grande maioria dos jardins de infância e dos centros comunitários/sociais/multiuso existentes em Cabo Verde encontra-se no meio rural (68 e 69% respectivamente), ocorrendo exactamente o contrário com os restantes equipamentos que estão maioritariamente no meio urbano (*Quadro 1*). As creches, os lares/residenciais de estudantes, os centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco, os centros de emergência infantil, o centro de reabilitação para deficientes e o centro de acolhimento e reabilitação e reinserção de toxicodependentes estão exclusivamente no meio urbano.

Assim, enquanto que todos os tipos de equipamentos sociais têm presença no meio urbano, existem no meio rural predominantemente equipamentos para a primeira e segunda infância. (*Quadro 1*).

Como se pode aferir pela leitura do *Quadro 2* e do *Gráfico 1* dos 607 equipamentos sociais, 325 encontram-se na ilha de Santiago, o que corresponde a cerca de 54% do efectivo total. Segue-se-lhe a ilha de Santo Antão com 91 equipamentos, Fogo com 56 e São Vicente com 47 (*Quadro 2*).

Contudo, a análise por tipo de equipamento revela-nos diferenças sensíveis (*Quadro 2*), especialmente no que diz respeito aos principais equipamentos. Primeiramente, importa notar

que Santiago é a ilha com maior peso no respeitante aos diversos tipos de equipamentos sociais, com excepção de centro lúdico/actividades dos tempos livres, centros de acolhimento para crianças e jovens em situação de risco, lar para idosos e centro de terapia ocupacional.



Quadro 2. Distribuição dos equipamentos sociais segundo a ilha

Tipo de equipamento social	Total	Ilha								
		Sant	SV	SN	SL	BV	MA	ST	FG	BR
Total	607	91	47	20	11	17	18	325	56	22
Creche	2	0	1	0	0	0	0	1	0	0
Jardim de infância	411	49	24	11	8	9	11	236	50	13
Centro de Juventude	19	2	2	0	0	4	1	9	1	0
Centro Lúdico - ATemp Livres	3	2	0	0	1	0	0	0	0	0
Lar/Residencial de estudante	8	2	2	0	0	0	0	4	0	0
Lar para crianças e jovens	6	0	1	0	0	0	0	5	0	0
Centro de Acolhimento	3	0	2	0	0	0	0	1	0	0
Centro de emergência infantil	2	0	1	0	0	0	0	1	0	0
Centro de reabp/ deficientes	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Centro de dia	4	2	0	0	0	0	0	2	0	0
Lar para idosos	6	1	4	0	0	0	0	1	0	0
Centros Com/Social/Multiuso	140	33	9	9	2	4	6	63	5	9
Centro Acolh/Realib e Reins	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Centro Terapia Ocupacional	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0

Relativamente à distribuição dos equipamentos sociais por concelho (*Quadro 3*), Praia é o concelho com maior peso em termos de presença de equipamentos sociais (16%). Segue-se-lhe os concelhos de Santa Catarina (12%), de Santa Cruz (9%) da Ribeira Grande e de São Vicente com 8% enquanto que Sal, Mosteiros, Paúl e Boavista estão entre os concelhos com menos peso em termos de presença de equipamentos sociais.

Quadro 3. Repartição dos equipamentos sociais por concelho

Tipo de equipamento social	Concelho																	
	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
Creche	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Jardim de infância	22	8	19	24	11	8	9	11	23	53	44	74	19	23	14	36	13	411
Centro de Juventude	1	1	0	2	0	0	4	1	0	5	2	1	1	0	1	0	0	19
Centro Lúdico - ATemp Livres	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Lar/Residencial de estudante	1	0	1	2	0	0	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	8
Lar para crianças e jovens	0	0	0	1	0	0	0	0	0	4	0	0	1	0	0	0	0	6
Centro de Acolhimento	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Centro de emergência infantil	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Centro de reabp/ deficientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Centro de dia	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	4
Lar para idosos	1	0	0	4	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	6
Centros Com/Social/Multi-Usos	24	8	1	9	9	2	4	6	7	8	10	14	17	7	0	5	9	140
Centro Acolh/Realib e Reins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Centro Terapia Ocupacional	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	50	17	24	47	20	11	17	18	30	72	57	98	38	30	15	41	22	607

Mas, Santa Catarina (26%), Boavista (21%), São Vicente (11%) e Santa Cruz (11%) são os concelhos com maior presença de centros de juventude, enquanto que Praia e São Vicente têm maior peso em Cabo Verde no que diz respeito à existência de lar/residência estudantil (3/8 e 2/8 respectivamente). Ribeira Grande e São Domingos assumem o primeiro plano no que diz respeito aos centros comunitários/sociais/multiuso (17 e 12% respectivamente) enquanto que Praia e Santa Catarina mantêm o *pole position* no que diz respeito aos jardins infantis (18 e 13% respectivamente), certamente o primeiro por ser o concelho mais populoso e com maior procura, e o segundo porque, embora sendo o terceiro concelho mais populoso de Cabo Verde, assume a primeira posição quando se associa a população e a dispersão do habitat (*Quadro 3a*).

Quadro 3a. Equipamentos por tipo segundo o concelho (%)

Tipo de equipamento social	Concelho																	
	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
Creche	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Jardim de infância	5,4	1,9	4,6	5,8	2,7	1,9	2,2	2,7	5,6	12,9	10,7	18,0	4,6	5,6	3,4	8,8	3,2	100
Centro de Juventude	5,3	5,3	0,0	10,5	0,0	0,0	21,1	5,3	0,0	26,3	10,5	5,3	5,3	0,0	5,3	0,0	0,0	100
Centro Lúdico - ATemp Livres	33,3	0,0	33,3	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Lar/Residencial de estudante	12,5	0,0	12,5	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	0,0	37,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Lar para crianças e jovens	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	66,7	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Centro de Acolhimento	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Centro de emergência infantil	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Centro de reabp/ deficientes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Centro de dia	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Lar para idosos	16,7	0,0	0,0	66,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Centros Com/Social/Multi-Usos	17,1	5,7	0,7	6,4	6,4	1,4	2,9	4,3	5,0	5,7	7,1	10,0	12,1	5,0	0,0	3,6	6,4	100
Centro Acolh/Realib e Reins	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Centro Terapia Ocupacional	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100
Total	8,2	2,8	4,0	7,7	3,3	1,8	2,8	3,0	4,9	11,9	9,4	16,1	6,3	4,9	2,5	6,8	3,6	100

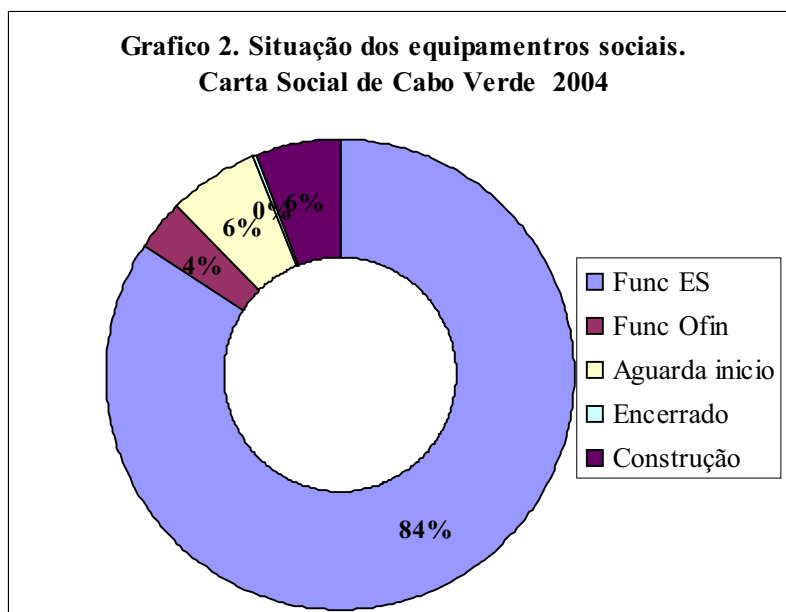
Qual a situação dos equipamentos sociais

Dos 607 equipamentos sociais existentes em Cabo Verde, 511 encontravam-se em funcionamento enquanto equipamento social, o que corresponde a 84% do total, 23 encontravam-se a funcionar para outros fins, 36 aguardavam o início de funcionamento, 2 estavam encerrados e 35 estavam em construção (Quadro 4).

Quadro 4. Equipamentos sociais por concelho segundo a situação

Concelho	Total	Situação do equipamento				
		Func ES	Func Ofin	Aguarda início	Encerrado	Construção
Total	607	511	23	36	2	35
Santo Antão	91	67	7	12	0	5
Rib Grande	50	34	5	7	0	4
Paul	17	10	2	4	0	1
Porto Novo	24	23	0	1	0	0
São Vicente	47	39	3	4	0	1
São Nicolau	20	16	3	0	1	0
Sal	11	11	0	0	0	0
Boa Vista	17	12	0	2	0	3
Maio	18	13	1	2	0	2
Santiago	325	294	4	14	1	12
Tarrafal	30	23	1	5	0	1
Sta Catarina	72	64	0	1	0	7
Santa Cruz	57	56	0	0	1	0
Praia	98	92	2	3	0	1
S. Domingos	38	33	1	1	0	3
São Miguel	30	26	0	4	0	0
Fogo	56	47	0	1	0	8
Mosteiros	15	13	0	0	0	2
São Filipe	41	34	0	1	0	6
Brava	22	12	5	1	0	4

**Grafico 2. Situação dos equipamentos sociais.
Carta Social de Cabo Verde 2004**



Se admitirmos que os equipamentos sociais que:- i) não funcionam para os fins para que foram construídos; ii) aguardam o início de funcionamento;iii) ou se encontram encerrados;- consubstanciam situações de sub-utilização, o *Gráfico 2* permite aferir que, é bastante elevado o nível de utilização efectiva dos equipamentos sociais. Contudo, a leitura dos *Quadros 4 e 4a* revela diferenças notáveis entre os diversos concelhos do País.

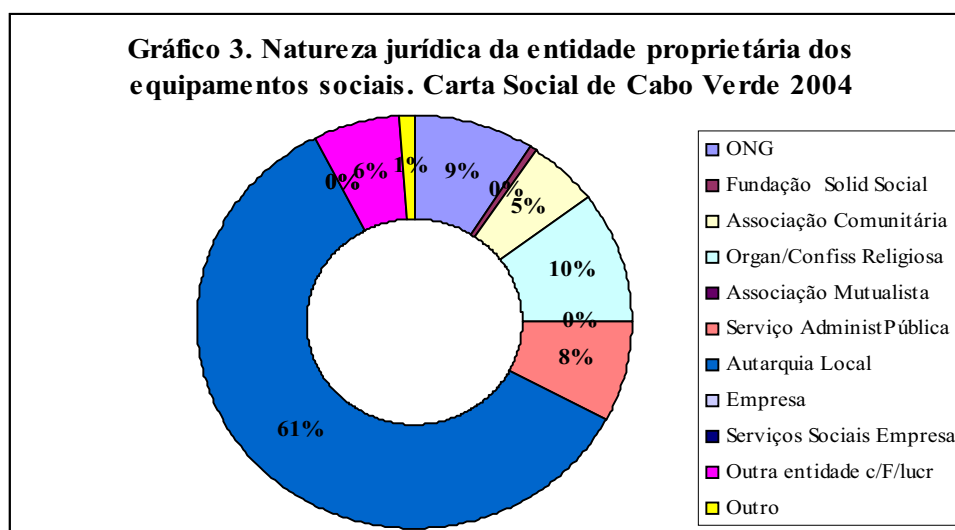
Quadro 4. Equipamentos sociais por concelho segundo a situação

Concelho	Total	Situação do equipamento				
		Func ES	Func Ofin	Aguarda inicio	Encerrado	Construção
Total	607	511	23	36	2	35
Santo Antão	91	67	7	12	0	5
Rib Grande	50	34	5	7	0	4
Paul	17	10	2	4	0	1
Porto Novo	24	23	0	1	0	0
São Vicente	47	39	3	4	0	1
São Nicolau	20	16	3	0	1	0
Sal	11	11	0	0	0	0
Boa Vista	17	12	0	2	0	3
Maio	18	13	1	2	0	2
Santiago	325	294	4	14	1	12
Tarrafal	30	23	1	5	0	1
Sta Catarina	72	64	0	1	0	7
Santa Cruz	57	56	0	0	1	0
Praia	98	92	2	3	0	1
S. Domingos	38	33	1	1	0	3
São Miguel	30	26	0	4	0	0
Fogo	56	47	0	1	0	8
Mosteiros	15	13	0	0	0	2
São Filipe	41	34	0	1	0	6
Brava	22	12	5	1	0	4

Em termos relativos, e como indica o *Quadro 4a* acima, Paúl é o concelho com maior sub-utilização em termos de uso efectivo dos equipamentos sociais, pois nesse concelho, cerca de 35% dos equipamentos sociais se encontravam a funcionar para outros fins, aguardando o início de funcionamento ou então estando encerrados. Seguem-se-lhe outros concelhos, sendo ainda, dignos de relevo os casos da Brava, Ribeira Grande, Tarrafal e São Nicolau onde respectivamente 27, 24 e 20% dos equipamentos sociais se encontravam nessas situações consideradas de sub-utilização. Sal e Mosteiros são os únicos concelhos onde a utilização era plena.

A quem pertencem os equipamentos sociais

A Carta Social de Cabo Verde revela que a maioria dos equipamentos sociais existentes no País pertence aos municípios. No cômputo geral, como atesta o *Gráfico 3* seguinte, cerca de 60% dos equipamentos sociais são propriedade das autarquias locais. As organizações/confissões religiosas vêm em segunda posição com 10% dos equipamentos, seguidas das ONG's detentoras de 9 em cada 100 equipamentos sociais. De notar que, mesmo estas últimas têm maior peso relativo, do que a administração pública, enquanto proprietária de equipamentos sociais.



Na maioria dos concelhos de Cabo Verde, os municípios são a entidade proprietária da grande maioria dos equipamentos sociais variando entre 50% em São Nicolau e 90% em São Miguel (*Quadros 5 e 5a*).

Quadro 5. Equipamentos sociais por natureza jurídica da entidade proprietária segundo o concelho

Entidade proprietária	Total	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR
Total	607	50	17	24	47	20	11	17	18	30	72	57	98	38	30	15	41	22
ONG	54	6	4	3	3	3	2	4	3	3	4	3	13	2	0	0	0	1
Fundação de Solidariedade Social	3	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Associação Comunitária	32	1	0	0	2	1	1	0	1	0	3	3	9	4	2	0	4	1
Organização/Confissão Religiosa	63	1	0	3	9	5	2	3	1	1	2	5	11	0	1	2	16	1
Associação Mutualista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço de Administração Pública	45	2	0	2	13	1	2	3	0	0	5	4	6	1	0	1	2	3
Autarquia Local	365	37	13	16	12	10	3	7	13	26	56	41	27	31	27	12	19	15
Empresa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviços Sociais de Empresa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outra entidade com fins lucrativas	38	0	0	0	7	0	1	0	0	0	2	0	28	0	0	0	0	0
Outro	7	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	1

Quadro 5a. Equipamentos sociais por natureza jurídica da entidade proprietária segundo o concelho

Entidade proprietária	Total	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
ONG	8,9	12,0	23,5	12,5	6,4	15,0	18,2	23,5	16,7	10,0	5,6	5,3	13,3	5,3	0,0	0,0	0,0	4,5
Fundação de Solidariedade Social	0,5	2,0	0,0	0,0	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Associação Comunitária	5,3	2,0	0,0	0,0	4,3	5,0	9,1	0,0	5,6	0,0	4,2	5,3	9,2	10,5	6,7	0,0	9,8	4,5
Organização/Confissão Religiosa	10,4	2,0	0,0	12,5	19,1	25,0	18,2	17,6	5,6	3,3	2,8	8,8	11,2	0,0	3,3	13,3	39,0	4,5
Associação Mutualista	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Serviço de Administração Pública	7,4	4,0	0,0	8,3	27,7	5,0	18,2	17,6	0,0	0,0	6,9	7,0	6,1	2,6	0,0	6,7	4,9	13,6
Autarquia Local	60,1	74,0	76,5	66,7	25,5	50,0	27,3	41,2	72,2	86,7	77,8	71,9	27,6	81,6	90,0	80,0	46,3	68,2
Empresa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Serviços Sociais de Empresa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outra entidade com fins lucrativas	6,3	0,0	0,0	0,0	14,9	0,0	9,1	0,0	0,0	0,0	2,8	0,0	28,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outro	1,2	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5

São Vicente, Sal, Boavista, Praia e São Filipe são os concelhos onde menos de metade dos equipamentos são propriedade do município. Nesses concelhos, o esforço municipal para a oferta de serviços sociais parece ser menos pronunciado. Nesses concelhos, é sobretudo sensível o peso das organizações religiosas, enquanto proprietárias de equipamentos sociais. A título de exemplo, em São Filipe, cerca de 39% dos equipamentos sociais pertencem a entidades religiosas, sendo 19% no concelho de São Vicente, 18% no concelho do Sal e 25% no concelho de São Nicolau. A oferta de equipamentos sociais, parece interessar também, às entidades com fins lucrativos, nos concelhos urbanos, onde predominam os serviços. É assim, que 29% dos equipamentos sociais da Praia têm como proprietários, outras entidades com fins lucrativos sendo 15% em São Vicente e 9% no Sal (*Quadros 5 e 5a*).

Quadro 6. Equipamentos sociais segundo a natureza jurídica da entidade proprietária

Tipo de equipamento social	Entidade proprietária								
	TOTAL	ONG	FSS	AC	OCREL	APU	AUT	OCFL	OUTRO
Total	607	54	3	32	63	45	365	38	7
Creche	2	0	2	0	0	0	0	0	0
Jardim de infância	411	34	0	12	58	20	246	37	4
Centro de Juventude	19	0	0	0	1	8	10	0	0
Centro lúdico - actividades tempos livres	3	0	0	0	1	0	2	0	0
Lar/residencial de estudante	8	0	0	0	1	6	0	0	1
Lar para crianças e jovens	6	2	0	0	0	4	0	0	0
Centro de acolhimento	3	0	0	0	1	0	2	0	0
Centro de emergência infantil	2	0	0	0	0	2	0	0	0
Centro de reabilitação p/ deficientes	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Centro de dia	4	1	0	0	0	0	3	0	0
Lar para idosos	6	0	0	0	0	2	3	1	0
Centros comunitários/sociais/multiuso	140	16	1	20	0	2	99	0	2
Centro de Acolhimento/Realibitação e Reinserção	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Centro de Terapia Ocupacional	1	0	0	0	0	1	0	0	0

Os Quadros 6 e 6a informam sobre a distribuição dos equipamentos sociais segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, ou seja permite saber quem é proprietária de cada tipo de equipamento social.

Como se pode aferir da leitura deste quadro, dos 607 equipamentos sociais existentes em Cabo Verde, 365 pertencem às autarquias locais, o que corresponde a cerca de 60% do total.

As organizações confissões religiosas vêm em segundo lugar com 63 equipamentos sociais, seguidas das ONGs com 54 e de serviço da administração pública com 45 equipamentos sociais.

Dos 411 jardins de infância, 246 são propriedade das autarquias locais, 58 pertencem às organizações confissões religiosas, 38 às organizações com fins lucrativos, 34 às ONGs e os restantes tem outros proprietários.

Da mesma forma, dos 140 centros comunitários/sociais/multiuso existentes em Cabo Verde, 99 pertencem às autarquias o que corresponde a cerca de 71% do total. Seguem-se-lhes as associações comunitárias com 20 centros e as ONGs com 16.

As autarquias locais são também proprietárias da maioria dos centros da juventude (10/19), seguidos dos serviços da administração pública (8/19). As autarquias detêm a grande maioria dos centros de dia (3/4), assim como dos centro lúdico /actividades tempos livres (2/3).

Quadro 6a Equipamentos sociais segundo a natureza jurídica da entidade proprietária

Tipo de equipamento social	Entidade proprietária								
	TOTAL	ONG	FSS	AC	OCREL	APU	AUT	OCFL	OUTRO
Total	100	8,9	0,5	5,3	10,4	7,4	60,1	6,3	1,2
Creche	100	0,0	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Jardim de infância	100	8,3	0,0	2,9	14,1	4,9	59,9	9,0	1,0
Centro de Juventude	100	0,0	0,0	0,0	5,3	42,1	52,6	0,0	0,0
Centro Lúdico - Actividades Tempos Livres	100	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	66,7	0,0	0,0
Lar/Residencial de estudante	100	0,0	0,0	0,0	12,5	75,0	0,0	0,0	12,5
Lar para crianças e jovens	100	33,3	0,0	0,0	0,0	66,7	0,0	0,0	0,0
Centro de Acolhimento	100	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	66,7	0,0	0,0
Centro de emergência infantil	100	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Centro de reabilitação p/ deficientes	100	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Centro de dia	100	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	75,0	0,0	0,0
Lar para idosos	100	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	50,0	16,7	0,0
Centros Comunitário/Social/Multi-Use	100	11,4	0,7	14,3	0,0	1,4	70,7	0,0	1,4
Centro de Acolhimento/Realibitação e Reinserção	100	0,0	0,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0	0,0
Centro de Terapia Ocupacional	100	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0

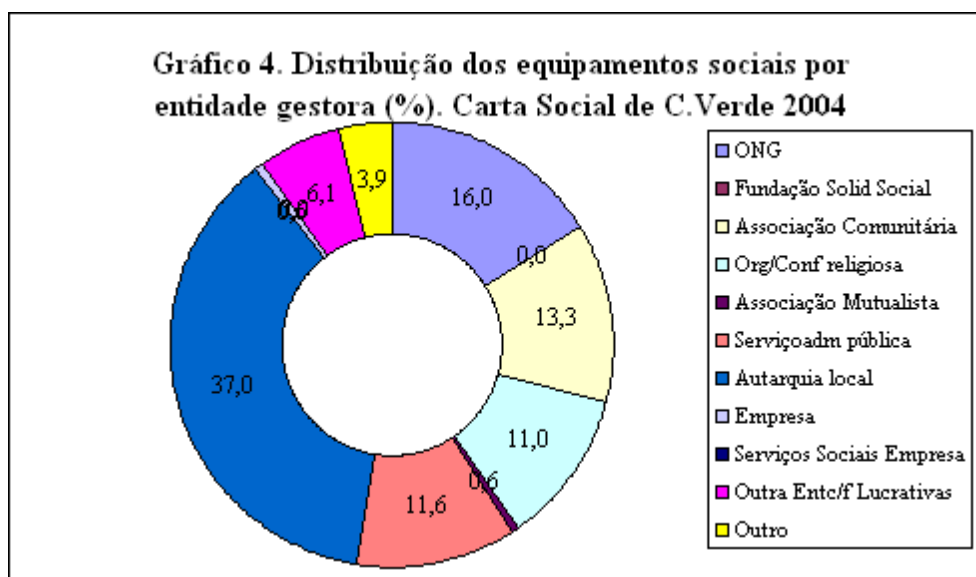
Importa, porém, realçar que, os serviços da administração pública são proprietários de todos os centros de emergência infantil, do único centro de terapia ocupacional, da grande maioria dos lares/residenciais de estudante (6/8) e da maioria dos lares para crianças e jovens em situação de risco (4/6). Pode-se, assim, aferir que, a oferta de equipamento social pela administração pública central centra-se na vertente juventude, especialmente no apoio aos mais carenciados para a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino, na resposta de emergência a crianças em risco e nos lares para crianças e jovens em situação de risco, que em si consumam uma solução de vida familiar a crianças e jovens em situação de exclusão familiar.

O facto das autarquias serem proprietárias da maioria dos jardins de infância, dos centros de juventude e dos centros/comunitários/sociais/ multiuso decorre, pelo menos em parte, da maior proximidade destes, das populações e de serem assim a primeira entidade de referência das populações.

Quem gere os equipamentos sociais

Dos 511 equipamentos sociais em funcionamento, registados no âmbito da Carta Social, apenas 181 não são geridos pelos respectivos proprietários, o que corresponde a cerca de 30%.

A análise da natureza jurídica da entidade gestora dos equipamentos sociais, confirma uma vez mais a supremacia dos municípios no âmbito da oferta de serviços sociais (*Quadros 7 e 7a*). Assim, dos 181 equipamentos não geridos pelos respectivos proprietários, 67 são geridos pelas autarquias o que corresponde a 37% do total. Seguem-se-lhe as ONG's com 16% e as Associações Comunitárias com 13%.



Quadro 7. Equipamentos sociais por natureza jurídica da entidade gestora segundo o concelho

Entidade gestora	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
ONG	9	1	0	2	1	1	4	8	0	0	0	2	0	0	0	0	1	29
Fundação Solid Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Associação Comunitária	11	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	5	0	4	0	0	1	24
Org/Conf religiosa	1	0	0	4	2	0	1	0	0	1	2	5	0	1	1	1	1	20
Associação Mutualista	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Serviço adm pública	1	0	2	10	0	0	0	0	0	2	2	1	1	1	1	0	0	21
Autarquia local	8	1	3	0	1	1	3	1	4	4	13	9	0	7	3	4	5	67
Empresa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Serviços Sociais Empresa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outra Entc/f Lucrativas	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	11
Outro	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7
Total	34	2	5	26	4	2	8	9	5	8	17	29	1	13	5	5	8	181

Na maioria dos concelhos, a autarquia gere a maior parte dos equipamentos sociais que não são geridos pelos respectivos proprietários, variando entre 50% nos concelhos de Paúl, Sal e Santa Catarina e 80% nos concelhos de Tarrafal (Santiago) e São Filipe.

Ribeira Grande, São Nicolau, Boavista, Maio e Praia são os concelhos onde menos de metade desses equipamentos são geridos pelas autarquias locais. São Vicente e São Domingos são os únicos concelhos onde a autarquia não gere um único equipamento social pertencente a outra entidade. (*Quadro 7a*).

Quadro 7a. Equipamentos sociais por natureza jurídica da entidade gestora segundo o concelho

Entidade gestora	Total	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
ONG	16,0	26,5	50,0	0,0	7,7	25,0	50,0	50,0	88,9	0,0	0,0	0,0	6,9	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	16,0
Fundação Solid Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Associação Comunitária	13,3	32,4	0,0	0,0	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	12,5	0,0	17,2	0,0	30,8	0,0	0,0	12,5	13,3
Org/Conf religiosa	11,0	2,9	0,0	0,0	15,4	50,0	0,0	12,5	0,0	0,0	12,5	11,8	17,2	0,0	7,7	20,0	20,0	12,5	11,0
Associação Mutualista	0,6	0,0	0,0	0,0	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6
Serviço adm pública	11,6	2,9	0,0	40,0	38,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	11,8	3,4	100,0	7,7	20,0	0,0	0,0	11,6
Autarquia local	37,0	23,5	50,0	60,0	0,0	25,0	50,0	37,5	11,1	80,0	50,0	76,5	31,0	0,0	53,8	60,0	80,0	62,5	37,0
Empresa	0,6	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6
Serviços Sociais Empresa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outra Entc/f Lucrativas	6,1	0,0	0,0	0,0	19,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,1
Outro	3,9	8,8	0,0	0,0	11,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9

É também expressiva a presença das ONG's enquanto gestoras de equipamentos sociais de que não são proprietárias nos concelhos do Paúl, da Boavista e do Maio variando entre 50% no primeiro e 90% no último. É no concelho de São Nicolau onde é mais expressiva (50%) a presença das organizações/entidades religiosas enquanto gestoras de equipamentos sociais, de que não são proprietárias. No concelho de São Domingos, todos os equipamentos sociais nessa situação são geridos por serviço da administração pública (*Quadro 7a*).

Quem financiou a construção dos equipamentos sociais

A análise do *Quadro 8* sugere que dos 607 equipamentos sociais existentes em Cabo Verde 500 foram construídos de raiz para esse fim, o que corresponde a 82% do universo. O mais importante, ainda, é que a aferição das fontes de financiamento põe uma vez mais em evidência

o esforço dos municípios na edificação dos equipamentos sociais, como também o papel da cooperação internacional, enquanto parceira financeira na construção de equipamentos sociais.

Quadro 8. Equipamentos sociais por fonte de financiamento da construção segundo o concelho

Entidade financiadora	Total	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR
Total	500	43	14	22	43	16	11	11	13	21	42	57	90	30	28	15	32	12
Autofinanciamento	76	5	3	2	7		3		1		5	4	39	3	1		2	1
Autarquia	213	27	10	13	12	8	1	3	8	16	16	11	24	23	22	6	8	5
Governo	132	15	7	12	10	6		2	3	7	4	32	15	1	7	6	2	3
Empresa privada	6	1			1	1							3					
Empresa Pública	5										1		4					
Coo Internacional	171	22	6	12	17	9	5	5	4	8	17	7	23	10	4	11	8	3
ONG Nacional	32	3		2		2	1			1	1	9	5	3	1		4	
Particular	50		1	2	6			1	1	2	13	12	12					
Fin Banco Mundial	78	13	4	7	7		1	1		5	6	4	6	5	9	5	3	2
Outro	35	2			1		2			2		2	5	3	3	2	10	3

Assim, dos 500 equipamentos sociais para os quais existe informação sobre a fonte de financiamento da construção, 213 beneficiaram de financiamento das autarquias locais, o que corresponde a 43% do total e 171 beneficiaram de financiamento da cooperação internacional, ou seja, pouco mais de um em cada três (*Quadro 8a*). Contudo, merece realce especial, a participação do Governo no financiamento da construção dos equipamentos sociais, se tivermos em conta que dos 500 equipamentos sociais do universo em análise, 132 beneficiaram do financiamento do Governo, assim como os 78 equipamentos sociais, que também tiveram financiamento do Governo através dos fundos do Banco Mundial (*Quadro 8*).

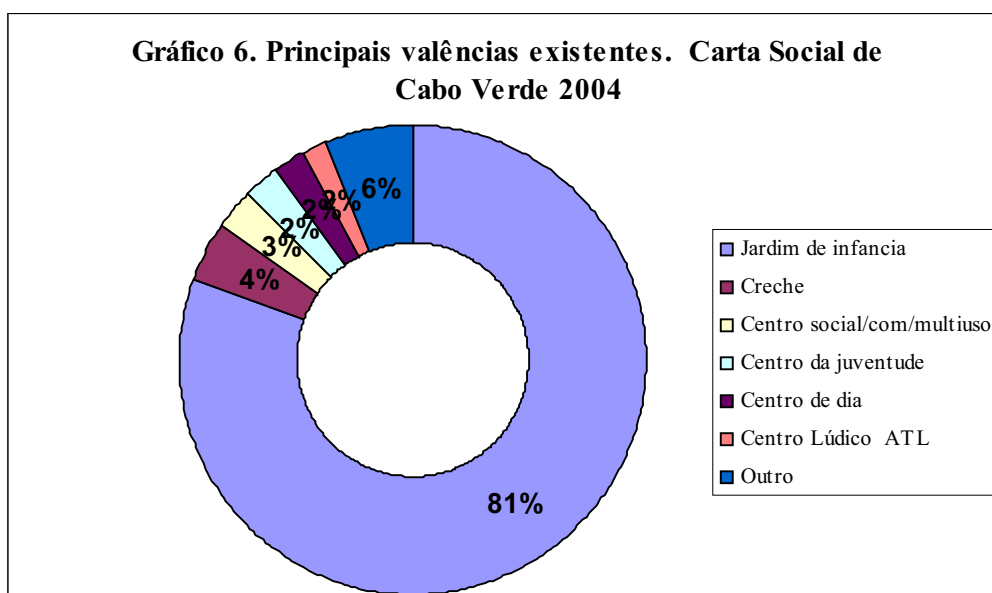
Quadro 8a. Equipamentos sociais por fonte de financiamento da construção segundo o concelho

Entidade financiadora	Total	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Autofinanciamento	15,2	11,6	21,4	9,1	16,3		27,3		7,7		11,9	7,0	43,3	10,0	3,6		6,3	8,3
Autarquia	42,6	62,8	71,4	59,1	27,9	50,0	9,1	27,3	61,5	76,2	38,1	19,3	26,7	76,7	78,6	40,0	25,0	41,7
Governo	26,4	34,9	50,0	54,5	23,3	37,5		18,2	23,1	33,3	9,5	56,1	16,7	3,3	25,0	40,0	6,3	25,0
Empresa privada	1,2	2,3			2,3	6,3							3,3					
Empresa Pública	1,0										2,4		4,4					
Coo Internacional	34,2	51,2	42,9	54,5	39,5	56,3	45,5	45,5	30,8	38,1	40,5	12,3	25,6	33,3	14,3	73,3	25,0	25,0
ONG Nacional	6,4	7,0		9,1		12,5	9,1			4,8	2,4	15,8	5,6	10,0	3,6		12,5	
Particular	10,0		7,1	9,1	14,0			9,1	7,7	9,5	31,0	21,1	13,3					
Fin Banco Mundial	15,6	30,2	28,6	31,8	16,3		9,1	9,1		23,8	14,3	7,0	6,7	16,7	32,1	33,3	9,4	16,7
Outro	7,0	4,7			2,3		18,2			9,5		3,5	5,6	10,0	10,7	13,3	31,3	25,0

Capítulo III. Valências

Valência por Grupo Alvo e Tipo segundo o Concelho

O recenseamento dos equipamentos e serviços sociais realizado em Junho de 2004, no âmbito da Carta Social registou 549 valências, das quais 442 eram jardins de infância, o que corresponde a cerca de 81% do total (*Gráfico 6*), 23 Creches, 15 Centros sociais/comunitários/multiuso, 11 Centros de dia para idosos, 14 Centros de juventude, 10 Centros lúdico/actividades dos tempos livres e 33 de outros tipos (*Quadros 9 e 9a*).



Dos 442 jardins de infância existentes enquanto valências, 265 encontram-se na ilha de Santiago, o que corresponde a 60% do total, com maior expressão na Praia (78) seguido de Santa Catarina e de Santa Cruz (58 e 52 respectivamente).

Quadro 9. Valências por grupo alvo e tipo segundo o concelho

Tipo de valência	Total	Concelho																	
		RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	
Primeira e segunda infância	466	27	9	20	25	14	8	9	11	23	60	52	97	32	23	12	33	11	
Creche	23	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	19	0	0	0	0	0	
Jardim de infância	442	26	9	20	24	14	8	9	11	22	58	52	78	32	23	12	33	11	
Centro recuperação nutricional	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Crianças e jovens	32	5	0	2	5	0	1	2	1	1	2	2	6	1	2	1	1	0	
Centro de Juventude	14	1	0	0	3	0	0	1	1	0	1	2	1	1	1	1	1	0	
Centro Lúdico – A.Tempos Livres	10	3	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0	2	0	1	0	0	0	
Lar/Residencial de estudante	8	1	0	1	2	0	0	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	
Lar para crianças e jovens sr	13	0	0	0	5	0	1	0	0	0	3	0	3	1	0	0	0	0	
Lar para crianças e jovens	5	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	
Centro de Acolhimento	6	0	0	0	3	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	
Centro de emergência infantil	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	
Deficientes	3	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	
Ctro de reabilitação deficientes	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	
Apoio sócio-educativa	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Idosos	18	3	1	1	4	2	1	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	1	
Centro de convívio	2	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Centro de dia	11	1	1	1	0	2	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	1	
Lar para idosos	5	1	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Família e comunidade	15	0	1	0	0	0	0	1	1	0	2	7	2	0	1	0	0	0	
Centros Comu/Social/multiuso	15	0	1	0	0	0	0	1	1	0	2	7	2	0	1	0	0	0	
Toxicodependentes	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	
Centro de Acol Realib Reins	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	
Centro Terapia Ocupacional	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total	549	35	11	23	42	16	11	12	13	24	67	62	114	34	26	13	34	12	

As creches estão sobretudo no concelho da Praia (19), em Santa Catarina (2), no Tarrafal (1) e na Ribeira Grande (1), enquanto que os Centros sociais/ comunitários/ multiuso estão principalmente nos concelhos de Santa Cruz (7), em Santa Catarina (2), na Praia (2) em São Miguel (1) existindo ainda no Maio (1), na Boavista (1) e no Paúl (1), o que significa que, não existem em todos os outros concelhos, como aliás, ocorre com as valências, com excepção dos jardins de infância (*Quadro 9*).

Quadro 9a. Valências por grupo alvo e tipo segundo o concelho

Tipo de valência	Total	Concelho																	
		RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	
Primeira e segunda infância	100	5,8	1,9	4,3	5,4	3,0	1,7	1,9	2,4	4,9	12,9	11,2	20,8	6,9	4,9	2,6	7,1	2,4	
Creche	100	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3	8,7	0,0	82,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Jardim de infância	100	5,9	2,0	4,5	5,4	3,2	1,8	2,0	2,5	5,0	13,1	11,8	17,6	7,2	5,2	2,7	7,5	2,5	
Centro recuperação nutricional	100	0,0	0,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Crianças e jovens	100	15,6	0,0	6,3	15,6	0,0	3,1	6,3	3,1	3,1	6,3	6,3	18,8	3,1	6,3	3,1	3,1	0,0	
Centro de Juventude	100	7,1	0,0	0,0	21,4	0,0	0,0	7,1	7,1	0,0	7,1	14,3	7,1	7,1	7,1	7,1	7,1	0,0	
Centro Lúdico - A Tempos Livres	100	30,0	0,0	10,0	0,0	0,0	10,0	10,0	0,0	10,0	0,0	0,0	20,0	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0	
Lar/Residencial de estudante	100	12,5	0,0	12,5	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,5	0,0	37,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Lar para crianças e jovens sr	100	0,0	0,0	0,0	38,5	0,0	7,7	0,0	0,0	0,0	23,1	0,0	23,1	7,7	0,0	0,0	0,0	0,0	
Lar para crianças e jovens	100	0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0	0,0	0,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Centro de Acolhimento	100	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Centro de emergência infantil	100	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Deficientes	100	0,0	0,0	0,0	66,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Ctro de reabilitação deficientes	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Apoio sócio-educativa	100	0,0	0,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Idosos	100	16,7	5,6	5,6	22,2	11,1	5,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	27,8	0,0	0,0	0,0	0,0	5,6	
Centro de convívio	100	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Centro de dia	100	9,1	9,1	9,1	0,0	18,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	45,5	0,0	0,0	0,0	0,0	9,1	
Lar para idosos	100	20,0	0,0	0,0	80,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Família e comunidade	100	0,0	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	6,7	6,7	0,0	13,3	46,7	13,3	0,0	6,7	0,0	0,0	0,0	
Centros Comu/Social/multiuso	100	0,0	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	6,7	6,7	0,0	13,3	46,7	13,3	0,0	6,7	0,0	0,0	0,0	
Toxicodependentes	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Centro de Acol Realib Reins	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Centro Terapia Ocupacional	100	0,0	0,0	0,0	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Total	100	6,4	2,0	4,2	7,7	2,9	2,0	2,2	2,4	4,4	12,2	11,3	20,8	6,2	4,7	2,4	6,2	2,2	

Qual a capacidade instalada nas valências existentes nos equipamentos sociais

A capacidade instalada nas valências desenvolvidas em equipamentos sociais é um bom indicador da oferta, muito embora não directamente aplicável a todos os tipos de valências, tais como os centros de juventude.

Por imperativo de exaustividade, considerou-se como sendo capacidade instalada, a capacidade que o conjunto de valências existentes oferecem, tendo em conta que todas as valências são desenvolvidas no seio de equipamentos sociais, sendo que um mesmo equipamento social pode albergar uma ou mais valências.

Globalmente, os equipamentos sociais existentes em Cabo Verde têm capacidade para acolher 27.068 utentes, oferta essa dirigida na sua quase totalidade (94%) à *primeira e segunda infância* (Quadro 10). Com efeito as valências para *primeira e segunda infância* têm capacidade para acolher 25.491 utentes, dos quais 24.537 estão nos jardins de infância, o que corresponde a cerca de 96% da capacidade para o grupo populacional acima referido e a 91% do total da capacidade oferecida por todas as valências desenvolvidas a partir de equipamentos sociais. As valências dirigidas a pessoas portadoras de deficiência estão dimensionadas para atender cerca de 254 utentes, sendo 230 nas do apoio sócio-educativo, o que corresponde a cerca de 91% da oferta deste tipo de valências.

É também pouco expressiva a capacidade de acolhimento existente para os idosos (57) assim como para os toxicodependentes (30).

Dito de outro modo, as respostas sociais existentes em Cabo Verde em Junho de 2004, dirigiam-se principalmente à primeira e segunda infâncias, sendo muito pouco significativa a cobertura dos restantes grupos populacionais. Contudo, a análise da capacidade por concelho, revela a existência de assimetrias em matéria de cobertura.

Quadro 10. Valências, capacidade instalada, Utentes e Nível de Utilização

Tipo de valência	Valências		Capacidade		Utentes	Taxa de Utilização
	Efectivo	%	Efectivo	%		
Primeira e segunda infância	466	84,9	25491	94,2	21804	85,5
Creche	23	4,2	934	3,5	844	90,4
Jardim de infância	442	80,5	24537	90,6	20885	85,1
Centro de recuperação nutricional	1	0,2	20	0,1	75	375,0
Crianças e Jovens	32	5,8	614	2,3	511	83,2
Centro de Juventude	14	2,6	0	0,0	0	
Centro Lúdico / ATL	10	1,8	0	0,0	0	
Lar/Residencial de estudante	8	1,5	614	2,3	511	83,2
Crianças e Jovens em situação de risco	13	2,4	582	2,2	428	73,5
Lar para crianças e jovens	5	0,9	300	1,1	231	77,0
Centro de Acolhimento	6	1,1	255	0,9	209	82,0
Centro de emergência infantil	2	0,4	27	0,1	12	44,4
Deficientes	3	0,5	254	0,9	80	31,5
Centro de reabilitação p/ deficientes	1	0,2	24	0,1	13	54,2
Apoio sócio-educativo	2	0,4	230	0,8	55	23,9
Idosos	18	3,3	57	0,2	44	77,2
Centro de Convívio	2	0,4	0	0,0	0	
Centro de Dia	11	2,0	0	0,0	0	
Lar para idosos	5	0,9	57	0,2	48	84,2
Família e comunidade	15	2,7	0	0,0	0	
Centros Comunitário/Social/Multi-Usos	15	2,7	0	0,0	0	
Toxicodependentes	1	0,2	30	0,1	38	126,7
Centro de A./Realibitação e Reinserção	1	0,2	30	0,1	38	126,7
Centro de Terapia Ocupacional	1	0,2	40	0,1	12	30,0
Total	549	100	27.068	100	22905	84,6

Capacidade instalada por concelho

A análise do nível de utilização não abrange algumas valências, como, Centro de juventude, Centro lúdico/actividades dos tempos livres, Centro de convívio e Centro de dia para idosos e ainda os Centros comunitários/social/multiuso, essencialmente pelo facto dos respectivos utentes não serem permanentes, e por outro lado, não existirem dados sobre a frequência diária dos utentes.

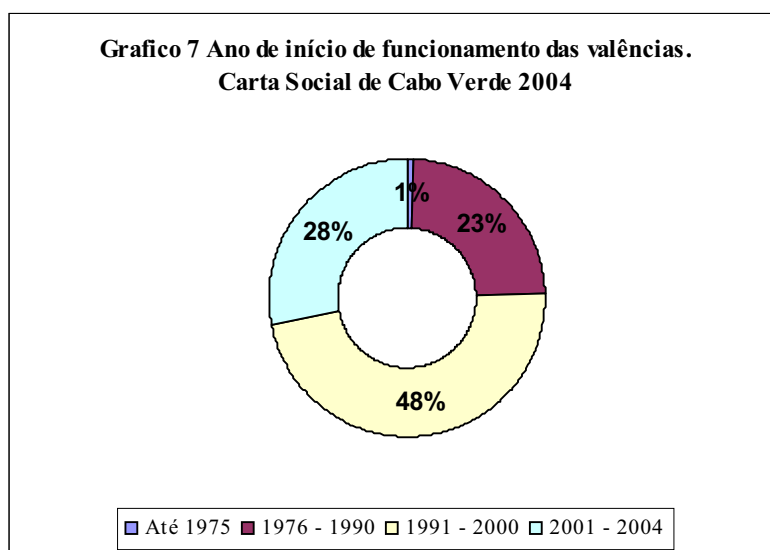
Assim, considera-se que, globalmente, o nível de utilização da capacidade instalada nas valências dos equipamentos sociais é elevado, o que indica que há pouco desperdício. De facto, a nível nacional cerca de 85% da capacidade instalada está sendo utilizada. Também, há indicações que, raros são os casos em que se regista a sobrecarga das valências com relação às respectivas capacidades. A título de exemplo, registou-se a sobrecarga no único centro de recuperação

nutricional existente em Cabo Verde, localizado em São Vicente que, com uma capacidade de acolhimento de 20 utentes, tinha 75 utentes, o que corresponde a cerca de 3,8 vezes a sua capacidade (*Quadro 10*).

Ano de início do funcionamento das valências

Das 549 valências que estavam a funcionar em 2004, não foi declarada informação sobre o ano de início de funcionamento para 23, sendo 1 creche, 19 jardins de infância, 1 Centro de juventude, 1 Centro lúdico/actividades tempos livres e 1 Centro comunitário/social/multiuso. A análise sobre o ano de início de funcionamento abrange assim o universo das 526 valências com informação sobre a matéria em análise.

A análise do Gráfico 7 e dos *Quadros 11 e 11a* seguintes, evidencia o nível do esforço realizado desde a independência de Cabo Verde, para a oferta de serviços sociais. Assim, as respostas sociais em análise eram praticamente inexistentes antes de independência de Cabo Verde. Com efeito, em 1975, ano em que Cabo Verde ascendeu à independência existiam apenas 5 valências a funcionar.



Das 526 valências acima referidas, cerca de 123 entraram em funcionamento entre 1976 e finais da década de oitenta, o que corresponde a 23% do total; 251 iniciaram na década de noventa, ou seja entre 1991 e 2000, equivalente a 48% do universo e os restantes 147 entraram em funcionamento entre 2001 e 2004 (*Gráfico 7*).

Quadro 11. Ano de início do funcionamento das valências

Tipo de valência	Total	Total sem NA	Ano de Início do funcionamento				
			Até 1975	1976 - 1990	1991 - 2000	2001 - 2004	NA
Creche	23	22	0	5	12	5	1
Jardim de infância	442	423	5	109	208	101	19
Centro de recuperação nutricional	1	1	0	0	1	0	0
Centro de Juventude	14	12	0	1	5	6	2
Centro Lúdico - Actividades Tempos Livres	10	9	0	0	1	8	1
Lar/Residencial de estudante	8	8	0	1	6	1	0
Lar para crianças e jovens	5	5	0	2	1	2	0
Centro de Acolhimento	6	6	0	2	1	3	0
Centro de emergência infantil	2	2	0	0	0	2	0
Reabilitação de crianças def.	0	0	0	0	0	0	0
Centro de reabilitação p/ deficientes	1	1	0	0	0	1	0
Apoio sócio-educativo	2	2	0	0	0	2	0
Centro de convívio	2	2	0	0	0	2	0
Centro de dia	11	11	0	0	8	3	0
Lar para idosos	5	5	0	3	1	1	0
Serviço de apoio domiciliário	0	0	0	0	0	0	0
Centros comunitários/sociais/multiuso	16	15	0	0	5	10	1
Centro de acolhim/realibitação e reinserção	1	1	0	0	1	0	0
Centro de terapia ocupacional	1	1	0	0	1	0	0
Total	549	526	5	123	251	147	23

Do total dos jardins de infância recenseados pouco mais de ¼, iniciou o funcionamento entre 1976 e 1990, 49% na década de noventa, e cerca de 24% nos últimos 4 anos ou seja entre 2001 e 2004 (*Quadros 11 e 11a*).

Quase todos os centros que são únicos, existentes em Cabo Verde, designadamente, o de recuperação nutricional, o de acolhimento/realibitação e reinserção de toxicodependentes, e o de terapia ocupacional iniciaram o respectivo funcionamento na década de noventa, e ainda, seis dos oito Lares/residenciais de estudantes e 8 dos 11 Centros de dia para idosos, também, começaram a funcionar nesse período.

Importa realçar que, todos os Centros de emergência infantil, o único Centro de reabilitação para deficientes, as duas valências de Apoio sócio-educativo e os dois Centros de convívio entraram todos em funcionamento entre 2001 e 2004, bem como pouco mais de dois terços (10/15) dos Centros comunitários/sociais/multiuso, metade dos Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco (3/6), dos Centros de juventude (6/12) e 8 dos 9 Centros lúdico /actividades tempos livres que também entraram em actividade nestes últimos 4 anos (*Quadro 11*).

Quadro 11a. Ano de início do funcionamento das valências

Tipo de valência	Total	Total	Ano de Início do funcionamento			
		sem NA	Até 1975	1976 - 1990	1991 - 2000	2001 - 2004
Creche	23	100	0,0	22,7	54,5	22,7
Jardim de infância	442	100	1,2	25,8	49,2	23,9
Centro de recuperação nutricional	1	100	0,0	0,0	100,0	0,0
Centro de Juventude	14	100	0,0	8,3	41,7	50,0
Centro Lúdico - Actividades Tempos Livres	10	100	0,0	0,0	11,1	88,9
Lar/Residencial de estudante	8	100	0,0	12,5	75,0	12,5
Lar para crianças e jovens	5	100	0,0	40,0	20,0	40,0
Centro de Acolhimento	6	100	0,0	33,3	16,7	50,0
Centro de emergência infantil	2	100	0,0	0,0	0,0	100,0
Reabilitação de crianças def.	0	0				
Centro de reabilitação p/ deficientes	1	100	0,0	0,0	0,0	100,0
Apoio sócio-educativo	2	100	0,0	0,0	0,0	100,0
Centro de convívio	2	100	0,0	0,0	0,0	100,0
Centro de dia	12	100	0,0	8,3	66,7	25,0
Lar para idosos	4	100	0,0	50,0	25,0	25,0
Serviço de apoio domiciliário	0	0				
Centros Comunitário/Social/Multi-Usos	16	100	0,0	0,0	33,3	66,7
Centro de Acolhimento/Reabilitação e Reinserção	1	100	0,0	0,0	100,0	0,0
Centro de Terapia Ocupacional	1	100	0,0	0,0	100,0	0,0
Total	549	100	1,0	23,4	47,7	27,9

A análise dos *Quadros 12 e 12a* abaixo põe em evidência como evoluiu a cobertura a nível dos diversos concelhos do país.

Antes de mais, importa reportar que, o essencial do esforço em matéria de oferta de serviços sociais ocorreu pós-independência. São Vicente, Boavista e S. Filipe são os Concelhos, onde parte expressiva das valências teve seu início, nos primeiros 14 anos pós-independência. Assim, cerca de 58% das valências existentes na ilha da Boavista iniciaram o seu funcionamento nesse período, sendo 50% para S. Filipe e 42% para S. Vicente.

Na década de noventa, seis concelhos viram iniciar cerca de metade ou senão a maioria das valências funcionais. Assim ocorreu na Ribeira Grande, no Paúl, em São Nicolau, no Maio, na Praia e na Brava, variando entre 50% na Brava e 81% em São Nicolau.

Porto Novo, São Miguel, Mosteiros e Brava são os concelhos onde metade, ou a maioria das valências iniciaram o funcionamento nos últimos 4 anos, ou seja entre 2001 e 2004 (*Quadro 12a*)

Quadro 12. Valências por concelho segundo o ano de início do funcionamento

Concelho	Total	Total	Ano de início do funcionamento				
		sem NA	Até 1975	1976 - 1990	1991 – 2000	2001 - 2004	NA
Rib Grande	35	35	0	6	20	9	0
Paúl	11	11	0	1	8	2	0
Porto Novo	23	23	0	4	6	13	0
São Vicente	42	41	1	17	14	9	1
São Nicolau	16	16	0	1	13	2	0
Sal	11	9	2	1	3	3	2
Boa Vista	12	12	0	7	2	3	0
Maio	13	12	0	4	7	1	1
Tarrafal	24	22	0	5	7	10	2
Sta Catarina	67	64	1	17	31	15	3
Santa Cruz	62	59	0	8	29	22	3
Praia	114	113	1	24	66	22	1
S. Domingos	34	29	0	9	12	8	5
São Miguel	26	26	0	1	12	13	0
Mosteiros	13	12	0	1	5	6	1
São Filipe	34	34	0	17	12	5	0
Brava	12	8	0	0	4	4	4
Total	549	526	5	123	251	147	23

Quadro 12a. Valências por concelho segundo o ano de início do funcionamento

Concelho	Total	Total	Ano de início do funcionamento			
		sem NA	Até 1975	1976 - 1990	1991 - 2000	2001 - 2004
Rib Grande	35	100	0,0	17,1	57,1	25,7
Paúl	11	100	0,0	9,1	72,7	18,2
Porto Novo	23	100	0,0	17,4	26,1	56,5
São Vicente	42	100	2,4	41,5	34,1	22,0
São Nicolau	16	100	0,0	6,3	81,3	12,5
Sal	11	100	22,2	11,1	33,3	33,3
Boa Vista	12	100	0,0	58,3	16,7	25,0
Maio	13	100	0,0	33,3	58,3	8,3
Tarrafal	24	100	0,0	22,7	31,8	45,5
Sta Catarina	67	100	1,6	26,6	48,4	23,4
Santa Cruz	62	100	0,0	13,6	49,2	37,3
Praia	114	100	0,9	21,2	58,4	19,5
S. Domingos	34	100	0,0	31,0	41,4	27,6
São Miguel	26	100	0,0	3,8	46,2	50,0
Mosteiros	13	100	0,0	8,3	41,7	50,0
São Filipe	34	100	0,0	50,0	35,3	14,7
Brava	12	100	0,0	0,0	50,0	50,0
Total	549	100	1,0	23,4	47,7	27,9

Pessoal ao serviço das valências segundo o sexo

As 549 valências em funcionamento em 2004 empregavam cerca de 1.942 pessoas, das quais 1.380 trabalhavam nos jardins de infância, o que representa cerca de 71% do universo dos empregados desses serviços. Os Lares/residenciais de estudantes vêm em segundo lugar com 96 empregados e seguem-se os lares para crianças e jovens em situação de risco com 85 empregados (*Quadro 13*).

Quadro 13 Pessoal ao serviço das valências segundo o sexo

<i>Tipo de valência</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>ND</i>	<i>Total</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>ND</i>
Total	1942	100	279	1661	2	100	14,4	85,5	0,1
Creche	80	4,1	1	79	0	100	1,3	98,8	0,0
Jardim de infância	1380	71,1	85	1295	0	100	6,2	93,8	0,0
Centro de recuperação nutricional	1	0,1	0	1	0	100	0,0	100,0	0,0
Centro de juventude	63	3,2	33	30	0	100	52,4	47,6	0,0
Centro lúdico - activ. tempos livres	21	1,1	10	10	1	95	47,6	47,6	4,8
Lar/Residencial de estudante	96	4,9	39	57	0	100	40,6	59,4	0,0
Lar para crianças e jovens	85	4,4	33	52	0	100	38,8	61,2	0,0
Centro de Acolhimento	70	3,6	28	42	0	100	40,0	60,0	0,0
Centro de emergência infantil	19	1,0	6	13	0	100	31,6	68,4	0,0
Centro de reabilitaçã p/ deficientes	7	0,4	3	4	0	100	42,9	57,1	0,0
Apoio sócio-educativo	6	0,3	5	1	0	100	83,3	16,7	0,0
Centro de convívio	5	0,3	0	5	0	100	0,0	100,0	0,0
Centro de dia	39	2,0	6	33	0	100	15,4	84,6	0,0
Lar para idosos	21	1,1	4	17	0	100	19,0	81,0	0,0
Centros comunitários/sociais/multuso	31	1,6	13	17	1	97	41,9	54,8	3,2
Centro de acolh/Realib e reinserção	7	0,4	7	0	0	100	100,0	0,0	0,0
Centro de terapia ocupacional	11	0,6	6	5	0	100	54,5	45,5	0,0

Desses empregados, 1.661 são mulheres e 279 são homens. Dito de outro modo, 86 de cada 100 pessoas empregadas nas valências são do sexo feminino e 14 são do sexo masculino. Os homens representam a maioria dos empregados dos Centros de juventude (33/63) e do Centro de terapia ocupacional (6/11), são a grande maioria nas valências de apoio sócio-educativo para deficientes (5/6) e são exclusivos entre os empregados do único Centro de acolhimento realibitação e reinserção de toxicodependentes existente em 2004 (*Quadro 13*).

No Centro de recuperação nutricional e nos Centros de convívio trabalham exclusivamente mulheres, e estas são quase exclusivas nos Jardins de infância (94%) e nas creches (99%).

Nível de instrução

Quadro 14 Nível de instrução dos empregados das valências

Tipo de valência	Total	Nível de instrução do pessoal								
		SN	Alfa	E Basico	Sec Inc	Sec Comp	Medio	Lic/Mestrado	S/R	ND
Total	1.942	57	74	814	637	230	60	67	1	2
Creche	80	0	1	30	32	13	0	4	0	0
Jardim de infância	1380	41	55	586	517	138	25	17	1	0
Centro de recuperação nutricional	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Centro de juventude	63	0	0	11	15	20	2	15	0	0
Centro lúdico - actividades tempos livres	21	1	0	2	6	8	2	1	0	1
Lar/residencial de estudante	96	4	1	50	7	11	18	5	0	0
Lar para crianças e jovens	85	2	5	49	12	6	3	8	0	0
Centro de acolhimento	70	3	3	20	15	13	5	11	0	0
Centro de emergência infantil	19	1	0	11	4	3	0	0	0	0
Centro de reabilitação p/ deficientes	7	2	0	0	0	3	1	1	0	0
Apoio sócio-educativo	6	0	0	2	2	2	0	0	0	0
Centro de convívio	5	0	0	2	2	0	0	1	0	0
Centro de dia	39	2	4	19	11	2	1	0	0	0
Lar para idosos	21	0	0	14	3	4	0	0	0	0
Centros comunitários/sociais/multiuso	31	0	5	15	3	6	1	0	0	1
Centro de acolh/realib e reinserção	7	0	0	0	6	1	0	0	0	0
Centro de terapia ocupacional	11	1	0	3	2	0	2	3	0	0

Dos 1.942 empregados das valências em funcionamento em 2004, cerca 1.582, correspondente a 81%, nem sequer têm o nível secundário completo.

Nos Jardins de infância, por exemplo, o número de pessoal sem esse nível é de 1.199 ou seja 87% dos trabalhadores desse tipo de valências que têm responsabilidades educacionais no nível pré-escolar.

De referir, ainda, que na grande maioria das valências a proporção do pessoal, sem o nível secundário completo varia entre um mínimo de 29% no Centro de reabilitação de deficientes e um máximo de 92% nos Centros de dia para idosos (*quadro 14a*).

Quadro 14a Nível de instrução dos empregados das valências

<i>Tipo de valência</i>	Total	Nível de instrução do pessoal								
		<i>SN</i>	<i>Alfa</i>	<i>E Basico</i>	<i>Sec Inc</i>	<i>Sec Comp</i>	<i>Medio</i>	<i>Lic/Mestrado</i>	<i>S/R</i>	<i>ND</i>
Total	100	2,9	3,8	41,9	32,8	11,8	3,1	3,5	0,1	0,1
Creche	100	0,0	1,3	37,5	40,0	16,3	0,0	5,0	0,0	0,0
Jardim de infância	100	3,0	4,0	42,5	37,5	10,0	1,8	1,2	0,1	0,0
Centro de recuperação nutricional	100	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	0,0	0,0
Centro de juventude	100	0,0	0,0	17,5	23,8	31,7	3,2	23,8	0,0	0,0
Centro lúdico - actividades T. livres	100	4,8	0,0	9,5	28,6	38,1	9,5	4,8	0,0	4,8
Lar/residencial de estudante	100	4,2	1,0	52,1	7,3	11,5	18,8	5,2	0,0	0,0
Lar para crianças e jovens	100	2,4	5,9	57,6	14,1	7,1	3,5	9,4	0,0	0,0
Centro de acolhimento	100	4,3	4,3	28,6	21,4	18,6	7,1	15,7	0,0	0,0
Centro de emergência infantil	100	5,3	0,0	57,9	21,1	15,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Centro de reabilitação p/ deficientes	100	28,6	0,0	0,0	0,0	42,9	14,3	14,3	0,0	0,0
Apoio sócio-educativo	100	0,0	0,0	33,3	33,3	33,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Centro de convívio	100	0,0	0,0	40,0	40,0	0,0	0,0	20,0	0,0	0,0
Centro de dia	100	5,1	10,3	48,7	28,2	5,1	2,6	0,0	0,0	0,0
Lar para idosos	100	0,0	0,0	66,7	14,3	19,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Centros comunitário/sociais/multiuso	100	0,0	16,1	48,4	9,7	19,4	3,2	0,0	0,0	3,2
Centro de acolh/realib e reinserção	100	0,0	0,0	0,0	85,7	14,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Centro de terapia ocupacional	100	9,1	0,0	27,3	18,2	0,0	18,2	27,3	0,0	0,0

Porém, constituem excepção, o único Centro de recuperação nutricional, cujo responsável tem o nível de licenciatura/mestrado, o único Centro de reabilitação para deficientes onde a grande maioria do pessoal (5/7) tem nível secundário completo, médio ou superior; os Centros de juventude e os Centros lúdico/actividades dos tempos livres onde 37/63 e 11/21 do respectivo pessoal tem o nível secundário completo.

Esta situação indicia alguma inadequação da maioria do pessoal das valências para o tipo de serviço que as mesmas prestam.

Capítulo IV. As Respostas Sociais Existentes em Cabo Verde

Equipamentos sociais para crianças e jovens

Quadro 15. Valências para primeira e segunda infância, capacidade instalada utentes e nível de utilização

Concelho	Valências	%	Capacidade	%	Utentes	%	Utilização
Rib Grande	27	5,8	1012	4,0	732	3,4	72,3
Paul	9	1,9	540	2,1	255	1,2	47,2
Porto Novo	20	4,3	1092	4,3	714	3,3	65,4
São Vicente	25	5,4	3025	11,9	2686	12,3	88,8
São Nicolau	14	3	960	3,8	620	2,8	64,6
Sal	8	1,7	997	3,9	960	4,4	96,3
Boa Vista	9	1,9	405	1,6	284	1,3	70,1
Maio	11	2,4	486	1,9	458	2,1	94,2
Tarrafal	23	4,9	962	3,8	863	4	89,7
Sta Catarina	60	12,9	2383	9,4	2669	12,2	112,0
Santa Cruz	52	11,2	1956	7,7	1664	7,6	85,1
Praia	97	20,8	6384	25,1	5647	25,9	88,5
S. Domingos	32	6,9	1059	4,2	803	3,7	75,8
São Miguel	23	4,9	1224	4,8	1142	5,2	93,3
Mosteiros	12	2,6	825	3,2	482	2,2	58,4
São Filipe	33	7,1	1603	6,3	1339	6,1	83,5
Brava	11	2,4	566	2,2	486	2,2	85,9
Total	466	100	25479	100	21804	100	85,6

A nível nacional as valências para a primeira e segunda infâncias estão dimensionadas para cerca de 25.479 utentes e o nível de utilização destas parece ser adequado, pois cerca de 86% da capacidade instalada é utilizada. Contudo, a análise a nível dos concelhos revela casos de sub-utilização (*Quadro 15*). Assim, Paúl é o concelho onde a utilização da capacidade instalada nas valências para a primeira e segunda infância é menos intensa (47%). Este é um caso que pode ser considerado de efectiva sub-utilização da capacidade instalada.

Por seu turno, Santa Catarina é o concelho onde a utilização das valências para a primeira e segunda infâncias é mais intensiva (112%), sendo um caso que pode indiciar sobrecarga. Seguem-se-lhe os concelhos do Sal (96%), do Maio (94%) e de São Miguel (93%). Nos restantes concelhos, o nível de utilização é elevado, como se pode aferir da leitura do *Quadro 15*.

CRECHES

Enquanto equipamento social

Denomina-se Creche, toda a resposta social desenvolvida em equipamento que se destina a acolher crianças até aos 3 anos de idade, inclusivê, com o objectivo de lhes proporcionar condições adequadas ao seu desenvolvimento, funcionando durante um período diário correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

Quantos são, onde estão, qual a situação e a quem pertencem

Em Junho de 2004 existiam, em Cabo Verde apenas duas creches enquanto equipamento social e encontram-se localizadas na Praia e em São Vicente respectivamente. A creche da Praia encontrava-se em funcionamento como tal, e a de São Vicente aguardava o início de funcionamento. As duas creches pertencem à Fundação de Solidariedade Social. A creche da Praia foi construída com financiamento da autarquia e da cooperação internacional, enquanto que a de São Vicente não foi construída de raiz para o efeito. A gestão das duas creches é assegurada pelos respectivos proprietários

Valências

Das duas cresce recensadas conforme acima referido, apenas um encontrava-se em funcionamento enquanto equipamento social.

Contudo, esta resposta social é desenvolvida no seio de outros tipos de equipamentos sociais, e existem assim 23 creches enquanto valências. Este tipo de resposta social existe apenas nos concelhos da Praia, onde está a grande maioria (19/23), de Santa Catarina (2/23), do Tarrafal de Santiago (1/23) e da Ribeira Grande (1) (*Quadro 10*).

Capacidade instalada, utentes, utilização e cobertura da procura potencial

Quadro 16. Capacidade instalada, utentes, utilização e cobertura da procura potencial

<i>Concelho</i>	<i>Creches</i>	<i>%</i>	<i>Capacidade</i>	<i>%</i>	<i>Utentes</i>	<i>Utilização</i>	<i>Proc potencial</i>	<i>Cobertura</i>
Total	23	100	934	100	844	90,4	42875	2,2
Praia	19	82,6	857	91,8	783	91,4	10596	8,1
Santa Catarina	2	8,7	45	4,8	32	71,1	5843	0,8
Tarrafal	1	4,3	12	1,3	12	100	2030	0,6
Ribeira Grande	1	4,3	20	2,1	17	85,0	1816	1,1

Proc potencial = População dos zero aos 3 anos

Cobertura = (Capacidade/ Procura potencial)x100

Utilização = (Utentes/Capacidade)x100

Considerando que, em Cabo Verde, as crianças ficam normalmente em casa pelo menos até aos 4 anos, idade em que se inicia o pré-escolar, torna-se assim difícil determinar qual a verdadeira procura potencial das creches.

A análise do *Quadro 16* acima, permite, pelo menos, aferir que, é elevado o nível de utilização das poucas creches existentes (90%), variando o nível de utilização entre o mínimo de 71% em Santa Catarina e 100% no concelho de Tarrafal.

Quadro 17 Ano de início do funcionamento das creches por concelho

<i>Concelho</i>	<i>Ano de início de funcionamento</i>				<i>Total</i>
	<i>Década 80</i>	<i>Década 90</i>	<i>2001 e seguintes</i>	<i>ND</i>	
Ribeira Grande	0	1	0	0	1
Tarrafal	0	0	1	0	1
Santa Catarina	0	1	1	0	2
Praia	5	10	3	1	19
Total	5	12	5	1	23

As valências «Creches» são principalmente uma realidade dos anos noventa, pois a maioria (12/23) dessas valências iniciaram o funcionamento nessa década, sendo que igual número iniciou o funcionamento na década de oitenta (5) e entre 2001 e 2004.

Pouco mais de metade das creches do concelho da Praia (10/19) iniciaram o funcionamento na década de noventa. As 5 creches que iniciaram o funcionamento na década de oitenta também estão na Praia, assim como três dos que iniciaram entre 2001 e 2004, período em que abriu a única creche do concelho do Tarrafal.

Padrões de qualidade

A análise dos padrões de qualidade que a seguir desenvolvemos procura, a partir das informações disponibilizadas pela Carta Social de Cabo Verde, aferir sobre os aspectos característicos da segurança, da acessibilidade, do conforto, e do perfil do pessoal, e em suma a qualidade dos serviços prestados pelas valências. Importa ressaltar, ad-initio que, para a maioria dos equipamentos e serviços sociais não existem regulamentos, nem sequer atribuição de alvará, pelo que não existem critérios legais e regulamentares aos quais esses equipamentos e serviços se sujeitam, nem sequer inspecção regular nem auditoria, ainda que pontual dos serviços prestados. Esta análise toma como únicas referências, a realidade portuguesa, mas no essencial o que o conhecimento dos técnicos do sector e o bom senso apontam como sendo ideal.

Tipo de instalação

No momento do recenseamento dos equipamentos e serviços sociais apenas a creche da Praia, pertencente à entidade proprietária da creche (Fundação de Solidariedade Social) estava em funcionamento. Este equipamento funcionava num complexo, estava em bom estado de conservação e encontrava-se ligado à rede pública de água e à rede de esgotos.

Quadro 18 Tipo de instalação das valências «Creches» segundo o concelho

<i>Tipo de instalação</i>	<i>Total</i>	<i>Concelho</i>			
		<i>Rib Grande</i>	<i>Tarrafal</i>	<i>Sta Catarina</i>	<i>Praia</i>
Total	23	1	1	2	19
Prédio apenas no rés-do-chão	9	0	0	2	7
Prédio incluindo rés-do-chão	3	1	0	0	2
Prédio não incluindo rés-do-chão	3	0	0	0	3
Casa Individual/moradia	4	0	0	0	4
Complexo	3	0	0	0	3
Outro	1	0	1	0	0

As creches em funcionamento também consomem respostas à procura existente, muito embora não devidamente estruturada, pois a grande maioria das creches funciona em instalações não edificadas de raiz para acolher este tipo de valência. Com efeito, como se pode aferir pela leitura do (Quadro 18), a grande maioria dessas valências (19/23) funciona em casa individual/moradia

(4), ou então em prédio (15). Se as casas individuais podem ter adequada privacidade, o mesmo não se passa com as instalações da maioria das creches, pois, partilham pelo menos alguns espaços com outros ocupantes, ficando assim, deste modo, diminuídos não só a privacidade, mas também a segurança e o conforto. Apenas 3 creches estão instalados em complexos e estes encontram - se no concelho da Praia. Nesse último concelho, 4 creches funcionam em casa individual/moradia, e 12 funcionam em prédios (*Quadro 18*).

A única creche da Ribeira Grande funciona também em prédio, assim como os dois de Santa Catarina.

Quadro 19 Regime de ocupação e estado de conservação por concelho

Concelho	Total	Regime de Ocupação			Total	Estado de conservação	
		Próprio	Arrendado	Cedido/emprestado		Razoável	Bom
Rib Grande	1	0	0	1	1	0	1
Tarrafal	1	1	0	0	1	1	0
Sta Catarina	2	1	1	0	2	2	0
Praia	19	9	8	2	19	4	15
Total	23	11	9	3	23	7	16

Contudo, como atesta o *Quadro 19* acima, uma parte importante (11/23) das creches funciona em instalações próprias, sendo que a maioria (14/23) funciona em instalações próprias ou então em regime de cedência/empréstimo, ou seja, sem despesas de aluguer.

No concelho da Praia, onde se encontra a maioria das creches, o arrendamento tem peso considerável (8/19), muito embora a maioria ocupe instalações próprias ou em regime de cedência/empréstimo.

As creches de Santa Catarina ocupam instalações próprias (1) ou em regime de cedência (1), sendo que a do Tarrafal ocupa instalações próprias.

A maioria das creches ocupa instalações em bom estado de conservação (16/23). Por consequência, é a situação em que se encontra o essencial das creches do concelho da Praia (15/19), mas também a da Ribeira Grande. Porém, as creches de Santa Catarina (2) e Tarrafal estão em estado de conservação considerado razoável (*Quadro 19*).

Quadro 20 Forma de abastecimento de água e de evacuação das águas residuais por concelho

Concelho	Total	Forma abastecimento água		Total	Evacuação das águas residuais		
		Água canalizada	Auto-tanque		Fossa Séptica	Rede de esgoto	Redor
Rib Grande	1	1	0	1	1	0	0
Tarrafal	1	1	0	1	1	0	0
Sta Catarina	2	2	0	2	2	0	0
Praia	19	17	2	19	10	8	1
Total	23	21	2	23	14	8	1

Certamente, por se encontrarem todas no meio urbano, as creches têm, regra geral, água canalizada (21/23) e é também por consequência, a situação de quase todas as da Praia (17/19), das de Santa Catarina, do Tarrafal e da Ribeira Grande (*Quadro 20*).

Também pelas mesmas razões acima referidas, as creches dão, regra geral, destino adequado às águas residuais, ou seja, evacuam-nas principalmente através de fossa séptica (14/23). É o caso da maioria das creches da Praia (10/19) das creches de Santa Catarina, do Tarrafal e da Ribeira Grande. A rede de esgoto é o segundo dispositivo através da qual dão destino adequado a essas águas e assim ocorre em 8 creches da Praia. Contudo, não deixa de merecer realce, o facto de, numa das creches da Praia se dar destino impróprio às águas residuais, ou seja, são atiradas em redor da valência (*Quadro 20*).

Pessoal das creches por sexo e nível de instrução

Nas 23 valências de tipo creches trabalham 80 pessoas, das quais 79 são mulheres e apenas um homem, na creche da Ribeira Grande. Das 80 pessoas empregadas nas creches, 72 estão no concelho da Praia, 5 no concelho de Santa Catarina e 2 no concelho do Tarrafal (*Quadro 21*).

Quadro 21 Pessoal das creches por concelho segundo o sexo

Concelho	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
Ribeira Grande	1	1	0
Tarrafal	2	0	2
Santa Catarina	5	0	5
Praia	72	0	72
Total	80	1	79

Nas 23 valencias de tipo creches trabalham 80 pessoas das quais a maioria 45/ 80 tem nível secundário completo ou incompleto, apenas 4 destes têm os níveis de licenciatura ou de mestrado e pouco menos de um terço (30/80) tem o nível de ensino basico.

Quadro 22 Nível de instrução do pessoal das creches

	SN	Alfa	E Basico	Sec Inc	Sec Comp	Medio	Lic/Mestrado	Total
Efectivo	0	1	30	32	13	0	4	80
%	0,0	1,3	37,5	40,0	16,3	0,0	5,0	100

Dito de outro modo, os funcionários das creches têm, em geral baixa formação, pois pouco mais de 3 em cada quatro têm nível de ensino básico ou secundário incompleto (*Quadro 22*).

Área de formação do pessoal

Quadro 23 Área de formação do pessoal das creches

Área de formação	Efectivo	%
Auxiliar de enfermagem	1	1,3
Enfermagem	1	1,3
Medicina	1	1,3
Professor do EBI	2	2,5
Monitora	3	3,8
Química	1	1,3
Educadora Infantil	1	1,3
História	1	1,3
Outra	69	86,3
Total	80	100

A grande maioria (69/80) dos trabalhadores das creches tem formação em áreas não específicas. Apenas 3 têm formação de monitora e dois são professores de Ensino Basico, enquanto que 1 tem formação na área da medicina e um em enfermagem. Estes dados permitem inferir que a formação do pessoal das creches não é suficientemente adequada às necessidades. Mais não seria de esperar, tendo em conta o nível de instrução da grande maioria deles, como referido no ponto anterior (*Quadro 23*). De referir no grupo do pessoal, a existência de um único elemento com formação na área social, uma Educadora de Infância.

Tipo de serviço prestado

O serviço lúdico e recreativo e os cuidados de higiene são os serviços mais frequentes prestados pelas creches, enquanto valências. Com efeito, das 23 creches, 20 declararam ter serviço lúdico e recreativo e 19 declararam prestar serviço de higiene. Seguem-se o serviço de alimentação prestado por pouco mais de metade (12) das creches.

Quadro 23 Creches segundo o tipo de serviço/actividade segundo o concelho

Tipo de serviço	Ribeira Grande	Tarrafal	Santa Catarina	Praia	Total
Serviço médico	1	0	0	3	4
Serviço de enfermagem	1	0	0	2	3
Cuidados de higiene	1	1	2	15	19
Alimentação	1	0	1	10	12
Transporte	1	0	0	1	2
Concessão de dispositivos	1	0	0	0	1
Informação/Sensibilização	0	0	0	1	1
Cultural	0	0	0	2	2
Lúdica/Recreativa	0	0	1	19	20
Apadrinhamento	1	0	0	0	1
Famílias substitutas	1	0	0	0	1
Outros serviços prestados	0	1	0	0	1
Total	1	1	2	19	23

O Quadro 24 acima aponta fraquezas estruturais das creches. Assim, os serviços médico, bem como os de enfermagem são praticamente inexistentes nas creches. O mesmo quadro sugere, ainda, que os pais e encarregados de educação providenciam o transporte dos respectivos filhos para as creches, pois apenas duas creches prestam serviço de transporte.

Ainda que, com menor grau de gravidade é de se questionar sobre os casos de 4 creches que não declararam prestar serviço de higiene, bem como de 3, que não referiram prestar serviços lúdicos/recreativos, pois para as crianças de tenra idade, o serviço de higiene é crucial para a saúde das mesmas, tendo em conta a elevada sensibilidade destas às doenças infecciosas e contagiosas. Outrossim, o serviço lúdico/recreativo é suposto, ser também, o meio por excelência de ocupação e educação das crianças em tenra idade.

Jardins de Infância

Enquanto equipamento social

O que são Jardim de Infância/núcleos pré-escolares

Designa-se Jardim de Infância/ núcleo pré- escolar toda a resposta social desenvolvida em equipamento que se destina a acolher, durante o dia ou parte, crianças com idades compreendidas entre os 4 a 6 anos, proporcionando-lhes actividades sócio- educativas que facilitem o seu desenvolvimento global.

Quantos existem e onde estão

Quadro 25. Jardins de infância distribuídos por concelho segundo a situação Cabo Verde. Carta Social 2004

Concelho	Total	%	Situação do equipamento social				
			Func ES	Func Ofin	Aguarda início	Encerrado	Construção
Rib. Grande	22	5,4	16	0	4	0	2
Paul	8	2	6	1	0	0	1
Porto Novo	19	4,6	19	0	0	0	0
São Vicente	24	5,9	22	0	1	0	1
São Nicolau	11	2,7	10	0	0	1	0
Sal	8	2	8	0	0	0	0
Boa Vista	9	2,2	8	0	0	0	1
Maio	11	2,7	11	0	0	0	0
Tarrafal	23	5,4	21	0	1	0	1
Sta Catarina	53	13	50	0	0	0	3
Santa Cruz	44	10,8	44	0	0	0	0
Praia	74	18,3	72	0	1	0	1
S. Domingos	19	4,6	19	0	0	0	0
São Miguel	23	5,6	22	0	1	0	0
Mosteiros	14	2,9	12	0	0	0	2
São Filipe	36	8,8	32	0	1	0	3
Brava	13	3,2	9	0	0	0	4
Total	411	100	381	1	9	1	19

Em Junho de 2004, existiam em Cabo Verde 411 jardins de infância, enquanto equipamentos sociais, dos quais 281 estão no meio rural e 130 no meio urbano. Dito de outro modo, pelo

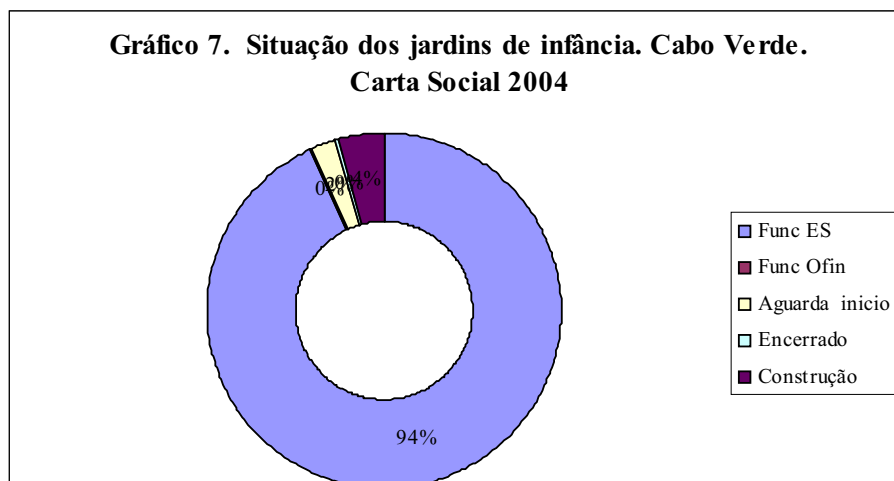
menos dois em cada 3 jardins de infância (68%) estão no meio rural. Esta distribuição, tal como já foi dito atrás, deve-se certamente ao facto dos jardins de infância terem maiores dimensões no meio urbano, sendo de pequeno porte e em número maior no meio rural, sobretudo por causa da dispersão do habitat.

Dos 411 jardins infantis, 236 estavam na ilha de Santiago (57%), 49 em Santo Antão, 50 no Fogo, 24 em São Vicente, 13 na ilha Brava, 11 em São Nicolau, igual número no Maio, 9 na ilha da Boavista e 8 no Sal.

Quadro 25a Jardins de infância distribuídos por concelho segundo a situação Cabo Verde. Carta Social 2004

<i>Concelho</i>	Total	Situação do equipamento social				
		Func ES	Func Ofin	Aguarda início	Encerrado	Construção
Rib Grande	100	72,7	0,0	18,2	0,0	9,1
Paul	100	75,0	12,5	0,0	0,0	12,5
Porto Novo	100	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
São Vicente	100	91,7	0,0	4,2	0,0	4,2
São Nicolau	100	90,9	0,0	0,0	9,1	0,0
Sal	100	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Boa Vista	100	88,9	0,0	0,0	0,0	11,1
Maio	100	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Tarrafal	100	91,3	0,0	4,3	0,0	4,3
Sta Catarina	100	94,3	0,0	0,0	0,0	5,7
Santa Cruz	100	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Praia	100	97,3	0,0	1,4	0,0	1,4
S. Domingos	100	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
São Miguel	100	95,7	0,0	4,3	0,0	0,0
Mosteiros	100	85,7	0,0	0,0	0,0	14,3
São Filipe	100	88,9	0,0	2,8	0,0	8,3
Brava	100	69,2	0,0	0,0	0,0	30,8
Total	100	92,7	0,2	2,2	0,2	4,6

O concelho da Praia, onde existem 74 jardins de infância, constitui com Santa Catarina os dois concelhos com maior efectivo desses equipamentos sociais, ou seja albergando ambos, cerca de 31% do total, por razões inerentes ao peso populacional e à dispersão geográfica respectivamente já explicitadas anteriormente (*Quadros 25 a 25a*).



Nos concelhos do Porto Novo, do Sal, do Maio, de Santa Cruz, de São Domingos, da Praia, de São Vicente de São Nicolau, de Tarrafal (Santiago) de Santa Catarina e de São Miguel, ou seja, na maioria dos concelhos de Cabo Verde, a taxa de utilização situa-se acima de 90%, o que permite afirmar que, praticamente não existe sub-utilização. Nos quatro primeiros, todos os jardins estavam a funcionar para os fins próprios, variando a taxa de utilização para os restantes deste grupo, entre 91% no concelho do Tarrafal (Santiago) e 97% no concelho da Praia (*Quadro 25 a*).

A quem pertencem

Os jardins de infância são a grande maioria dos equipamentos sociais existentes em Cabo Verde. Não será assim, novidade que, com excepção de Praia, São Vicente, São Nicolau, Sal e Boa Vista, a maioria desses equipamentos pertence às autarquias locais, variando entre 50% em São Filipe - Fogo e 95% em São Domingos (*Quadro 12b*).

Quadro 26. Jardins de infancia por entidade proprietária segundo o concelho

Entidade Proprietária	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
ONG	4	1	3	3	1	1	2	3	2	0	3	11	1	0	0	0	0	34
Fundação Solid Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Associação Comunitária	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	6	0	2	0	1	0	12
Organ/Confiss Religiosa	0	0	3	7	5	2	3	1	1	2	4	10	0	1	2	16	1	58
Associação Mutualista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço Adm Pública	0	0	1	6	1	2	2	0	0	0	2	2	0	0	0	1	3	20
Autarquia Local	17	7	12	1	4	2	2	7	20	48	34	16	18	20	12	18	8	246
Outra entidade c/F/lucr	0	0	0	6	0	1	0	0	0	2	0	28	0	0	0	0	0	37
Outro	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	4
Total	22	8	19	24	11	8	9	11	23	53	44	74	19	23	14	36	13	411

Quadro 26a. Jardins de infância por entidade proprietária segundo o concelho

Entidade Proprietária	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
ONG	18.2	12.5	15.8	12.5	9.1	12.5	22.2	27.3	8.7	0.0	6.8	14.9	5.3	0.0	0.0	0.0	0.0	8.3
Fundação Solid Social	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Associação Comunitária	4.5	0.0	0.0	4.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.9	0.0	8.1	0.0	8.7	0.0	2.8	0.0	2.9
Organ/Confiss Religiosa	0.0	0.0	15.8	29.2	45.5	25.0	33.3	9.1	4.3	3.8	9.1	13.5	0.0	4.3	14.3	44.4	7.7	14.1
Associação Mutualista	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Serviço AdministPública	0.0	0.0	5.3	25.0	9.1	25.0	22.2	0.0	0.0	0.0	4.5	2.7	0.0	0.0	0.0	2.8	23.1	4.9
Autarquia Local	77.3	87.5	63.2	4.2	36.4	25.0	22.2	63.6	87.0	90.6	77.3	21.6	94.7	87.0	85.7	50.0	61.5	59.9
Outra entidade c/F/lucl	0.0	0.0	0.0	25.0	0.0	12.5	0.0	0.0	0.0	3.8	0.0	37.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	9.0
Outro	4.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.3	1.4	0.0	0.0	0.0	0.0	7.7	1.0
Total	105	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Como se pode, aliás, aferir da leitura do *Quadro 26a*, merecem sempre destaque, em segunda posição, as Entidades/confissões religiosas que detêm cerca de 14% desses equipamentos a nível nacional, com maior expressão em São Nicolau (46%) em São Filipe (44%) na Boavista (33%) e no Sal (25%). As ONG's têm também peso relativo não desprezível (8%), especialmente nos concelhos do Maio (27%), da Boavista (22%), do Porto Novo (16%) e da Praia (15%).

O *Quadro 26a* revela-nos, ainda, que os jardins de infância são respostas passíveis de interessar a entidades com fins lucrativos nos grandes centros urbanos, pois cerca de 38% destes pertencem a outras entidades com fins lucrativos na Praia, sendo 25% em São Vicente e 13% no Sal.

Quem financiou a construção

Segundo os dados do recenseamento dos equipamentos e serviços sociais, dos 411 jardins de infância existentes em Cabo Verde, 348 foram construídos com o financiamento de entidades diversas.

Quadro 27. Entidades financiadoras da construção dos jardins de infância segundo o concelho

Entidade financiadora	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
Autofinanciamento			2	7		3		1		3	3	35	2	1		2	1	60
Autarquia	11	6	10	2	4	1	1	8	13	12	7	16	12	18	5	7	4	137
Governo	4	3	8	4	2		1	3	5		23	4		4	5	2	3	71
Empresa privada												1						1
Empresa Pública										1		3						4
CoopInternacional	10	4	9	11	7	3	4	3	6	12	6	14	1	3	10	8	3	114
ONG Nacional			2		1				1	1	6	3	1	1		4		20
Particular		1	1	4			1		2	13	11	10						43
Fin B Mundial	2	1	5	2					3	2	1			3	5	1	2	27
Outro						2			1		1	3	1	3	2	9	2	24
Total	16	7	17	23	10	8	6	11	16	32	44	71	14	21	14	28	10	348

No cômputo geral, merecem especial realce, as autarquias que intervieram no financiamento de cerca de 137 jardins de infância construídos, o que corresponde a cerca de 39% do total. Segue-se-lhes a cooperação internacional com intervenção no financiamento de 114 desses equipamentos sociais, ou seja, 1 em cada três jardins de infância construídos beneficiaram desse tipo de parceria financeira.

Contudo, é de particularizar, a participação do Governo no financiamento da construção dos jardins de infância, se tivermos em conta que, dos 348 jardins infantis do universo em análise, 71 beneficiaram do financiamento directo do Governo, e se a estes juntarmos os 27 jardins de infância que beneficiaram de financiamento do Governo com fundos do Banco Mundial (*Quadro 27*), fica reforçado o papel do Governo neste tipo de investimentos.

A intervenção das autarquias é particularmente expressiva em 8 dos 17 concelhos onde intervieram no financiamento da construção de pelo menos metade dos jardins de infância, variando entre um mínimo de 59% no Porto Novo e o máximo de 86% no Paúl, em São Domingos e em São Miguel. Pertencem ainda a este grupo, os concelhos de Tarrafal, Maio e Ribeira Grande (*Quadro 27a*).

A análise por concelho revela, ainda, diferenças notáveis em matéria de intervenção da cooperação internacional, no financiamento dos jardins de infância.

A cooperação internacional interveio no financiamento da maioria dos jardins construídos nos concelhos dos Mosteiros (83%), Boavista (67%), São Nicolau (70%) e em todos os concelhos de Santo Antão, como se pode aferir da leitura do Quadro 27 acima. Paúl, Porto Novo e Santa Cruz são os únicos concelhos onde uma ligeira maioria dos jardins de infância construídos beneficiaram de financiamento do Governo (*Quadro 27a*).

Dos 71 jardins de infância construídos na Praia, 35 tiveram autofinanciamento o que corresponde a 49% do total. O autofinanciamento, também, ocorre com certa expressão, no Sal (38%) e em São Vicente (30%). Trata-se de três importantes pólos urbanos do País com forte incidência de serviços, onde certamente os jardins de infância constituem uma actividade também lucrativa, a ponto de interessarem a operadores empresariais privados.

Quadro 27a. Entidades financiadoras da construção dos jardins de infância segundo o concelho

Entid financiadora	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
Total Jardins inf																		
Autofinanciamento			11.8	30.4		38		9.1		9.4	6.8	49.3	14.3	4.8		7.1	10.0	17.2
Autarquia	69	86	59	8.7	40	13	17	73	81	38	16	23	86	86	36	25	40	39.4
Governo	25.0	42.9	47.1	17.4	20.0		16.7	27.3	31.3		52.3	5.6		19.0	35.7	7.1	30.0	20.4
Empresa privada												1.41						0.3
Empresa Pública										3.1		4.23						1.1
CoopInternacional	63	57	53	48	70	38	67	27	38	38	14	20	7	14	71	29	30	32.8
ONG Nacional			11.8		10.0				6.3	3.1	13.6	4.2	7.1	4.8		14.3		5.7
Particular		14.3	5.9	17.4			16.7		12.5	40.6	25.0	14.1						12.4
Fin B Mundial	12.5	14.3	29.4	8.7					18.8	6.3	2.3			14.3	35.7	3.6	20.0	7.8
Outro						25			6.3		2.3	4.2	7.1	14.3	14.3	32.1	20	6.9

A intervenção do Governo, - através dos fundos do Banco Mundial, no financiamento da construção dos jardins de infância é mais expressiva no Porto Novo (5/17), Mosteiros (5/12), no Tarrafal (3/16), e na Ribeira Grande (2/16) (*Quadro 27*).

A análise do quadro acima confirma a intervenção social dos municípios, o esforço e o papel que os mesmos têm desempenhado na oferta de serviços de educação pré-escolar, especialmente com o apoio da cooperação internacional. Aponta também para uma fraca intervenção do Governo central, certamente, por não se tratar de uma resposta social com carácter universal e obrigatória.

Tipo de instalação

A análise do tipo de instalação dos jardins de infância (*Quadro 31*), sugere que, a existência destes responde a uma necessidade premente de resposta social para as crianças deste ciclo de vida, pois tudo leva a crer que, o investimento efectivo na edificação deste tipo de equipamentos seja ainda pouco expressivo. Com efeito, apenas cerca de 6% dos jardins de infância funcionam em complexos, ou seja, edifícios construídos de raíz para o efeito. Dos 411 jardins de infância existentes em 2004, cerca de 283 estão instalados em casa individual/moradia, o que corresponde a cerca de 69% do total. São edificações destinadas principalmente à habitação e adaptadas para o acolhimento desse tipo de resposta social. A Carta Social registou ainda 3 jardins de infância instalados em garagem, dos quais dois no concelho de Santa Cruz e um no concelho do Paúl. Foram, ainda, registados 57 jardins de infância funcionando em prédios (13%), que é suposto terem limitações em matéria de privacidade, de segurança e conforto para as crianças de tenra idade (*Quadros 31 e 31a*).

Quadro 31 Tipo de instalação dos jardins de infância segundo o concelho

Tipo de instalação	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
Prédio apenas no rés-do-chão	2	1	0	6	1	1	1	0	0	6	1	14	0	0	1	0	1	35
Prédio incluindo rés-do-chão	2	0	2	2	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	0	0	1	11
Prédio não incl rés-do-chão	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	6	1	0	0	0	0	11
Casa Individual/moradia	11	5	17	12	7	1	7	8	21	42	26	41	18	23	11	27	6	283
Complexo	0	0	0	1	1	6	0	3	0	0	7	5	0	0	0	2	1	26
Garagem	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	3
Outro	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	6	2	0	0	0	2	0	13
S/R	5	1	0	3	1	0	1	0	1	3	0	3	0	0	2	5	4	29
Total	22	8	19	24	11	8	9	11	23	53	44	74	19	23	14	36	13	411

Quadro 31a Tipo de instalação dos jardins de infância segundo o concelho

Tipo de instalação	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
Prédio apenas no rés-do-chão	9,1	12,5	0,0	25,0	9,1	12,5	11,1	0,0	0,0	11,3	2,3	18,9	0,0	0,0	7,1	0,0	7,7	8,5
Prédio incluindo rés-do-chão	9,1	0,0	10,5	8,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	4,1	0,0	0,0	0,0	0,0	7,7	2,7
Prédio não incl rés-do-chão	4,5	0,0	0,0	0,0	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	1,9	2,3	8,1	5,3	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7
Casa Individual/moradia	50,0	62,5	89,5	50,0	63,6	12,5	77,8	72,7	91,3	79,2	59,1	55,4	94,7	100	78,6	75,0	46,2	68,9
Complexo	0,0	0,0	0,0	4,2	9,1	75,0	0,0	27,3	0,0	0,0	15,9	6,8	0,0	0,0	0,0	5,6	7,7	6,3
Garagem	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
Outro	4,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3	1,9	13,6	2,7	0,0	0,0	0,0	5,6	0,0	3,2
S/R	22,7	12,5	0,0	12,5	9,1	0,0	11,1	0,0	4,3	5,7	0,0	4,1	0,0	0,0	14,3	13,9	30,8	7,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Sal é porventura a única verdadeira exceção à regra, pois ali, 6 dos 8 jardins existentes estão instalados em complexos.

De referir que, mesmo no concelho que alberga a capital do País, apenas 5 dos 74 jardins de infância funcionam em complexos, aliás em proporção muito abaixo dos concelhos do Maio, de Santa Cruz, de São Nicolau e da Brava (27, 16, 9 e 8% respectivamente). No concelho de São Miguel todos os jardins estão instalados em casa individual, e seguem-se-lhe os concelhos de São Domingos, do Tarrafal (Santiago) e do Porto Novo, onde também a quase totalidade dos jardins funciona em casas individuais (95, 91 e 90% respectivamente) (*Quadros 31 e 31a*).

Regime de ocupação

A análise do *Quadro 32* confirma aliás a forte procura dos jardins de infância, a oferta progressiva desses serviços, sem que sejam criadas condições adequadas, como ocorre, por exemplo, com a rede escolar nos níveis Básico e Secundário. Com efeito, muito embora as instalações não sejam adequadas na maioria dos casos, a maioria (57%) destes pertence aos proprietários desses equipamentos sociais, cerca de 14% ocupam instalações em regime de arrendamento e 23 em cada 100 funcionam em instalações cedidas.

Quadro32 Regime de ocupação dos jardins de infância

Concelho	Total	Próprio	Arrendado	Cedido/emprestado	Outro	S/R
Rib. Grande	22	8	2	7	2	3
Paul	8	5	0	2	0	1
Porto Novo	19	18	1	0	0	0
S. Vicente	24	18	2	2	2	0
S. Nicolau	11	9	0	1	1	0
Sal	8	7	0	1	0	0
Boa Vista	9	5	0	3	1	0
Maio	11	3	0	8	0	0
Tarrafal	23	16	4	2	1	0
Sta Catarina	53	16	21	13	1	2
Santa Cruz	44	21	6	17	0	0
Praia	74	40	16	16	2	0
S. Domingos	19	15	2	2	0	0
São Miguel	23	19	1	2	1	0
Mosteiros	14	12	0	0	0	2
São Filipe	36	18	1	13	4	0
Brava	13	4	1	4	4	0
Total	411	234	57	93	19	8

No Maio, a grande maioria (8/11) dos jardins funciona em instalações cedidas. Seguem-se-lhe os concelhos de Santa Cruz, de Boavista e da Brava, onde a proporção dos jardins ocupando instalações nesse regime tem maior expressão (39, 33 e 31% respectivamente).

Quadro 32a. Regime de ocupação dos jardins de infância

Concelho	Total	Próprio	Arrendado	Cedido/emprestado	Outro	S/R
Rib. Grande	100	36,4	9,1	31,8	9,1	13,6
Paul	100	62,5	0,0	25,0	0,0	12,5
Porto Novo	100	94,7	5,3	0,0	0,0	0,0
S. Vicente	100	75,0	8,3	8,3	8,3	0,0
S. Nicolau	100	81,8	0,0	9,1	9,1	0,0
Sal	100	87,5	0,0	12,5	0,0	0,0
Boa Vista	100	55,6	0,0	33,3	11,1	0,0
Maio	100	27,3	0,0	72,7	0,0	0,0
Tarrafal	100	69,6	17,4	8,7	4,3	0,0
Sta Catarina	100	30,2	39,6	24,5	1,9	3,8
Santa Cruz	100	47,7	13,6	38,6	0,0	0,0
Praia	100	54,1	21,6	21,6	2,7	0,0
S. Domingos	100	78,9	10,5	10,5	0,0	0,0
São Miguel	100	82,6	4,3	8,7	4,3	0,0
Mosteiros	100	85,7	0,0	0,0	0,0	14,3
São Filipe	100	50,0	2,8	36,1	11,1	0,0
Brava	100	30,8	7,7	30,8	30,8	0,0
Total	100	56,9	13,9	22,6	4,6	1,9

Ribeira Grande, Santa Cruz, Maio e Brava e Santa Catarina são os concelhos onde menos de metade dos jardins funcionam em instalações próprias, variando entre 27% no Maio e 48% em Santa Cruz. Assim, se entende que, o arrendamento tenha certa expressão em Santa Catarina (40%) mas também na Praia, no Tarrafal e em Santa Cruz (22, 17 e 14% respectivamente) (*Quadro 32a*).

Estado de conservação

O estado de conservação das instalações, também fornece indicações avançadas sobre as condições de segurança, e de conforto das mesmas.

Como se pode aferir da leitura do *Quadro 33* o estado de conservação das instalações dos jardins de infância deve ser motivo de devida atenção, pois no cômputo geral, apenas cerca de um em cada três jardins de infância (34%) está em bom estado de conservação, sendo que 44% estão em estado razoável e 22% estão em mau estado de conservação.

Quadro 33 Estado de conservação das instalações

Concelho	Total	Estado de conservação				
		<i>Mau</i>	<i>Razoável</i>	<i>Bom</i>	<i>SR</i>	<i>ND</i>
Rib. Grande	22	7	8	7	0	0
Paul	8	2	5	1	0	0
Porto Novo	19	1	13	5	0	0
S. Vicente	24	3	9	11	1	0
S. Nicolau	11	2	6	3	0	0
Sal	8	1	3	4	0	0
Boa Vista	9	1	4	4	0	0
Maio	11	2	8	1	0	0
Tarrafal	23	3	9	11	0	0
Sta Catarina	53	20	20	13	0	0
Santa Cruz	44	18	20	6	0	0
Praia	74	5	33	36	0	0
S. Domingos	19	5	8	6	0	0
São Miguel	23	3	13	7	0	0
Mosteiros	14	0	2	10	0	2
São Filipe	36	12	15	9	0	0
Brava	13	5	4	4	0	0
Total	411	90	180	138	1	2

Dito de outro modo, os jardins infantis funcionam na sua grande maioria em instalações próprias que foram construídas para habitação e não para esse fim e o estado de conservação não é o melhor.

Nos Mosteiros a grande maioria (10/14) jardins de infância está em bom estado de conservação. Talvez por ser um dos mais jovens concelhos do País, e os jardins de infância serem uma realidade relativamente recente.

Quadro 33a Estado de conservação das instalações

Concelho	Total	Estado de conservação				
		<i>Mau</i>	<i>Razoável</i>	<i>Bom</i>	<i>SR</i>	<i>ND</i>
Rib. Grande	100	31,8	36,4	31,8	0,0	0,0
Paul	100	25,0	62,5	12,5	0,0	0,0
Porto Novo	100	5,3	68,4	26,3	0,0	0,0
S. Vicente	100	12,5	37,5	45,8	4,2	0,0
S. Nicolau	100	18,2	54,5	27,3	0,0	0,0
Sal	100	12,5	37,5	50,0	0,0	0,0
Boa Vista	100	11,1	44,4	44,4	0,0	0,0
Maio	100	18,2	72,7	9,1	0,0	0,0
Tarrafal	100	13,0	39,1	47,8	0,0	0,0
Sta Catarina	100	37,7	37,7	24,5	0,0	0,0
Santa Cruz	100	40,9	45,5	13,6	0,0	0,0
Praia	100	6,8	44,6	48,6	0,0	0,0
S. Domingos	100	26,3	42,1	31,6	0,0	0,0
São Miguel	100	13,0	56,5	30,4	0,0	0,0
Mosteiros	100	0,0	14,3	71,4	0,0	14,3
São Filipe	100	33,3	41,7	25,0	0,0	0,0
Brava	100	38,5	30,8	30,8	0,0	0,0
Total	100	21,9	43,8	33,6	0,2	0,5

Igualmente, a maioria desses equipamentos encontra-se em bom estado de conservação no concelho do Sal (50%) e seguem-se os concelhos de Praia, São Vicente, Tarrafal e Boavista onde, embora não maioritária, é expressiva a proporção de jardins cujas instalações estão em bom estado de conservação (49, 48, 46 ed 44% respectivamente).

Por seu turno, a grande maioria dos jardins do Maio estão em estado razoável de conservação, assim como os dos concelhos do Porto Novo, Paúl e São Miguel, (68, 62 e 57% respectivamente) (*Quadro 33a*).

Estes dados, conjuntamente com os relativos ao nível de utilização e de cobertura da procura potencial, podem fornecer indicações seguras para a focalização dos projectos no domínio do Ensino Pré-Escolar.

Fonte de água

A fonte de água de uso informa sobre a origem, a qualidade da água que se utiliza, mas também sobre o esforço necessário à obtenção desse precioso líquido. A disponibilidade de água é uma das condições para a adequada higiene e saneamento desses equipamentos, frequentados pelas crianças, que são particularmente sensíveis às doenças infecciosas.

Quadro 34 Principal fonte de abastecimento de água

Concelho	Total	Forma abastecimento água							
		Ag canalizada	Cisterna	Auto-anque	Chafariz	Poço	Levada	Outro	S/R
Rib. Grande	22	13	0	1	4	0	0	0	4
Paúl	8	4	0	1	1	1	0	0	1
Porto Novo	19	18	0	0	1	0	0	0	0
São Vicente	24	19	0	3	0	0	0	0	2
S. Nicolau	11	7	0	2	1	0	0	0	1
Sal	8	7	0	1	0	0	0	0	0
Boa Vista	9	2	0	0	6	0	0	0	1
Maio	11	2	0	0	5	0	0	4	0
Tarrafal	23	13	0	4	2	0	0	1	3
Sta Catarina	53	8	8	4	13	2	0	15	3
Santa Cruz	44	14	1	10	10	7	1	1	0
Praia	74	38	2	9	20	0	2	1	2
S. Domingos	19	0	0	4	9	2	2	1	1
São Miguel	23	8	1	4	3	2	3	1	1
Mosteiros	14	5	1	0	6	0	0	0	2
São Filipe	36	6	10	3	12	0	0	1	4
Brava	13	4	1	0	3	0	0	1	4
Total	411	168	24	46	96	14	8	26	29

Como vimos anteriormente, mais de dois terços (68%) dos jardins de infância estão no meio rural. Assim, se entende que no cômputo geral, muito embora a grande maioria (75%) dos jardins de infância utilize água potável, apenas 41% tem água canalizada, ou seja, estão ligadas à rede pública de água. Pelo menos cerca de 1/3 destes utilizam água de chafariz (23 %) ou de autotanque (11%) (*Quadros 34 e 34a*)

Quadro 34a Principal fonte de abastecimento de água

Concelho	Forma abastecimento água								
	Total	Ag canalizada	Cisterna	Autotanque	Chafariz	Poço	Levada	Outro	S/R
Rib. Grande	22	59,1	0,0	4,5	18,2	0,0	0,0	0,0	18,2
Paul	8	50,0	0,0	12,5	12,5	12,5	0,0	0,0	12,5
Porto Novo	19	94,7	0,0	0,0	5,3	0,0	0,0	0,0	0,0
São Vicente	24	79,2	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	8,3
S. Nicolau	11	63,6	0,0	18,2	9,1	0,0	0,0	0,0	9,1
Sal	8	87,5	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Boa Vista	9	22,2	0,0	0,0	66,7	0,0	0,0	0,0	11,1
Maio	11	18,2	0,0	0,0	45,5	0,0	0,0	36,4	0,0
Tarrafal	23	56,5	0,0	17,4	8,7	0,0	0,0	4,3	13,0
Sta Catarina	53	15,1	15,1	7,5	24,5	3,8	0,0	28,3	5,7
Santa Cruz	44	31,8	2,3	22,7	22,7	15,9	2,3	2,3	0,0
Praia	74	51,4	2,7	12,2	27,0	0,0	2,7	1,4	2,7
S. Domingos	19	0,0	0,0	21,1	47,4	10,5	10,5	5,3	5,3
São Miguel	23	34,8	4,3	17,4	13,0	8,7	13,0	4,3	4,3
Mosteiros	14	35,7	7,1	0,0	42,9	0,0	0,0	0,0	14,3
São Filipe	36	16,7	27,8	8,3	33,3	0,0	0,0	2,8	11,1
Brava	13	30,8	7,7	0,0	23,1	0,0	0,0	7,7	30,8
Total	411	40,9	5,8	11,2	23,4	3,4	1,9	6,3	7,1

Não ter água canalizada é a situação da maioria dos concelhos de Cabo Verde e particularmente dos concelhos de Sotavento, dos quais Praia e Tarrafal são as únicas exceções (51 e 57% respectivamente). As condições de acesso à água potável são muito mais favoráveis nos concelhos de Barlavento, grupo em que, apenas em Boavista uma minoria dos jardins tem água canalizada.

Ocorrem, ainda, casos como nos concelhos de São Miguel, São Domingos e Santa Cruz, onde uma proporção não negligenciável de jardins obtêm água de poço ou então de levada (22, 21 e 16% respectivamente) (*Quadros 34 e 34a*).

Evacuação das águas residuais

São Vicente é a ilha de Cabo Verde com melhor cobertura em matéria de rede de esgotos e onde a quase totalidade do núcleo populacional é urbano. Assim, se pode explicar que seja o único concelho onde a grande maioria (75%) dos jardins de infância evacua as águas residuais através da rede de esgotos, a que por sinal estão ligados, como se pode aferir da leitura do *Quadro 35* abaixo.

Quadro 35 Evacuação das águas residuais

Concelhos	Total	Evacuação das águas residuais				
		Fossa Séptica	Rede esgoto	Redor	Outro	S/R
Rib. Grande	22	17	0	1	0	4
Paul	8	6	0	1	0	1
Porto Novo	19	19	0	0	0	0
S. Vicente	24	4	18	0	0	2
S. Nicolau	11	10	0	0	0	1
Sal	8	8	0	0	0	0
Boa Vista	9	3	0	5	0	1
Maio	11	2	0	9	0	0
Tarrafal	23	15	0	4	1	3
Sta Catarina	53	15	0	32	3	3
Santa Cruz	44	16	1	27	0	0
Praia	74	48	12	12	0	2
S. Domingos	19	5	0	14	0	0
São Miguel	23	15	0	7	0	1
Mosteiros	14	7	0	5	0	2
São Filipe	36	14	0	18	0	4
Brava	13	4	0	4	1	4
Total	411	208	31	139	5	28

Quadro 35a Evacuação das águas residuais

Concelho	Total	Evacuação das águas residuais				
		Fossa Séptica	Rede esgoto	Redor	Outro	S/R
Rib. Grande	22	77,3	0,0	4,5	0,0	18,2
Paul	8	75,0	0,0	12,5	0,0	12,5
Porto Novo	19	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
S. Vicente	24	16,7	75,0	0,0	0,0	8,3
S. Nicolau	11	90,9	0,0	0,0	0,0	9,1
Sal	8	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Boa Vista	9	33,3	0,0	55,6	0,0	11,1
Maio	11	18,2	0,0	81,8	0,0	0,0
Tarrafal	23	65,2	0,0	17,4	4,3	13,0
Sta Catarina	53	28,3	0,0	60,4	5,7	5,7
Santa Cruz	44	36,4	2,3	61,4	0,0	0,0
Praia	74	64,9	16,2	16,2	0,0	2,7
S. Domingos	19	26,3	0,0	73,7	0,0	0,0
São Miguel	23	65,2	0,0	30,4	0,0	4,3
Mosteiros	14	50,0	0,0	35,7	0,0	14,3
São Filipe	36	38,9	0,0	50,0	0,0	11,1
Brava	13	30,8	0,0	30,8	7,7	30,8
Total	411	50,6	7,5	33,8	1,2	6,8

Como se deprende da leitura do *Quadro 35a* a maioria dos jardins de infância (51%) evacua as águas residuais através das fossas sépticas. Em pior situação se encontram os jardins dos

concelhos de Boavista, Maio, Santa Catarina, Santa Cruz, São Domingos e São Filipe onde pelo menos a metade dos jardins de infância dão destino impróprio às águas residuais, ou seja, atiram-nas em redor do próprio jardim. Nos restantes concelhos, a maioria, senão a totalidade, evacua as águas residuais através de fossa séptica (*Quadro 35a*).

Localização em relação ao aglomerado populacional

Pela sua importância e para melhor se apreender as condições de acessibilidade dos jardins, procurou-se também no âmbito da Carta Social, aferir sobre a localização destes equipamentos em relação ao aglomerado populacional.

Os dados do *Quadro 36* permitem aferir que os jardins se situam, na sua grande maioria (88%) dentro de aglomerados populacionais, variando entre um mínimo de 66% em São Domingos e 100% nos concelhos do Porto Novo, do Sal e do Maio.

Porém, o caso de Santa Cruz merece a devida atenção, pois ali, 14% dos jardins situam-se fora de aglomerado populacional, como declarado no âmbito da Carta Social.

Quadro 36 Situação em relação ao aglomerado populacional

Concelho	Valores absolutos					Em %				
	<i>Total</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>N/A</i>	<i>ND</i>	<i>Total</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>N/A</i>	<i>ND</i>
Rib. Grande	22	17	1	2	2	100	77,3	4,5	9,1	9,1
Paul	8	7	0	1	0	100	87,5	0,0	12,5	0,0
Porto Novo	19	19	0	0	0	100	100,0	0,0	0,0	0,0
São Vicente	24	22	0	2	0	100	91,7	0,0	8,3	0,0
São Nicolau	11	10	0	1	0	100	90,9	0,0	9,1	0,0
Sal	8	8	0	0	0	100	100,0	0,0	0,0	0,0
Boa Vista	9	8	0	1	0	100	88,9	0,0	11,1	0,0
Maio	11	11	0	0	0	100	100,0	0,0	0,0	0,0
Tarrafal	23	21	1	1	0	100	91,3	4,3	4,3	0,0
Sta Catarina	53	48	2	1	2	100	90,6	3,8	1,9	3,8
Santa Cruz	44	29	15	0	0	100	65,9	34,1	0,0	0,0
Praia	74	73	0	1	0	100	98,6	0,0	1,4	0,0
S. Domingos	19	17	2	0	0	100	89,5	10,5	0,0	0,0
São Miguel	23	22	1	0	0	100	95,7	4,3	0,0	0,0
Mosteiros	14	11	0	0	3	100	78,6	0,0	0,0	21,4
São Filipe	36	30	0	5	1	100	83,3	0,0	13,9	2,8
Brava	13	9	0	4	0	100	69,2	0,0	30,8	0,0
Total	411	362	22	19	8	100	88,1	5,4	4,6	1,9

Jardins de infância enquanto valências

Quem gere

Dos 442 jardins de infância registados no âmbito da Carta Social, enquanto valências, 315 (ou seja a maioria) são geridos pelos respectivos proprietários, o que equivale a cerca de 71% e apenas 127 são geridos por entidades não proprietárias.

Ribeira Grande, Boavista, Maio, São Vicente e Brava são os concelhos onde a maioria dos jardins de infância não são geridos pelos respectivos proprietários. Nos restantes concelhos ocorre o contrário, com maior expressão relativa nos concelhos de São Domingos onde todos os jardins são geridos pelos respectivos proprietários, e nos concelhos de Santa Catarina, do Sal, do Porto Novo e de São Filipe onde a proporção destes oscila entre 80% e 93% respectivamente (*Quadro 14a*).

Dos 127 jardins não geridos pelos respectivos proprietários, 56 o são pelas autarquias, o que representa cerca de 44% do total dos não geridos pelos proprietários e 13% do total das valências jardins de infância. Uma vez mais, salta à evidência, a preponderância dos municípios na oferta dos serviços sociais, neste caso dirigido à infância, sendo o primeiro nível escolar. Seguem-se-lhe as ONG's e as Organizações/confissões religiosas que gerem respectivamente cerca de 16 e 10% dos jardins não geridos pelos proprietários. (*Quadro 28*)

Quadro 28. Jardins de infância por concelho segundo a natureza jurídica da entidade gestora

Entidade gestora	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
ONG	7	1	0	0	0	0	4	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20
Fundação Solid Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Associação Comunitária	8	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1	13
Organ/Confis Religiosa	1	0	0	4	2	0	1	0	0	0	1	4	0	1	1	1	1	17
Associação Mutualista	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Serviço Adm Pública	0	0	1	4	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	6
Autarquia Local	4	1	3	0	0	1	1	0	4	4	13	7	0	6	3	4	5	56
Empresa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Serv Sociais Empresa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OutraEnt c/fins lucrativas	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	10
Outro	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
SR (Gestao proprietario)	3	7	16	10	12	7	3	3	18	54	38	56	32	16	8	28	4	315
Total	26	9	20	24	14	8	9	11	22	58	52	78	32	23	12	33	11	442
Gestao pNproprietario	23	2	4	14	2	1	6	8	4	4	14	22	0	7	4	5	7	127

Nos concelhos de Tarrafal, Santa Catarina e Sal, todos os jardins de infância nesta situação são geridos pela autarquia local. A presença das autarquias na gestão de jardins de infância de que não são proprietárias é ainda particularmente expressiva nos concelhos de Santa Cruz, São Miguel, Mosteiros, São Filipe e Brava (*Quadro 28*).

O único jardim de infância não gerido pelo proprietário mas sim por uma associação mutualista encontra-se em S. Vicente. Dos 11 jardins infantis do Maio, 3 são geridos pelos respectivos proprietários e os restantes 8 são geridos por ONG's. Na Boavista, dos 9 jardins existentes, 3 são geridos pelos respectivos proprietários, 4 são também geridos por ONG's e 1 por autarquia local (*Quadros 28*).

Quadro 28a. Jardins de infância por concelho segundo a natureza jurídica da entidade gestora

Entidade Gestora	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
ONG	26.9	11.1	0.0	0.0	0.0	0.0	44.4	72.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	4.5
Fundação Solid Social	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Associação Comunitária	30.8	0.0	0.0	4.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	3.8	0.0	0.0	0.0	0.0	9.1	2.9
Organ/Confis Religiosa	3.8	0.0	0.0	16.7	14.3	0.0	11.1	0.0	0.0	0.0	1.9	5.1	0.0	4.3	8.3	3.0	9.1	3.8
Associação Mutualista	0.0	0.0	0.0	4.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2
Serviço Adm Pública	0.0	0.0	5.0	16.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.4
Autarquia Local	15.4	11.1	15.0	0.0	0.0	12.5	11.1	0.0	18.2	6.9	25.0	9.0	0.0	26.1	25.0	12.1	45.5	12.7
Empresa	3.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2
Serv Sociais Empresa	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
OutraEnt c/fins lucrativas	0.0	0.0	0.0	16.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	7.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	2.3
Outro	7.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.7
Gestao p/proprietario	11.5	77.8	80.0	41.7	85.7	87.5	33.3	27.3	81.8	93.1	73.1	71.8	100	69.6	66.7	84.8	36.4	71.3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Gestao pNproprietario	88.5	22.2	20.0	58.3	14.3	12.5	66.7	72.7	18.2	6.9	26.9	28.2	0.0	30.4	33.3	15.2	63.6	28.7

Capacidade instalada, utentes, utilização e cobertura da procura potencial

Como se pode aferir do *Quadro 29*, os jardins de infância são porventura os equipamentos e valências que predominam em Cabo Verde e consubstanciam uma resposta social massiva à demanda de ensino pré-escolar. A nível nacional esses serviços oferecem cerca de 24.537 lugares e são utilizados cerca de 20.885, o que corresponde a uma taxa de utilização de 85% e que pode ser considerada muito elevada.

Quadro 29 Capacidade instalada, utentes, utilização e cobertura da procura potencial dos jardins de infância por concelho

Concelho	Jardins	%	Capacidade	%	Utentes	Utilização	P. Potencial	%	Cobertura %
Rib Grande	26	5.9	992	4.0	715	72.1	1102	4.5	90
Paul	9	2.0	540	2.2	255	47.2	418	1.7	129.2
Porto Novo	20	4.5	1092	4.5	714	65.4	984	4	111
São Vicente	24	5.4	3005	12.2	2611	86.9	2858	11.6	105.1
São Nicolau	14	3.2	960	3.9	620	64.6	679	2.8	141.4
Sal	8	1.8	997	4.1	960	96.3	645	2.6	154.6
Boa Vista	9	2.0	405	1.7	284	70.1	171	0.7	236.8
Maio	11	2.5	486	2.0	458	94.2	356	1.4	144.9
Tarrafal	22	5.0	962	3.9	851	88.5	1204	4.9	77.4
Sta Catarina	58	13.1	2338	9.5	2637	112.8	3464	14	67.5
Santa Cruz	52	11.8	1956	8.0	1664	85.1	2239	9.1	87.4
Praia	78	17.6	5527	22.5	4864	88.0	5896	23.9	95.6
S.Domingos	32	7.2	1059	4.3	803	75.8	890	3.6	119
São Miguel	23	5.2	1224	5.0	1142	93.3	1192	4.8	102.7
Mosteiros	12	2.7	825	3.4	482	58.4	556	2.3	148.4
São Filipe	33	7.5	1603	6.5	1339	83.5	1633	6.6	98.2
Brava	11	2.5	566	2.3	486	85.9	399	1.6	141.9
Total	442	100	24.537	100	20885	85.1	24686	100	99.8

Para melhor aferir o nível de cobertura garantido pelos jardins de infância, utilizamos como procura potencial, o efectivo das crianças com 4 ou 5 anos de idade. Trata-se de procura potencial, pois pode ocorrer que, existindo jardins de infância, certas crianças da área de influência não as frequentem, por mera preferência dos pais, ou tutores, ou então por falta de recursos, quando o acesso é pago.

No cômputo geral, a capacidade instalada aparenta cobrir de forma satisfatória a demanda pois a procura potencial é de cerca de 24.686 lugares, sendo assim a cobertura de cerca de 99,8% (*Quadro 29*).

Contudo, a análise a nível dos concelhos revela casos de sub-utilização, como também casos de sobrecarga.

O acesso ao Ensino Básico é mais precoce para crianças que frequentam jardim de infância, sendo uma das razões que explica a grande procura desse tipo de valências. Por outro lado, o facto de existir um serviço de alimentação em muitos jardins, constitui, certamente, um outro factor explicativo da forte demanda dessa resposta social, principalmente para as camadas mais pobres da população, vivendo sobretudo no meio rural.

Da análise do quadro acima, constata-se que, Paúl é o concelho onde existe fraca utilização da capacidade instalada nos jardins de infância (47%), enquanto que em Santa Catarina ocorre uma sobrecarga em termos de utilização dos jardins de infância (113%). De resto, em todos os outros concelhos o nível de utilização é elevado, merecendo porém, destaque o caso dos Mosteiros onde apenas 58% da capacidade instalada nos jardins de infância é utilizada (*Quadro 29*).

A cobertura da procura potencial de jardins de infância é adequada, pelo menos em termos de número de lugares. Esta conclusão, deve contudo, ser relativizada pois a análise da qualidade dos serviços permitirá outra inferência sobre necessidades de investimento nesta área. Na maioria dos concelhos existe relativo excesso de oferta, sendo de destaque os casos de Boavista (237%), dos Mosteiros (148%), do Maio (145%) e do Paul (129%) (*Quadro 29*).

Ribeira Grande, Tarrafal, Santa Catarina, Santa Cruz, Praia e São Filipe, são os concelhos onde, para além de eventuais problemas de qualidade de serviço, a capacidade instalada é ainda insuficiente para a procura potencial, como se pode aferir da leitura do *Quadro 29* acima.

No concelho da Praia encontra-se cerca de 23% da capacidade instalada e 24% da procura potencial de todo o País, enquanto que por exemplo os Mosteiros temos 3,4% da capacidade instalada e 2,3% da procura potencial, sendo 1,7% contra 0,7% na ilha da Boavista (*Quadro 29*).

Quando iniciou o funcionamento

No ano da independência de Cabo Verde, existiam apenas 5 jardins de infância, sendo 2 dois no Sal, 1 na Praia, 1 em São Vicente e 1 em Santa Catarina.

Quadro 30. Jardins de infância por concelho segundo o período de início de funcionamento

Concelho	Total	Ano de início de funcionamento			
		Até 1975	1976 - 1990	1991 - 2000	2001 - 2004
Ribeira Grande	26	0	5	17	4
Paul	9	0	1	7	1
Porto Novo	20	0	4	5	11
São Vicente	24	1	10	9	4
São Nicolau	14	0	1	11	2
Sal	6	2	1	2	1
Boa Vista	9	0	7	2	0
Maio	10	0	4	6	0
Tarrafal	21	0	5	7	9
Santa Catarina	55	1	16	26	12
Santa Cruz	50	0	8	26	16
Praia	78	1	19	46	12
São Domingos	27	0	9	12	6
São Miguel	23	0	1	12	10
Mosteiros	11	0	1	5	5
São Filipe	33	0	17	12	4
Brava	7	0	0	3	4
S/R	19	0	0	0	0
Total	442	5	109	208	101

Dos 442 jardins de infância em funcionamento, 5 iniciaram o funcionamento antes da independência, 109 iniciaram entre 1976 e 1990, 206, na década de noventa e 101 na presente década (*Quadro 30*). Dito de outro modo, cerca de um em cada quatro jardins de infância (26%) iniciaram o seu funcionamento entre 1976 e finais de 1990, enquanto que cerca de 49% iniciaram na década de noventa e 24% na presente década (*Quadro 30a*).

A expansão da oferta em matéria de jardins de infância na década de noventa foi particularmente marcante nos concelhos da Ribeira Grande, do Paúl, de São Nicolau, do Maio, da Praia e de São Miguel. Merece especial realce a expansão na presente década, nos concelhos do Porto Novo, da Brava, dos Mosteiros, de São Miguel e de Tarrafal (*Quadro 30a*).

Quadro 30a. Jardins de infância por concelho segundo o período de início de funcionamento

Concelho	Ano de início de funcionamento				
	Até 1975	1976 - 1990	1991 - 2000	2001 - 2004	Total
Rib. Grande	0.0	19.2	65.4	15.4	100
Paul	0.0	11.1	77.8	11.1	100
Porto Novo	0.0	20.0	25.0	55.0	100
São Vicente	4.2	41.7	37.5	16.7	100
São Nicolau	0.0	7.1	78.6	14.3	100
Sal	33.3	16.7	33.3	16.7	100
Boa Vista	0.0	77.8	22.2	0.0	100
Maio	0.0	40.0	60.0	0.0	100
Tarrafal	0.0	23.8	33.3	42.9	100
Sta Catarina	1.8	29.1	47.3	21.8	100
Santa Cruz	0.0	16.0	52.0	32.0	100
Praia	1.3	24.4	59.0	15.4	100
S. Domingos	0.0	33.3	44.4	22.2	100
São Miguel	0.0	4.3	52.2	43.5	100
Mosteiros	0.0	9.1	45.5	45.5	100
São Filipe	0.0	51.5	36.4	12.1	100
Brava	0.0	0.0	42.9	57.1	100
Total	1.2	25.8	49.2	23.9	100

Horário de funcionamento

Das 442 valências de jardim de infância, 224 funcionam apenas de manhã, o que corresponde a cerca de 51% do total, enquanto que cerca de 177 funcionam os dois períodos, 29 funcionam apenas à tarde e 12 funcionam em período único.

Quadro 37. Distribuição dos jardins de infância por concelho segundo o horário de funcionamento

Concelho	Horário de funcionamento				Total
	De manhã	A tarde	Os 2 períodos	Período único	
Rib. Grande	20	1	4	1	26
Paul	4	1	4	0	9
Porto Novo	14	1	5	0	20
S.Vicente	3	0	18	3	24
S.Nicolau	9	1	1	3	14
Sal	3	0	5	0	8
Boa Vista	6	0	3	0	9
Maio	4	1	6	0	11
Tarrafal	9	2	11	0	22
Sta Catarina	29	3	26	0	58
Santa Cruz	17	10	25	0	52
Praia	31	1	41	5	78
S.Domingos	20	3	9	0	32
São Miguel	16	0	7	0	23
Mosteiros	5	0	7	0	12
São Filipe	26	3	4	0	33
Brava	8	2	1	0	11
Total	224	29	177	12	442

A análise por concelho revela diferenças marcantes. Com efeito, em pelo menos cerca de 9 dos 17 concelhos, a maioria dos jardins funciona apenas de manhã. São os casos dos concelhos da Ribeira Grande, Porto Novo, São Nicolau, Boavista, Santa Catarina, São Domingos, São Miguel, São Filipe e Brava. Enquanto isso, nos concelhos de São Vicente, do Sal, da Praia, dos Mosteiros, mas também do Maio, pelo menos a metade dos jardins funcionam nos dois períodos. O funcionamento nos dois períodos nos três primeiros, deve-se certamente a uma procura específica de agregados em que os pais trabalham nos dois períodos, pois trata-se dos três maiores centros de serviços de Cabo Verde (*Quadro 37a*).

Em alguns concelhos ocorrem casos de jardins de infância que funcionam apenas à tarde, com destaque para Santa Cruz (10/52), São Domingos (3/32), São Filipe (3/33), Santa Catarina (3/58) e Brava (2/11).

Ocorrem ainda casos em que os jardins funcionam em regime de período único, embora pouco expressivos, nomeadamente nos concelhos de São Vicente, em São Nicolau, na Ribeira Grande e na Praia (*Quadro 37a*).

Quadro 37a Distribuição dos jardins de infância por concelho segundo o horário de funcionamento

Concelho	Horário de funcionamento				
	De manhã	A tarde	Os 2 períodos	Período único	Total
Rib. Grande	76.9	3.8	15.4	3.8	100
Paul	44.4	11.1	44.4	0.0	100
Porto Novo	70.0	5.0	25.0	0.0	100
S.Vicente	12.5	0.0	75.0	12.5	100
S.Nicolau	64.3	7.1	7.1	21.4	100
Sal	37.5	0.0	62.5	0.0	100
Boa Vista	66.7	0.0	33.3	0.0	100
Maio	36.4	9.1	54.5	0.0	100
Tarrafal	40.9	9.1	50.0	0.0	100
Sta Catarina	50.0	5.2	44.8	0.0	100
Santa Cruz	32.7	19.2	48.1	0.0	100
Praia	39.7	1.3	52.6	6.4	100
S.Domingos	62.5	9.4	28.1	0.0	100
São Miguel	69.6	0.0	30.4	0.0	100
Mosteiros	41.7	0.0	58.3	0.0	100
São Filipe	78.8	9.1	12.1	0.0	100
Brava	72.7	18.2	9.1	0.0	100
Total	50.7	6.6	40.0	2.7	100

Pessoal ao serviço

Dos 1.380 empregados dos jardins de infância, 259 encontram-se no concelho da Praia, 183 em São Vicente, 153 em Santa Catarina e 100 em S. Domingos que representam juntos cerca de 50% do universo.

Nos jardins de infância trabalham sobretudo mulheres. Com efeito, dos 1.380 empregados dessas valências, 1.295 são mulheres e apenas 85 são homens. Na Boavista, no Maio e em São Miguel, elas são exclusivas enquanto empregadas dos jardins de infância. Os homens têm peso relativo mais expressivo, muito embora minoritário, nos concelhos da Ribeira Grande (12%), de São Vicente (12%) e de Santa Cruz (10%) (*Quadro 28*).

Quadro 38 Pessoal dos jardins por concelho segundo o sexo

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
Rib. Grande	81	5,9	10	71	100	12,3	87,7
Paul	29	2,1	2	27	100	6,9	93,1
Porto Novo	61	4,4	2	59	100	3,3	96,7
São Vicente	183	13,3	21	162	100	11,5	88,5
São Nicolau	49	3,6	1	48	100	2,0	98,0
Sal	43	3,1	1	42	100	2,3	97,7
Boa Vista	20	1,4	0	20	100	0,0	100
Maio	26	1,9	0	26	100	0,0	100
Tarrafal	56	4,1	0	56	100	0,0	100
Sta Catarina	153	11,1	13	140	100	8,5	91,5
Santa Cruz	92	6,7	9	83	100	9,8	90,2
Praia	259	18,8	17	242	100	6,6	93,4
S. Domingos	100	7,2	5	95	100	5,0	95,0
São Miguel	69	5,0	0	69	100	0,0	100
Mosteiros	34	2,5	1	33	100	2,9	97,1
São Filipe	89	6,4	1	88	100	1,1	98,9
Brava	36	2,6	2	34	100	5,6	94,4
Total	1380	100	85	1295	100	6,2	93,8

Nível de instrução do pessoal

A grande maioria (80%) do pessoal dos jardins de infância tem baixo nível de instrução, ou seja, o nível Básico (4,5%) ou então o Secundário incompleto (37,5%). Dito de outro modo, dos 1.380 empregados dos jardins de infância, 1.103 têm esses níveis.

Não é um caso particular a alguns concelhos, mas sim a regra em todos os concelhos do País, variando entre um mínimo de 60% em São Vicente e 97% nos Mosteiros (*Quadro 39*).

Ocorrem ainda casos como os da Boavista onde 70% dos empregados têm o nível do Ensino Básico, seguido dos concelhos do Maio e de Santa Cruz (69 e 61%), respectivamente.

Esta situação sugere certamente, sérios questionamentos em matéria de enquadramento pedagógico. Apenas 138 têm o ensino secundário completo, 25 têm o nível médio e 17 têm o nível de licenciatura ou mestrado. Cerca de 9% do pessoal dos jardins de infância da Ribeira Grande tem nível de licenciatura ou mestrado, sendo 2% nos concelhos do Sal, da Praia e de São Nicolau (*Quadros 39 e 39a*).

Quadro 39 Pessoal empregado nos jardins de infância por concelho segundo o nível de instrução

Concelho	Total	Nível de instrução do pessoal							
		SN	Alfa	E Basico	Sec Inc	Sec Comp	Medio	Lic/Mestrado	S/R
Rib Grande	81	0	6	26	37	8	1	3	0
Paul	29	2	1	15	11	0	0	0	0
Porto Novo	61	0	2	31	27	1	0	0	0
São Vicente	183	7	2	55	54	50	13	2	0
São Nicolau	49	1	2	17	25	3	0	1	0
Sal	43	2	0	17	21	0	2	1	0
Boa Vista	20	1	0	14	4	1	0	0	0
Maio	26	1	0	18	6	0	1	0	0
Tarrafal	56	3	4	21	28	0	0	0	0
Sta Catarina	153	4	16	53	58	20	1	1	0
Santa Cruz	92	0	1	56	10	20	3	2	0
Praia	259	8	9	95	107	31	2	6	1
S. Domingos	100	4	5	51	37	1	1	1	0
São Miguel	69	2	6	28	32	1	0	0	0
Mosteiros	34	0	0	13	20	1	0	0	0
São Filipe	89	3	1	52	31	1	1	0	0
Brava	36	3	0	24	9	0	0	0	0
Total	1380	41	55	586	517	138	25	17	1

**Quadro 39a Pessoal empregado nos jardins de infância por concelho
segundo o nível de instrução**

<i>Concelho</i>	Total	Nível de instrução do pessoal							
		<i>SN</i>	<i>Alfa</i>	<i>E Basico</i>	<i>Sec Inc</i>	<i>Sec Comp</i>	<i>Medio</i>	<i>Lic/Mestrado</i>	<i>S/R</i>
Rib Grande	100	0,0	7,4	32,1	45,7	9,9	1,2	3,7	0,0
Paul	100	6,9	3,4	51,7	37,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Porto Novo	100	0,0	3,3	50,8	44,3	1,6	0,0	0,0	0,0
São Vicente	100	3,8	1,1	30,1	29,5	27,3	7,1	1,1	0,0
São Nicolau	100	2,0	4,1	34,7	51,0	6,1	0,0	2,0	0,0
Sal	100	4,7	0,0	39,5	48,8	0,0	4,7	2,3	0,0
Boa Vista	100	5,0	0,0	70,0	20,0	5,0	0,0	0,0	0,0
Maio	100	3,8	0,0	69,2	23,1	0,0	3,8	0,0	0,0
Tarrafal	100	5,4	7,1	37,5	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Sta Catarina	100	2,6	10,5	34,6	37,9	13,1	0,7	0,7	0,0
Santa Cruz	100	0,0	1,1	60,9	10,9	21,7	3,3	2,2	0,0
Praia	100	3,1	3,5	36,7	41,3	12,0	0,8	2,3	0,4
S. Domingos	100	4,0	5,0	51,0	37,0	1,0	1,0	1,0	0,0
São Miguel	100	2,9	8,7	40,6	46,4	1,4	0,0	0,0	0,0
Mosteiros	100	0,0	0,0	38,2	58,8	2,9	0,0	0,0	0,0
São Filipe	100	3,4	1,1	58,4	34,8	1,1	1,1	0,0	0,0
Brava	100	8,3	0,0	66,7	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100	3,0	4,0	42,5	37,5	10,0	1,8	1,2	0,1

Área de formação do pessoal

A análise dos padrões de qualidade ganha ainda maior relevância e conteúdo quando nos interessamos pela área de formação das pessoas que informam ainda melhor sobre o nível de adequação do perfil dos empregados.

Quadro 40 Área de formação do pessoal segundo o concelho

Tipo de instalação	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
Auxiliar de enfermagem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Enfermagem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2
Medicina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Dentista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2
Professor do EBI	3	0	0	4	0	2	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	1	13
Animadora Social	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Monitora	0	0	0	15	2	1	1	1	0	1	0	25	1	3	0	4	0	54
Educadora Social	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Ciência de Educação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Psicologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Contabilidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	3
Engenharia Agrónoma	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Educadora Infantil	0	0	0	8	0	2	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	0	13
Professor do ES	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Linguista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prof. Ginástica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Informática	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Técnico Auxiliar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Serviço Social	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Educadora de Infância	0	0	0	3	0	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	7
Ciência de Educação/Psicopedagogia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Bacharel em língua portuguesa	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Música	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Contabilidade/Administração	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	3
Bibliotecária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Extensionista Rural	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Técnico de Construção Civil	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Comércio	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Educação/etiologia	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cabeleireira	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Economia/estudos africanos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Outra	70	28	61	147	47	38	18	24	55	149	84	218	96	66	34	84	35	1254
Total	81	29	61	183	49	43	20	26	56	153	92	259	100	69	34	89	36	1380

Regra geral, em Cabo Verde, o pessoal dos jardins de infância não tem formação adequada a este tipo de valências. Assim, dos 1.380 empregados dos jardins de infância, 1.254 são referenciados como estando em outra situação, ou seja, têm outra formação não especificada ou nenhuma (*Quadro 40*). Na verdade, a grande maioria desse pessoal da categoria «outro» é consituída de orientadores de jardim infantil e que beneficiam periodicamente de formação pedagógica ministrada pelo Ministério da Educação.

Constituem, porém, excepção à regra cerca de 126 empregados desse tipo de valências que possuem, entre outros, formação de «Monitora» (54) «Educadora Infantil» (13), «Professora do EBI» (13), «Educadora de Infância» (7), «Educadora Social »(3), e «Contabilidade e Administração» (3).

Esta situação deve-se, provavelmente, ao facto de em Cabo Verde haver uma elevada procura dos serviços dos jardins de infância, que funcionam, no entanto em muitos casos, como um espaço de guarda de crianças durante o período do dia em que o encarregado de educação/ tutor se encontram ausentes por motivos de trabalho, ou outro.

Quadro 40a Área de formação do pessoal segundo o concelho

Tipo de instalação	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
Auxiliar de enfermagem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,8	0	0	0	0	0	0,14
Enfermagem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,7	0	0,4	0	0	0	0	0	0,14
Medicina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,8	0	0	0	0	0	0,14
Dentista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,7	0	0,4	0	0	0	0	0	0,14
Professor do EBI	3,7	0	0	2,2	0	4,65	0	0	0	0	1,1	0,8	0	0	0	0	2,8	0,94
Animadora Social	0	3,4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,07
Monitora	0	0	0	8,2	4,1	2,33	5	3,8	0	0,7	0	9,7	1	4,3	0	4,5	0	3,91
Educadora Social	0	0	0	0,5	0	0	5	0	0	0	0	0,4	0	0	0	0	0	0,22
Ciência de Educação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,4	0	0	0	0	0	0,07
Psicologia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,4	1	0	0	0	0	0,14
Contabilidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,7	0	0,8	0	0	0	0	0	0,22
Engenharia Agrónoma	2,47	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,14
Educadora Infantil	0	0	0	4,4	0	4,65	0	3,8	0	0	2,2	0	0	0	0	0	0	0,94
Professor do ES	1,23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,07
Linguista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prof. Ginástica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,4	0	0	0	0	0	0,07
Informática	0	0	0	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,07
Técnico Auxiliar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,1	0	0	0	0	0	0	0,07
Serviço Social	1,23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,07
Educadora de Infância	0	0	0	1,6	0	0	0	0	1,79	0	3,3	0	0	0	0	0	0	0,51
Ciência de Educação/Psicopedagogia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,1	0	0,07
Bacharel em língua portuguesa	1,23	0	0	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,14
Música	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,4	0	0	0	0	0	0,07
Contabilidade/Administração	0	0	0	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0,4	1	0	0	0	0	0,22
Bibliotecária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0,07
Extensionista Rural	1,23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,07
Técnico de Construção Civil	1,23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,07
Comércio	0	0	0	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,07
Educação/etiologia	0	0	0	0,5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,07
Cabeleireira	1,23	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,07
Economia/estudos africanos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1,1	0	0	0	0	0	0	0,07
Outra	86,4	97	100	80	96	88,4	90	92	98,2	97	91	84	96	96	100	94	97	90,9
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Se atendermos ao elevado número de crianças que frequentam os jardins infantis e a importância destes equipamentos no seu desenvolvimento, e em particular ao papel que o pessoal assume na educação e formação de crianças de tenra idade, bem como na sua preparação para o ensino básico, a questão da qualidade da formação de pessoal deve merecer atenção especial dos poderes públicos e decisores, adoptando as medidas necessárias por forma a garantir a prestação de um serviço de qualidade a esse grupo – alvo, que representa cerca de 6% da população de Cabo Verde.

Serviços prestados

Como se pode aferir da leitura dos *Quadros 41 e 41a*, cerca de 330 jardins de infância, ou seja cerca de dois em cada três têm serviço de alimentação. Juntam-se a este serviço, os cuidados de higiene, o apoio pedagógico que são prestados em cerca de 69 e 71% dessas valências.

O serviço médico, assim como o de enfermagem são praticamente inexistentes, pois apenas 27 e 40 dos 442 jardins de infância declararam ter esse tipo de serviço.

Quadro 41 Serviços prestados pelos jardins de infância

Serviços prestados	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
Serviço médico	8	1	5					1				5				7		27
Serviço de enfermagem	14		4	1	2		1	1		1	3	4				9		40
Cuidados de higiene	26	9	18	23	14	8	9	12	12	55	21	40	1	12	3	30	11	304
Alimentação	26	9	20	16	13	4	6	12	12	33	37	43	30	23	8	27	11	330
Alojamento					1			1			1			1				4
Transporte	1											2				1	1	5
Apoio psicossocial	10			1		2	1	1		2		9	1					27
Apoio pedagógico	24	3	20	23	14	7	8	12	22	55	1	65	30	23		1	4	312
Concessão de dispositivos	6	1									7				1			15
Serviço sócio educativo	20	2	3					1		13	15	11					4	69
Total	26	9	20	24	14	8	9	12	22	58	51	78	32	23	12	33	11	442

Ribeira Grande aparenta ser um concelho onde a prestação de muitos, senão do essencial dos serviços é expressivo. Alí, cerca de 31% dos jardins têm serviço médico, 54% prestam serviço de enfermagem, todos têm cuidados de higiene e alimentação, 39% têm serviço de transporte, 92% serviço de apoio psicossocial, 92% apoio pedagógico e 77% o serviço de apoio socio-educativo (*Quadro 41a*).

Porém, a situação é outra nos jardins do Tarrafal, de Santa Catarina, de São Domingos, de São Miguel e dos Mosteiros, onde encontramos quase exclusivamente os serviços de alimentação, de cuidados de higiene e de apoio pedagógico, ou seja apenas o indispensável.

Quadro 41a Serviços prestados pelos jardins de infância

Serviços prestados	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL	BR	Total
Serviço médico	30,8	11,1	25,0					8,3				6,4				21,2		6,1
Serviço de enfermagem	53,8		20,0	4,2	14,3		11,1	8,3		1,7	5,9	5,1				27,3		9,0
Cuidados de higiene	100	100	90,0	95,8	100	100	100	100	54,5	94,8	41,2	51,3	3,1	52,2	25,0	90,9	100	68,8
Alimentação	100	100	100	66,7	92,9	50,0	66,7	100	54,5	56,9	72,5	55,1	93,8	100	66,7	81,8	100	74,7
Alojamento					7,1			8,3			2,0			4,3				0,9
Transporte	3,8											2,6				3,0	9,1	1,1
Apoio psicossocial	38,5			4,2		25,0	11,1	8,3		3,4		11,5	3,1					6,1
Apoio pedagógico	92,3	33,3	100	95,8	100	87,5	88,9	100	100	94,8	2,0	83,3	93,8	100		3,0	36,4	70,6
Concessão de dispositivos	23,1	11,1									13,7				8,3			3,4
Serviço sócio educativo	76,9	22,2	15,0					8,3		22,4	29,4	14,1					36,4	15,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Centro de Recuperação Nutricional

O que é Centro de recuperação nutricional

Designa-se **Centro de recuperação nutricional** a resposta social desenvolvida em equipamento que se destina a acolher temporariamente crianças dos 0-4 anos de idade com problemas nutricionais a fim de proporcionar-lhes uma alimentação e cuidados adequados, garantindo assim o seu desenvolvimento equilibrado.

Quantos existem, onde estão e qual a situação

Não existe nenhum centro de recuperação nutricional enquanto equipamento. Entretanto, foi recenseado uma valência do mesmo tipo a funcionar em São Vicente desde 1991.

O centro de recuperação nutricional tem capacidade para acolher 20 utentes, mas atendia 75 crianças, o que significa uma sobreutilização da capacidade instalada.

Funciona no seio do complexo «Centro Nhô Djunga», em período único. Presta serviço de alimentação, bem como serviço médico e de enfermagem, cuidados de higiene, e desenvolve actividades lúdicas/recreativas. Funciona, assim, no seio de um complexo, em bom estado de conservação e evacua as águas residuais através da rede esgotos.

Nesse centro trabalha uma única pessoa do sexo feminino, que tem o nível de licenciatura em ciências da nutrição. O restante pessoal que presta serviço neste centro é pessoal voluntário, que se alterna de acordo com as suas disponibilidades.

Centros de Juventude

Enquanto equipamento social

O que são os Centros de Juventude

Designa-se Centro de Juventude a resposta social desenvolvida em equipamento e que se destina à formação, informação e aconselhamento dos jovens sobre as problemáticas com que se deparam, designadamente a saúde reprodutiva, o alcoolismo, o consumo de drogas, entre outras.

Quantos existem, onde estão e qual a situação

No momento do recenseamento dos equipamentos e serviços sociais existiam 19 Centros de juventude, dos quais 5 em Santa Catarina, 4 na Boavista, 2 em São Vicente, 2 em Santa Cruz e 1 nos concelhos da Ribeira Grande, do Paúl, do Maio, da Praia, de São Domingos e dos Mosteiros respectivamente. Assim, em 10 dos 17 concelhos existiam pelo menos 1 Centro de juventude. Porto Novo, São Nicolau, Sal, São Miguel, Tarrafal, São Filipe e Brava são os concelhos onde não existiam esses centros enquanto equipamento social.

Quadro 42 Centros de Juventude por concelho segundo a situação

Concelho	Situação do equipamento			
	<i>Em func. ES</i>	<i>Aguarda início funcionamento</i>	<i>Em construção</i>	<i>Total</i>
Ribeira Grande	1	0	0	1
Paúl	0	1	0	1
São Vicente	2	0	0	2
Boavista	1	1	2	4
Maio	1	0	0	1
Santa Catarina	2	1	2	5
Santa Cruz	2	0	0	2
Praia	1	0	0	1
São Domingos	1	0	0	1
Mosteiros	1	0	0	1
Total	12	3	4	19

Dos 19 Centros de juventude existentes, apenas 12 estavam a funcionar como tal, 4 encontravam-se em construção, designadamente na Boavista (2) e em Santa Catarina (2) e 3 aguardavam o

início de funcionamento, designadamente no Paúl, Boavista e Santa Catarina. Santa Catarina é o concelho com mais centros de juventude (5), embora apenas dois encontravam-se a funcionar como tal (*Quadro 42*).

A quem pertencem

Quadro 43 Centros de Juventude por entidade proprietária segundo o concelho

Entidade Proprietária	Total	RG	PL	SV	BV	MA	SC	SCZ	PR	SD	MO
Total	19	1	1	2	4	1	5	2	1	1	1
Organização/Confissão Religiosa	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Serviço de Administração Pública	8	1	0	1	0	0	1	2	1	1	1
Autarquia Local	10	0	1	0	4	1	4	0	0	0	0

Em geral, os Centros de Juventude pertencem a estruturas públicas, ou seja às autarquias locais (10/19) ou aos Serviços da Administração Pública (8/19). O único caso de excepção ocorre em São Vicente em que o centro é propriedade de uma Organização/confissão religiosa.

Não existem Centros de juventude no Porto Novo, no Sal, em São Nicolau, no Tarrafal, em São Miguel e na ilha Brava, enquanto equipamentos sociais, o que não significa que não existam valências desse tipo como a seguir veremos.

Quatro dos 5 Centros de juventude de Santa Catarina pertencem à autarquia, sendo que o quinto pertence a Serviços de Administração Pública (*Quadro 43*).

Na Ribeira Grande, na Praia, em Santa Cruz, em São Domingos e nos Mosteiros, esses equipamentos sociais são pertença exclusiva de Serviços de Administração Pública .

Quem financiou a construção

Dos 19 Centros de Juventude existentes em Cabo Verde enquanto equipamentos sociais, 13 foram construídos de raiz. A análise do *Quadro 44* confirma o esforço evidente do Governo na construção dos Centros de juventude, seja directamente (6/13) seja com os fundos do Banco Mundial (3). As autarquias intervieram no financiamento de 6 centros, sendo que 3 beneficiaram de financiamento da cooperação internacional.

Quadro 44 .Entidade financiadora da construção dos centros de juventude segundo o concelho

Entidade Financiadora da construção	Total	RG	PL	SV	BV	MA	SC	SCZ	PR	SD	MO
Autofinanciamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Autarquia	6	1	1	0	1	0	1	1	0	0	1
Governo	6	1	1	0	0	0	0	2	1	0	1
Empresa privada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empresa Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cooperação Internacional	3	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1
ONG Nacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Particular	2	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0
Financiamento B Mundial	3	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0
Total	13	1	1	2	2	1	2	2	1	0	1

Os Centros de juventude existentes em São Vicente beneficiaram de financiamento de cooperação internacional e particulares, não tendo sido registado no âmbito da Carta Social, a intervenção de outras entidades. Na maioria dos concelhos onde existem centros de juventude, ou seja na Ribeira Grande, no Paúl, Boavista, Santa Catarina, Santa Cruz e Mosteiros as autarquias intervieram no financiamento deste tipo de equipamentos sociais, sendo que o Governo interveio directamente nos concelhos de Ribeira Grande , Paúl, Santa Cruz, Praia e Mosteiros, e através dos fundos do Banco Mundial nos concelhos do Paúl, da Boavista e de Santa Catarina (*Quadro 44*).

Quem gere os Centros de Juventude

Dos 19 centros de juventude, 11 são geridos pelos respectivos proprietários e apenas 8 por entidade diversa da proprietária. Destes, 7 são geridos por serviços da administração pública nos concelhos de Ribeira Grande (1), de São Vicente (1), de Santa Catarina (1) de Santa Cruz (2) de São Domingos (1) e dos Mosteiros (1). O outro centro de juventude está no concelho de São Vicente e é gerido por organização/confissão religiosa (*Quadro 45*).

Quadro 45 Entidade gestora das valências «Centros de Juventude»

Entidade gestora	Total	Concelho										
		RG	SV	BV	MA	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL
Organização/Confissão Religiosa	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço de Administração Pública	4	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0
Autarquia Local	2	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
S/R	7	1	1	0	1	0	1	1	1	0	0	1
Total	14	1	3	1	1	1	2	1	1	1	1	1

Contudo, a inferência sobre a verdadeira oferta em matéria de centros de juventude deve basear-se nas valências. Existem apenas 14 valências deste tipo a nível do País, sendo 3 em São Vicente, 2 no concelho de Santa Cruz, 1 nos concelhos de Ribeira Grande, Boavista, Maio, Santa Catarina, Praia, São Domingos, Mosteiros, São Miguel e São Filipe respectivamente (*Quadro 45*).

Pode-se, assim aferir que, os Centros de juventude são uma resposta social recente que ganhou certa prioridade, mas a cobertura é ainda fraca, nomeadamente pelo facto de que em 2004, esta resposta não existia em seis concelhos, ou seja, no Paúl, no Porto Novo, Brava, São Nicolau, Tarrafal e Sal, concelhos esses que albergam, cerca de 18% da população dos 15 aos 34 anos de idade residente em Cabo Verde. Acresce-se ainda, o facto de que, apenas Santa Cruz e S. Vicente dispõem de mais do que um centro sendo este último, o segundo maior concelho de Cabo Verde em termos populacionais (*Quadro 45*).

Destas valências, 7 são geridas pelos proprietários, e dos 7 não geridos pelos próprios, 4 o são por serviços de administração pública em Santa Catarina, Santa Cruz e Mosteiros e São Miguel, 2 pelas autarquias locais, na Boavista e em São Vicente respectivamente, 1 por organização/confissão religiosa em São Vicente.

Ano de início do funcionamento

Quadro 46. Ano de início de funcionamento por concelho

Concelho	Total	Ano de início de funcionamento							
		1987	1997	1998	1999	2002	2003	2004	ND
Rib Grande	1	0	0	0	1	0	0	0	0
São Vicente	3	1	0	1	0	0	0	0	1
Boa Vista	1	0	0	0	0	0	1	0	0
Maio	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Sta Catarina	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Santa Cruz	2	0	0	0	0	1	1	0	0
Praia	1	0	1	0	0	0	0	0	0
S. Domingos	1	0	0	0	0	0	0	1	0
São Miguel	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Mosteiros	1	0	0	0	0	0	0	1	0
São Filipe	1	0	0	0	0	0	1	0	0
Total	14	1	2	1	2	1	4	2	1

Como se pode aferir da leitura do *Quadro 46* os Centros de Juventude são efectivamente respostas sociais relativamente recentes, pois apenas 1 entrou em funcionamento na década de oitenta (1987) e está em São Vicente, 5 iniciaram na década de noventa e 7 entre 2002 e 2004. Não se declarou o ano de início de funcionamento de um dos centros de S. Vicente. Os Centros de Santa Cruz, da Boavista de São Miguel e de São Filipe começaram a funcionar entre 2002 e 2003, sendo que em 2004, iniciaram os de São Domingos e Mosteiros.

Padrões de qualidade

Tipo de instalação

Dispõe-se de informação relativa ao tipo de instalação de apenas 12 dos 19 equipamentos sociais «Centros de Juventude» (*Quadro 47*). Destes, apenas 4 estão instalados em complexos, 5 estão em casa individual/moradia e três em prédios. Santa Cruz é o concelho com maior número de centros funcionando em complexo (2).

Quadro 47 Tipo de instalação dos centros da juventude (Equipamento social)

<i>Tipo de instalação</i>	<i>RG</i>	<i>PL</i>	<i>SV</i>	<i>BV</i>	<i>MA</i>	<i>SC</i>	<i>SCZ</i>	<i>PR</i>	<i>SD</i>	<i>MO</i>	<i>Total</i>
Prédio apenas no rés-do-chão	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Prédio incluindo rés-do-chão	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Prédio não incluindo rés-do-chão	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Casa Individual/moradia	0	0	0	1	0	1	0	1	1	1	5
Complexo	0	0	1	0	0	1	2	0	0	0	4
S/R	0	1	0	3	0	3	0	0	0	0	7
Total	1	1	2	4	1	5	2	1	1	1	19

Contudo, a análise das condições de instalação, ganha, nesse caso, mais pertinência se for a nível das valências.

Quadro 48 Tipo de instalação das valências «Centros da Juventude»

<i>Tipo de instalação</i>	<i>Total</i>	<i>Concelho</i>										
		<i>RG</i>	<i>SV</i>	<i>BV</i>	<i>MA</i>	<i>SC</i>	<i>SCZ</i>	<i>PR</i>	<i>SD</i>	<i>SM</i>	<i>MO</i>	<i>SFL</i>
Total	14	1	3	1	1	1	2	1	1	1	1	1
Prédio apenas no rés-do-chão	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prédio incluindo rés-do-chão	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prédio não incluindo rés-do-chão	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Casa Individual/moradia	5	0	0	1	0	0	0	1	1	0	1	1
Complexo	6	0	2	0	0	1	2	0	0	1	0	0

Das 14 valências «Centros de Juventude» existentes em Cabo Verde, apenas 6 funcionam em complexos, ou seja no interior de equipamentos erigidos para o efeito, ou então para albergar serviços sociais, enquanto que 5 funcionam em casa individual/moradia e os restantes (3) não dispõem de adequadas condições de instalação, na medida em que, estão instalados em prédios (*Quadro 48*), casos em que convivem com outros ocupantes do mesmo edifício e partilham inclusive alguns espaços, como as escadarias.

Em termos de privacidade, acessibilidade e segurança, é provável que a situação da maioria seja adequada, pois 11 destes equipamentos estão instalados em complexos (6) ou então, em casa individual/moradia (5) que se supõe tenham as condições acima referidas.

Pode-se, assim, concluir que a maioria dos Centros de juventude funciona em instalações adaptadas, mas não edificadas para o efeito, e uma minoria (3) apresenta limitações insanáveis, em termos de acessibilidade, de segurança, de privacidade e de conforto.

Regime de ocupação

Quadro 49 Centros de Juventude por concelho segundo o regime de ocupação da instalação

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Regime de Ocupação</i>			
		<i>Próprio</i>	<i>Arrendado</i>	<i>Cedido/emprestado</i>	<i>S/R</i>
Rib Grande	1	0	0	1	0
Paul	1	0	0	0	1
São Vicente	2	1	1	0	0
Boavista	4	1	0	0	3
Maio	1	0	1	0	0
Sta Catarina	5	1	0	1	3
Santa Cruz	2	0	0	2	0
Praia	1	0	0	1	0
S. Domingos	1	1	0	0	0
Mosteiros	1	0	0	1	0
Total	19	4	2	6	7

Se a qualidade das instalações dos Centros de juventude sugere alguma situação não muito favorável, o mesmo não se pode dizer, do regime de ocupação, se tivermos em conta que 4 centros de juventude estão em instalações próprias e 6 em instalações cedidas. Um dos centros de São Vicente, assim como os centros de Santa Cruz, Mosteiros e Ribeira Grande estão em regime de cedência. Não se declarou o regime de ocupação de 7 centros que estão em construção ou então aguardam o início de funcionamento.

Porém, para maior pertinência analisemos o regime de ocupação das valências.

A maioria (8/14) das valências «Centros de Juventude» ocupa instalações em regime de cedência/empréstimo e neste regime estão instalados os dois centros de Santa Cruz, e os de Santa Catarina, da Praia, dos Mosteiros, São Filipe, S.Miguel, e da Ribeira Grande. Dois dos 3 centros de São Vicente ocupam instalações próprias, e o mesmo ocorre com os centros da Boavista e de São Domingos. Registe-se, porém, que um dos centros de São Vicente ocupa instalações em regime de arrendamento (*Quadro 50*).

Quadro 50 Valências «Centros de Juventude» por concelho segundo o regime de ocupação da instalação

Concelho	Total	Regime de Ocupação		
		Próprio	Arrendado	Cedido/emprestado
Rib Grande	1	0	0	1
São Vicente	3	2	1	0
Boavista	1	1	0	0
Maio	1	0	1	0
Sta Catarina	1		0	1
Santa Cruz	2	0	0	2
Praia	1	0	0	1
S. Domingos	1	1	0	0
São Miguel	1	0	0	1
Mosteiros	1	0	0	1
São Filipe	1	0	0	1
Total	14	4	2	8

Estado de Conservação

Mais de metade dos Centros de juventude (12/19) estão em estado de conservação razoável ou bom. O único centro do Paúl, 3 dos 4 centros da Boavista e 3 dos 5 de Santa Catarina estão em mau estado de conservação. Os centros da Ribeira Grande, Praia e Mosteiros estão também em mau estado de conservação (*Quadro 51*).

Quadro 51 Equipamentos «Centros de Juventude» por concelho segundo estado de conservação

Concelho	Total	Estado de conservação		
		Mau	Razoável	Bom
Rib. Grande	1	0	0	1
Paúl	1	1	0	0
São Vicente	2	0	2	0
Boa Vista	4	3	0	1
Maio	1	0	1	0
Sta Catarina	5	3	2	0
Santa Cruz	2	0	1	1
Praia	1	0	0	1
S. Domingos	1	0	1	0
Mosteiros	1	0	0	1
Total	19	7	7	5

Mais de metade dos Centros de juventude (12/19) estão em estado de conservação razoável ou bom. O único centro do Paúl, 3 dos 4 centros da Boavista e 3 dos 5 de Santa Catarina estão em mau estado de conservação. Os centros da Ribeira Grande, Praia e Mosteiros estão também em mau estado de conservação (*Quadro 51*).

Forma de abastecimento de água

A forma de abastecimento de água informa sobre o uso de água potável, mas também sobre o esforço necessário para a obtenção desse precioso líquido.

Quadro 52 Equipamentos «Centros de Juventude» por concelho segundo a principal fonte de água.

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Forma abastecimento água</i>				
		<i>Água canalizada</i>	<i>Cisterna</i>	<i>Auto-tanque</i>	<i>Chafariz</i>	<i>S/R</i>
Rib Grande	1	1	0	0	0	0
Paúl	1	0	0	0	0	1
São Vicente	2	2	0	0	0	0
Boavista	4	1	0	0	0	3
Maio	1	0	0	1	0	0
Santa Catarina	5	1	0	0	1	3
Santa Cruz	2	2	0	0	0	0
Praia	1	0	0	1	0	0
São Domingos	1	0	0	1	0	0
Mosteiros	1	1	0	0	0	0
Total	19	8	0	3	1	7

A análise a nível dos equipamentos sociais sugere, porém, que, 9 desses equipamentos têm água canalizada, designadamente, os centros da Praia, de Santa Cruz, de São Vicente e da Ribeira Grande. Em Santa Catarina, apenas 1 dos centros tem água canalizada, na medida em que os restantes encontravam-se em construção.

Quadro 53 Valências «Centros de Juventude» por forma de abastecimento de água

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Forma de abastecimento de água</i>	
		<i>Água canalizada</i>	<i>Auto-tanque</i>
Rib Grande	1	1	0
São Vicente	3	2	1
Boavista	1	1	0
Maio	1	0	1
Sta Catarina	1	1	0
Santa Cruz	2	2	0
Praia	1	0	1
S. Domingos	1	0	1
São Miguel	1	1	0
Mosteiros	1	1	0
São Filipe	1	1	0
Total	14	10	4

Todas as valências «Centro de Juventude» obtêm água de fonte potável, ou seja têm água canalizada (10), - certamente, porque estão sobretudo no meio urbano, onde, normalmente

existe rede de água, ou então obtêm água principalmente através de auto-tanque (4). São os centros da Praia, de São Domingos, do Maio e um dos de São Vicente que obtêm água principalmente através de autotanque. Todos os restantes têm água canalizada (*Quadro 53*).

Evacuação das águas residuais

Quadro 54 Equipamento Social «Centros de Juventude» por concelho segundo a forma de evacuação das águas residuais

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Evacuação das águas residuais</i>			
		<i>Fossa Séptica</i>	<i>Rede esgoto</i>	<i>Redor</i>	<i>S/R</i>
Rib Grande	1	1	0	0	0
Paul	1	0	0	0	1
São Vicente	2	0	2	0	0
Boavista	4	1	0	0	3
Maio	1	1	0	0	0
Sta Catarina	5	1	0	1	3
Santa Cruz	2	2	0	0	0
Praia	1	1	0	0	0
S. Domingos	1	1	0	0	0
Mosteiros	1	1	0	0	0
Total	19	9	2	1	7

Mais de metade dos equipamentos sociais «Centros de Juventude» evacuam as águas residuais através de fossa séptica (9/19) ou então através da rede de esgotos (2/19). Não se dispõem de informação relativamente a 7 destes, certamente, porque encontravam-se em construção.

Quadro 55 Valências «Centros de Juventude» por concelho segundo a forma de evacuação das águas residuais

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Evacuação das águas residuais</i>	
		<i>Fossa Séptica</i>	<i>Rede esgoto</i>
Rib Grande	1	1	0
São Vicente	3	0	3
Boavista	1	1	0
Maio	1	1	0
Sta Catarina	1	1	0
Santa Cruz	2	2	0
Praia	1	1	0
S. Domingos	1	1	0
São Miguel	1	1	0
Mosteiros	1	1	0
São Filipe	1	1	0
Total	14	11	3

As valências «Centro de Juventude» evacuam as águas residuais quase exclusivamente através de fossa séptica, certamente porque a cobertura da rede de esgotos é sobretudo uma realidade de São Vicente, sendo recente a expansão na Praia. Assim, merece realce o facto de todas as valências «Centro de Juventude» darem destino adequado às águas residuais, pese embora o facto de apenas as de São Vicente evacuarem as águas residuais através da rede de esgotos, e todos os outros através de fossa séptica (*Quadro 55*).

Quadro 56 Valências «Centros de Juventude» por concelho segundo o estado de conservação

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Estado de conservação</i>	
		<i>Razoável</i>	<i>Bom</i>
Rib Grande	1	0	1
São Vicente	3	2	1
Boavista	1	0	1
Maio	1	1	0
Sta Catarina	1	1	0
Santa Cruz	2	1	1
Praia	1	0	1
S. Domingos	1	1	0
São Miguel	1	0	1
Mosteiros	1	0	1
São Filipe	1	0	1
Total	14	6	8

As valências «Centro de Juventude» estão em instalações que, na maioria dos casos (8/14) estão em bom estado de conservação. Os centros da Ribeira Grande, da Boavista, da Praia, de São Miguel, dos Mosteiros, de São Filipe, bem como um dos de São Vicente e de Santa Cruz estão nesse estado. Os restantes estão em estado considerado razoável (*Quadro 56*).

Pessoal ao serviço

Nas 14 valências «Centros de Juventude» trabalham 62 pessoas, sendo 32 homens e 30 mulheres. Na Ribeira Grande e na Praia, as mulheres são maioritárias entre o pessoal ao serviço dos centros de juventude. Nos restantes concelhos onde existem valências «centros de juventude» os homens são maioritários, sendo o único servidor no centro de juventude da Boavista. São Vicente e Maio são os concelhos com maior efectivo de pessoal trabalhando nos Centros de juventude (11), seguindo-se-lhes, Santa Catarina e Praia (8).

Quadro 57. Pessoal ao serviço das Valências «Centros da Juventude» por concelho segundo o sexo

Concelho	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
Ribeira Grande	4	1	3
São Vicente	11	6	5
Boa Vista	1	0	1
Maio	11	5	6
Santa Catarina	8	4	4
Santa Cruz	6	5	1
Praia	8	3	5
São Domingos	5	4	1
São Miguel	1	1	0
Mosteiros	5	3	2
São Filipe	3	1	2
Total	63	33	30

Contrariamente aos jardins de infância, os homens são maioritários, enquanto empregados dos centros de juventude, pois dos 63 empregados desse tipo de valências, 33 são homens e 30 são mulheres. Contudo, na Ribeira Grande, na Praia e em São Filipe, as mulheres são maioria, sendo, porém, a mulher a única empregada do centro da Boavista (*Quadro 57*).

Nível de instrução do pessoal dos Centros de Juventude

Quadro 58 Pessoal das «Valências Centros de Juventude» por concelho segundo o nível de instrução

Concelho	Total	Nível de instrução				
		E Básico	Sec Incompleto	Sec Completo	Medio	Lic/Mestrado
Rib Grande	4	1	0	1	0	2
São Vicente	11	2	3	4	0	2
Boa Vista	1	0	0	1	0	0
Maio	11	2	3	3	1	2
Sta Catarina	8	1	2	3	0	2
Santa Cruz	6	2	0	2	0	2
Praia	8	2	1	4	0	1
S. Domingos	5	1	3	0	0	1
São Miguel	1	0	1	0	0	0
Mosteiros	5	0	2	2	0	1
São Filipe	3	0	0	0	1	2
Total	63	11	15	20	2	15

A análise do nível de instrução do pessoal dos Centros de juventude sugere que é relativamente elevado o nível de instrução do pessoal dessas valências. Com efeito, 37 dos 63 empregados

desses centros têm nível secundário completo, médio, de licenciatura ou de mestrado, o que corresponde a cerca de 60% do universo. Cerca de 11 empregados têm o Ensino Básico que é o nível mínimo do pessoal (*Quadro 58*).

São Domingos é, aliás, o único concelho onde apenas 1 empregado tem esses níveis de instrução, pois ali 4 dos 5 empregados têm nível de Ensino Básico ou Secundário incompleto. Em todos os outros concelhos onde existem Centros de juventude, a maioria do pessoal tem nível secundário ou pós-secundário, como acima referido, variando entre o mínimo de 55% no Maio e em São Vicente e o máximo de 100% no concelho de São Filipe e da Boavista (*Quadro 58*).

Área de formação

O nível de instrução, não é por si só, sinónimo de formação adequada para o tipo de prestação de serviços que os centros de juventude devem assegurar. Contudo, esta análise fica também uma vez mais limitada pela inexistência de regulamentos amplamente divulgados sobre os centros de juventude, designadamente no que diz respeito ao perfil do seu pessoal, o tipo de instalação, os beneficiários de entre outros.

Quadro 59 Pessoal das «Valências Centros de Juventude» por área de formação segundo o concelho

<i>Área de formação</i>	<i>RG</i>	<i>SV</i>	<i>BV</i>	<i>MA</i>	<i>SC</i>	<i>SCZ</i>	<i>PR</i>	<i>SD</i>	<i>SM</i>	<i>MO</i>	<i>SFL</i>	<i>Total</i>
Professor do EBI	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	2
Educadora Social	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Psicologia	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	5
História	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Informática	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	3
Auxiliar Administrativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Serviço Social	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Filosofia	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Engenharia Industrial	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Teologia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Relações Internacionais	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Animador Comunitário Social	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Animador juvenil	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Economia/estudos africanos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Outra	1	6	1	8	7	5	5	4	0	2	0	39
Total	4	11	1	11	8	6	8	5	1	5	3	63

O número de pessoal com a formação média/ superior é pouco expressivo, sendo de destacar que mais de metade vem referenciado, como tendo outra formação. Tudo leva a crer que entre os restantes 24, cerca de 10 têm formação aparentemente mais próxima do perfil necessário. Este grupo inclui 1 educador social no concelho da Praia, 5 psicólogos respectivamente nos concelhos de Ribeira Grande, Santa Catarina, Santa Cruz, Praia e São Filipe, dois da área do serviço social nos concelhos da Ribeira Grande e do Maio, 1 animador comunitário/social no concelho de São Vicente e 1 animador comunitário no concelho de São Filipe. Contudo, estes representam apenas 16% do universo do pessoal.

Os Centros de juventude têm dispensado formações de iniciação à informática, o que explica certamente que trabalhem 3 informáticos nos centros de juventude de São Vicente, Praia e São Filipe respectivamente (*Quadro 59*).

A análise do quadro acima sugere, assim, que a maioria do pessoal desses centros não têm formação adequada, especialmente se tivermos em conta que esses centros atendem jovens, frequentemente com necessidades diversas e complexas de aconselhamento e orientação aos quais devem ser dadas respostas sólidas e credíveis.

Horário de funcionamento

Quadro 60 Valências «Centros de Juventude» por concelho segundo o horário de funcionamento

Concelho	<i>Horário de funcionamento</i>		
	<i>A tarde</i>	<i>Os dois períodos</i>	<i>Total</i>
Rib Grande	0	1	1
São Vicente	0	3	3
Boa Vista	1	0	1
Maio	0	1	1
Sta Catarina	0	1	1
Santa Cruz	0	2	2
Praia	0	1	1
S. Domingos	0	1	1
São Miguel	0	1	1
Mosteiros	0	1	1
São Filipe	0	1	1
Total	1	12	14

Em geral, os centros de juventude funcionam nos dois períodos. Boavista constitui a exceção pois ali, o único centro funciona à tarde (*Quadro 60*).

O funcionamento em dois períodos adequa-se melhor à disponibilidade dos jovens, pois a maioria destes é estudante, pelo que pode frequentar esses centros em período contrário ao das aulas. Contudo, importa realçar que os centros em funcionamento estão, sobretudo, no meio urbano, pelo que os jovens do meio rural têm que se deslocar às vilas ou cidades para terem acesso aos centros.

Serviços prestados/actividades desenvolvidas

Alguns serviços são desenvolvidos nos Centros de juventude sendo os mais frequentes a informação/sensibilização desenvolvido em todas as valências «Centro de Juventude», a formação profissionalizante, o apoio psicossocial, o serviço sócio-educativo, o serviço cultural e o serviço desportivo presentes em 9 das 14 valências desse tipo (*Quadro 61*).

Quadro 61 Valências «Centros de Juventude» por serviço prestado segundo o concelho

Serviços/Actividades	Total	Concelho										
		RG	SV	BV	MA	SC	SCZ	PR	SD	SM	MO	SFL
Total	14	1	3	1	1	1	2	1	1	1	1	1
Transporte	2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Apoio psicossocial	9	1	1	0	1	1	2	1	1	0	0	1
Apoio pedagógico	3	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0
Concessão de dispositivos	1	1		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Serviço sócio educativo	9	1	1	0	1	1	2	1	0	1	1	1
Formação profissionalizante	9	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0
Informação/Sensibilização	13	1	3	1	1	1	2	1	1	1	1	1
Cultural	9	1	2	1	1	1	2	0	0	0	0	1
Lúdica/Recreativa	6	1	0	1	1	0	2	1	0	0	0	0
Desportivo	9	0	2	1	1	1	2	1	0	0	0	1
Outros serviços prestados	4	0	1	0	0	0	2	1	0	0	0	0

O apoio pedagógico é prestado apenas num dos centros de São Vicente, no da Praia e no do Maio. Dois dos Centros de juventude de São Vicente, o da Boavista e o de São Domingos são os únicos que não prestam serviço sócio-educativo, o que pode por si significar a ausência de uma dimensão importante desses centros de referência para os jovens.

Menos de metade dos centros tem serviço lúdico/recreativo, o que pode, também, em si fornecer elementos bastante elucidativos do grau de atractividade da maioria dos centros. Não possuem esse tipo de serviço, os centros de São Vicente, de Santa Catarina, de São Domingos, dos Mosteiros, de São Miguel e de São Filipe. Muito embora, não tenhamos elementos que permitam uma adequada qualificação dos serviços prestados.

As valências dos Mosteiros, São Domingos e São Miguel são os que menos serviços prestam (*Quadro 61*).

Ainda que não diversificados, é de se realçar o facto de ainda 7 concelhos não disporem de um único centro de juventude que, ainda que sejam de génese recente, pouco a pouco se vão afirmando como centros de referência para os jovens (*Quadro 61*).

LAR/RESIDENCIAL DE ESTUDANTES

Designa-se **Lar/Residencial** de estudantes todo Equipamento social destinado a acolher estudantes de diferentes níveis de ensino, durante o ano lectivo, oriundas de outros Concelhos/ilhas e ou pertencentes a famílias desfavorecidas.

Quantos existem, onde estão, a quem pertencem e Qual a situação dos Lares/residenciais de estudantes

Existem lares/residenciais para estudantes exclusivamente nos concelhos da Praia (3), Santa Catarina (1), São Vicente (2), Porto Novo e Ribeira Grande e todos estavam a funcionar como tal, no momento do recenseamento dos equipamentos e serviços sociais.

Pela leitura do *Quadro 62*, se pode aferir que os lares/residenciais para estudantes são sobretudo propriedade dos Serviços da Administração (6/8). As duas únicas excepções ocorrem na Praia, onde um dos lares/residenciais para estudantes pertence à Organização/confissão religiosa e o outro, a outro tipo de proprietário não especificado.

Quadro 62 Lar/Residencial de estudantes por concelho segundo a situação

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Situação</i>	<i>Total</i>	<i>Entidade proprietária</i>		
		<i>Funciona</i>		<i>OCREL</i>	<i>Serviço APU</i>	<i>Outro</i>
R.Grande	1	1	1	0	1	0
P.Novo	1	1	1	0	1	0
S.Viente	2	2	2	0	2	0
Sta Catarina	1	1	1	0	1	0
Praia	3	3	3	1	1	1
Total	8	8	8	1	6	1

Quem financiou a construção

Os lares/residenciais de estudantes são equipamentos sociais recentes, cuja edificação insere-se no âmbito da reforma do sistema de ensino, visando contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino secundário/técnico e acolhendo assim estudantes de famílias de menos posse.

Como se pode aferir da leitura do *Quadro 63*, os lares construídos resultam principalmente do esforço financeiro do Governo e da cooperação internacional. Praia é o único concelho em que

a autarquia (1), empresa privada (1) , como Empresa pública (1) e particulares (1) participaram no financiamento da construção deste tipo de equipamento, com o apoio da cooperação internacional e auto-financiamento. Trata-se de um dos lares desse concelho.

Quadro 63 Lar/Residencial de estudantes por fonte de financiamento da construção segundo o concelho

Fonte de financiamento construção	Concelho				
	RG	PN	SV	SC	PR
Autofinanciamento					1
Autarquia					1
Governo		1	2	1	3
Empresa privada					1
Empresa Pública					1
Cooperação Internacional	1	1	1	1	2
Particulares					1

Quem gere os Lares/Residenciais de estudantes

De acordo com o *Quadro 4*, os lares/residenciais de estudantes são geridos quase exclusivamente por serviços da administração pública. Exceptuam-se dois lares da Praia geridos por ONG e por Organização/Confissão religiosa respectivamente (*Quadro 64*).

Quadro 64 Lar/residencial de estudantes por fonte de financiamento da construção segundo o concelho

Concelho	Total	Entidade gestora		
		OCREL	Serviço APU	ONG
Ribeira Grande	1	0	1	0
Porto Novo	1	0	1	0
São Vicente	2	0	2	0
Santa Catarina	1	0	1	0
Praia	3	1	1	1
Total	8	1	6	1

Capacidade instalada, utentes, utilização e cobertura da procura potencial

Quadro 65. Capacidade instalada, utentes e nível utilização dos Lares/residenciais de estudantes por concelho

Concelho	Valências	Capacidade		Utentes		Nível de utilização
		Efectivo	%	Efectivo	%	
Rib Grande	1	80	13,0	68	13,3	85,0
Porto Novo	1	84	13,7	67	13,1	79,8
São Vicente	2	152	24,8	119	23,3	78,3
Sta Catarina	1	112	18,2	97	19,0	86,6
Praia	3	186	30,3	160	31,3	86,0
Total	8	614	100	511	100	83,2

O *Quadro 65* acima permite aferir que, os Lares/residenciais para estudantes oferecem cerca de 614 lugares e tinham cerca de 511 utentes, o que corresponde a uma taxa de utilização de 83%, nível esse que pode ser considerado bastante elevado. O nível de utilização é mais elevado no concelho de Santa Catarina (87%). Dos 614 lugares que esses equipamentos sociais oferecem, cerca de 338 encontram-se respectivamente na Praia (186) e em São Vicente (152), albergando esses dois concelhos cerca de 55% da oferta, distribuindo-se o resto da oferta pelos outros concelhos onde existe este tipo de serviço (*Quadro 65*). A distribuição dos utentes segue de perto, a da capacidade, estando cerca de 279 utentes, respectivamente na Praia (160) e em São Vicente (119), o que pode dever-se ao elevado nível de procura desse tipo de serviço.

Regime de ocupação

Quadro 73 Regime de ocupação por concelho

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Regime de Ocupação</i>	
		<i>Próprio</i>	<i>Cedido/emprestado</i>
Rib. Grande	1	1	0
Porto Novo	1	1	0
São Vicente	2	2	0
Sta Catarina	1	1	0
Praia	3	2	1
Total	8	7	1

Quase todos os lares/residenciais de estudantes estão em instalações próprias, ocorrendo um único caso na Praia em que as instalações são ocupadas em regime de cedência/empréstimo (*Quadro 73*).

Estado de conservação

Quadro 74 Estado de conservação por concelho

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Estado de conservação</i>	
		<i>Razoável</i>	<i>Bom</i>
Rib. Grande	1	0	1
Porto Novo	1	0	1
São Vicente	2	1	1
Sta Catarina	1	0	1
Praia	3	2	1
Total	8	3	5

A maioria (5/8) dos lares/residenciais de estudantes funciona em edifícios em bom estado de conservação. Um dos lares de São Vicente e a maioria (2/3) dos da Praia ocupam instalações em estado de conservação considerado razoável (*Quadro 74*).

Modo de abastecimento de água e forma de evacuação das águas residuais

Quadro 75 Forma de abastecimento de água e forma de evacuação das águas residuais por concelho

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Abastecimento água</i>	<i>Total</i>	<i>Evacuação das águas residuais</i>	
		<i>Água canalizada</i>		<i>Fossa Séptica</i>	<i>Rede esgoto</i>
Rib. Grande	1	1	1	1	0
Porto Novo	1	1	1	1	0
São Vicente	2	2	2	1	1
Sta Catarina	1	1	1	1	0
Praia	3	3	3	2	1
Total	8	8	8	6	2

Certamente, porque estão situados no meio urbano, todos os lares/residenciais de estudantes têm água canalizada, pelo que obtêm água de fonte considerada potável. Talvez por essas mesmas razões, em todos eles, dá-se destino adequado às águas residuais, ou seja são evacuadas através de fossa séptica, nos casos da Ribeira Grande, Porto Novo, bem como de um dos de São Vicente e dois da Praia, ou de rede de esgotos nos casos de um dos lares de São Vicente e da Praia, respectivamente (*Quadro 75*).

Ano de início do funcionamento

Muito embora o primeiro Lar/residencial de estudante tenha iniciado o seu funcionamento na década de oitenta, este tipo de equipamento social é sobretudo uma realidade pós 1990, e enquadra-se no esforço de garantir cada vez maior igualdade de oportunidades no acesso ao ensino secundário, pois, muito embora existam liceus em todos os concelhos do país, ocorrem ainda muitos casos de crianças que habitam zonas distantes do liceu, pelo que se vêm obrigados a mudar de residência para poder frequentá-lo, ou então a suportar despesas de transporte com todas as consequências daí advenientes, tais como a própria dureza da viagem e os custos, muitas vezes inoportáveis para as famílias pobres.

Quadro 66 Lar/residencial de estudantes por concelho segundo o ano de início do funcionamento

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Ano de início do funcionamento</i>							
		<i>1983</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>
Rib Grande	1	0	0	0	1	0	0	0	0
P. Novo	1	0	0	0	0	0	0	0	1
S.Vicente	2	1	0	0	0	1	0	0	0
Sta Catarina	1	0	0	0	0	0	0	1	0
Praia	3	0	1	1	0	0	1	0	0
Total	8	1	1	1	1	1	1	1	1

Dos 8 Lares/residenciais de estudantes existentes em Cabo Verde, 6 iniciaram o funcionamento na década de noventa, sendo 1 nos concelhos da Ribeira Grande, de São Vicente e Santa Catarina e 3 no concelho da Praia. Apenas 1 Lar/residencial de estudante iniciou o funcionamento a partir do ano 2001 e encontra-se no concelho do Porto Novo (*Quadro 66*).

Serviços prestados nos Lares/residenciais de estudantes

Quadro 67. Serviços prestados nos Lares/residencial de estudantes

	<i>Ribeira Grande</i>	<i>Porto Novo</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Santa Catarina</i>	<i>Praia</i>	<i>Total</i>
<i>Serviços prestados</i>						
Serviço médico	1	1		1		3
Serviço de enfermagem	1				1	2
Cuidados de hygiene	1	1	2	1	2	7
Alimentação	1	1	2	1	3	8
Alojamento	1	1	2	1	3	8
Transporte		1			1	2
Apoio psicossocial	1	1		1	1	4
Apoio pedagógico	1	1	1	1	2	6
Serviço sócio educativo	1	1		1	1	4
Total	1	1	2	1	3	8

A leitura do *Quadro 67* acima, permite aferir que, o alojamento, a alimentação, os cuidados de higiene e o apoio pedagógico são os serviços mais prestados pelos Lares/residenciais de estudantes. Os cuidados de higiene não foram reportados enquanto serviço prestado, exclusivamente num dos lares da Praia, enquanto que o apoio pedagógico só não é prestado num dos lares da Praia e num dos de São Vicente. Contudo, o serviço médico e o de enfermagem constituem uma raridade, pois apenas 3 lares, ou seja os da Ribeira Grande, do Porto Novo e de Santa Catarina prestam serviço médico. O serviço de enfermagem é prestado exclusivamente no lar da Ribeira Grande e num dos lares da Praia.

Transporte é o único serviço não prestado no Lar da Ribeira Grande, sendo que no do Porto Novo apenas não é prestado o serviço de enfermagem. Estes dados permitem inferir que o serviço social prestado nesses lares é integrado. O mesmo ocorre com a maioria dos lares da Praia, como se pode aferir da leitura do *Quadro 67* acima.

Pessoal ao serviço

Quadro 68. Pessoal ao serviço dos Lares/residenciais de estudantes

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Sexo</i>	
		<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
Ribeira Grande	14	6	8
Porto Novo	14	7	7
São Vicente	25	12	13
Santa Catarina	20	5	15
Praia	23	9	14
Total	96	39	57

Nos Lares/residenciais de estudantes trabalham 96 pessoas, sendo 57 mulheres e 39 homens. As mulheres são, assim, a maioria, no cômputo geral e especificamente em todos os concelhos onde existe este tipo de equipamento social, sendo Porto Novo a única exceção pois, ali existe uma verdadeira paridade entre os dois sexos (*Quadro 68*).

Quadro 69 Pessoal ao serviço por nível de instrução segundo o concelho

<i>Nível de instrução</i>	<i>Total</i>	<i>RG</i>	<i>PN</i>	<i>SV</i>	<i>SC</i>	<i>PR</i>
Total	96	14	14	25	20	23
Sem instrução	4	0	0	0	0	4
Alfabetização	1	0	1	0	0	0
Primário/EBI	50	8	8	17	11	6
Secundário Incompleto	7	1	0	1	3	2
Secundário Completo	11	5	4	0	0	2
Curso Médio	18	0	1	6	5	6
Licenciatura/Mestrado	5	0	0	1	1	3

O pessoal dos lares/residenciais de estudantes, tem regra geral baixo nível de instrução, com maior concentração no nível do ensino básico (52%) sendo que pouco mais de 1/3 destes (35%), têm nível secundário completo (12%), médio (19%) ou licenciatura/mestrado (5%) (*Quadro 69*).

Praia é a única exceção, pois, apenas 26% do pessoal tem nível equivalente ao ensino básico enquanto que 56% destes têm nível secundário incompleto (9%), Secundário completo (9%), Médio (26%) ou licenciatura/mestrado (13%). É porventura o concelho com maior peso relativo de pessoal com o nível de licenciatura ou mestrado trabalhando nos lares/residenciais de estudantes (*Quadro 70*).

Quadro 70. Pessoal ao serviço por nível de instrução segundo o concelho

<i>Nível de instrução</i>	<i>Total</i>	<i>RG</i>	<i>PN</i>	<i>SV</i>	<i>SC</i>	<i>PR</i>
Total	100	100	100	100	100	100
Sem instrução	4,2	0,0	0,0	0,0	0,0	17,4
Alfabetização	1,0	0,0	7,1	0,0	0,0	0,0
Primário/EBI	52,1	57,1	57,1	68,0	55,0	26,1
Secundário Incompleto	7,3	7,1	0,0	4,0	15,0	8,7
Secundário Completo	11,5	35,7	28,6	0,0	0,0	8,7
Curso Médio	18,8	0,0	7,1	24,0	25,0	26,1
Licenciatura/Mestrado	5,2	0,0	0,0	4,0	5,0	13,0

Área de formação

A grande maioria do pessoal dos lares/residenciais de estudantes tem formação em outras áreas não específicas (ou não tem), certamente devido ao baixo nível de instrução da maioria. Contudo, pois menos de 1 em cada 5 (19%) tem formação de professor de EBI e ocorrem alguns com formação em turismo (1), biologia (1), Linguística (1), Língua francesa (1) ou gestão (2) (*Quadros 71 e 71a*).

Quadro 71 Área de formação do pessoal segundo o concelho

<i>Nível de instrução</i>	<i>Total</i>	<i>RG</i>	<i>PN</i>	<i>SV</i>	<i>SC</i>	<i>PR</i>
Total	96	14	14	25	20	23
Professor do EBI	17	5	1	6	4	1
Turismo	1	0	0	0	0	1
Biologia	1	0	0	0	0	1
Linguista	1	0	0	0	0	1
Gestão	2	0	0	1	1	0
Bacharel em língua francesa	1	0	0	0	1	0
Outra	73	9	13	18	14	19

Quadro 71a Área de formação do pessoal segundo o concelho

<i>Nível de instrução</i>	<i>Total</i>	<i>RG</i>	<i>PN</i>	<i>SV</i>	<i>SC</i>	<i>PR</i>
Total	100	100	100	100	100	100
Professor do EBI	17,7	35,7	7,1	24,0	20,0	4,3
Turismo	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3
Biologia	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3
Linguista	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,3
Gestão	2,1	0,0	0,0	4,0	5,0	0,0
Bacharel em língua francesa	1,0	0,0	0,0	0,0	5,0	0,0
Outra	76,0	64,3	92,9	72,0	70,0	82,6

LAR PARA CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO

Enquanto equipamento social

O que são os Lares para crianças e jovens em situação de risco

Denomina-se **Lar para crianças e jovens em situação de risco** toda a resposta social desenvolvida em equipamento que tem por finalidade o acolhimento de crianças e jovens, em regime de internato, proporcionando-lhes condições de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral, e à sua inserção na sociedade.

Quantos existem e onde estão

Em Junho de 2004 foram registados, 6 Lares para crianças e jovens em situação, no âmbito do recenseamento dos equipamentos e serviços sociais, dos quais quatro em Santa Catarina, um em São Vicente e um em São Domingos.

Qual a situação dos Lares para crianças e jovens em situação de risco

Dos 6 Lares para crianças e jovens em situação de risco, 5 estavam a funcionar como tal, no momento do recenseamento dos equipamentos e serviços sociais e um encontrava-se em construção no concelho de Santa Catarina (*Quadro 76*).

Quadro 76 Lar para crianças e jovens em situação de risco por concelho segundo a situação

<i>Concelho</i>	<i>Func ES</i>	<i>Em construção</i>	<i>Total</i>
São Vicente	1	0	1
Sta Catarina	3	1	4
S. Domingos	1	0	1
Total	5	1	6

A quem pertencem

Os 6 Lares para crianças e jovens em situação de risco são propriedade da administração pública (4/6) e de ONG (2/6). Os dois lares pertencentes a ONG estão em Santa Catarina e em São Domingos respectivamente e pertencem à SOS (*Quadro 77*).

Quadro 77 Entidade proprietária dos lares para crianças e jovens em situação de risco

<i>Entidade proprietária</i>	<i>S.Vicente</i>	<i>Sta Catarina</i>	<i>S.Domingos</i>	<i>Total</i>
ONG	0	1	1	2
Serviço de Administração Pública	1	3	0	4
Total	1	4	1	6

Quem financiou a construção

Quadro 78. Lar para crianças e jovens por concelho segundo a fonte de financiamento da construção

<i>Concelho</i>	<i>Autarquia</i>	<i>Governo</i>	<i>Coop Internacional</i>
São Vicente			1
Santa Catarina	0	0	2
São Domingos	1	0	1
Total	1	0	4

Dos 6 lares para crianças e jovens em situação de risco, 4 foram construídos com financiamento da cooperação internacional, sendo dois em Santa Catarina, um em São Vicente e um em São Domingos. A autarquia local de São Domingos co-financiou também a construção do lar desse concelho (*Quadro 78*).

Quem gere os Lares para crianças e jovens em situação de risco

Quadro 79. Entidade gestora por concelho

<i>Entidade gestora</i>	<i>S. Vicente</i>	<i>Sta Catarina</i>	<i>Total</i>
ONG	0	0	0
Organização/confissão religiosa	0	1	1
Serviço de administração pública	0	0	0
Total	0	1	1

Dos 5 lares para crianças e jovens em situação de risco em funcionamento apenas um não é gerido pelo respectivo proprietário. Está em Santa Catarina e é gerido por uma organização/confissão religiosa (*Quadro 79*).

Tipo de instalação e regime de ocupação

Quadro 80 Tipo de instalação e regime de ocupação por concelho

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Tipo de Instalação</i>			<i>Total</i>	<i>Regime de ocupação</i>			
		<i>Casa Individual/ moradia</i>	<i>Complexo</i>	<i>SR</i>		<i>Próprio</i>	<i>Arrendado</i>	<i>Cedido/ emprestado</i>	<i>Outro</i>
S. Vicente	1	0	1	0	1	1	0	0	0
Sta Catarina	4	2	1	1	4	1	1	1	1
S. Domingos	1	0	1	0	1	1	0	0	0
Total	6	3	3	1	6	3	1	1	1

Em matéria de instalações esses equipamentos sociais repartem-se de forma equitativa entre casa individual/moradia (3) , - sendo os casos de dois dos 4 lares de Santa Catarina e de um dos lares de São Vicente; e relativamente aos complexos (3), um dos lares de São Vicente, um de Santa Catarina e outro em São Domingos. Não foi referenciado o tipo de instalação de um dos lares de Santa Catarina, certamente por não estar ainda em funcionamento. Metade desses equipamentos sociais (3/6) ocupam instalações próprias, ocorrendo um caso no concelho de Santa Catarina, casos de arrendamento (1) e de cedência/empréstimo. Não foi declarado o regime de ocupação de um dos lares desse último concelho (*Quadro 80*).

Modo de abastecimento de água e forma de evacuação das águas residuais

Quadro 81. Modo de abastecimento de água e forma de evacuação das águas residuais por concelho

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Forma abastecimento água</i>			<i>Total</i>	<i>Evacuação das águas residuais</i>		
		<i>Água canalizada</i>	<i>Chafariz</i>	<i>S/R</i>		<i>Fossa Séptica</i>	<i>Rede esgoto</i>	<i>S/R</i>
S.Vicente	1	1	0	0	1	0	1	0
Sta Catarina	4	3	0	1	4	3	0	1
S. Domingos	1	1	0	0	1	1	0	0
Total	6	5	0	1	6	4	1	1

Cinco dos seis equipamentos sociais desse tipo obtêm água de fonte potável, ou seja têm água canalizada (5) e não foi declarada a fonte de água de um dos lares de Santa Catarina por se encontrar em construção . Com excepção de um dos lares de Santa Catarina para o qual não foi

referenciado o destino dado às águas residuais, em todos os outros dá-se destino adequado às águas residuais, ou seja são evacuadas através de fossa séptica (3 em Santa Catarina e 1 em São Domingos) ou de rede de esgotos (1 em São Vicente) (*Quadro 81*).

Estado de conservação

Quadro 82 Estado de conservação por concelho

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Estado de conservação</i>		
		<i>Mau</i>	<i>Razoável</i>	<i>Bom</i>
São Vicente	1	0	0	1
Santa Catarina	4	1	1	2
São Domingos	1	0	0	1
Total	6	1	1	4

O estado de conservação desses lares é bom na maioria dos casos (4/6), ocorrendo dois casos em Santa Catarina em que as instalações estão em mau estado de conservação ou em estado razoável (*Quadro 82*).

Valências

Ano de início do funcionamento

O primeiro lar para crianças e jovens em situação de risco foi criado em Santa Catarina em 1984. O segundo ocorreu em São Vicente em 1988, o terceiro foi ainda em Santa Catarina e iniciou em 1991. Os dois seguintes foram criados em 2003, em Santa Catarina e em São Domingos (*Quadro 83*).

Quadro 83. Ano de início do funcionamento por concelho

<i>Concelho</i>	<i>Ano de Início do Funcionamento</i>				<i>Total</i>
	<i>1984</i>	<i>1988</i>	<i>1991</i>	<i>2003</i>	
São Vicente	0	1	0	0	1
Santa Catarina	1	0	1	1	3
São Domingos	0	0	0	1	1
Total	1	1	1	2	5

Capacidade instalada, utentes, utilização e cobertura da procura potencial

Quadro 84. Capacidade instalada, utentes, utilização e cobertura da procura potencial dos Lares para crianças e jovens

<i>Concelho</i>	<i>Lar Crianças/ Joven Risco</i>	<i>Capacidade</i>	<i>%</i>	<i>Utentes</i>	<i>Utilização</i>	<i>Niv. Utilização (%)</i>
Total	5	300	100	231	100	77,0
<i>S. Vicente</i>	1	50	28,3	28	25,5	69,4
<i>Sta Catarina</i>	3	135	45,0	117	50,6	86,7
<i>S Domingos</i>	1	80	26,7	55	23,8	68,8

Os lares para crianças e jovens em situação de risco consomem uma resposta social desenvolvida em equipamento que tem por finalidade o acolhimento de crianças e jovens, em regime de internato, proporcionando-lhes condições de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral, e à sua inserção na sociedade.

Este tipo de resposta social só existe em São Vicente, em Santa Catarina e em São Domingos. Pertencem a este grupo os complexos SOS de Assomada e de São Domingos e o Lar Nhô Djunga de São Vicente. Muito embora não tenhamos dados sobre a procura potencial deste tipo de resposta social, não é difícil concluir de que existe procura não coberta em concelhos como a Praia, onde o fenómeno de crianças de e na rua, e crianças com problemas familiares tem visibilidade (*Quadro 84*).

Esses lares oferecem cerca de 300 lugares, dos quais 231 encontravam-se ocupados. Cerca de 45% dessa capacidade encontra-se em Santa Catarina, mas também pouco mais de metade (51%) dos utentes desses centros a nível nacional está em Santa Catarina.

Globalmente cerca de 77% da capacidade dos lares para crianças e jovens em situação de risco é utilizada, variando entre um mínimo de 69% em São Domingos e São Vicente e 87% em Santa Catarina.

Serviços prestados

A leitura do *Quadro 85* permite aferir que os lares para crianças e jovens em situação de risco, oferecem serviços integrados na procura da compensação plena das crianças pelas carências vividas e que se mantêm por não viverem com os respectivos progenitores. No lar de São Vicente são prestados todos os serviços, enquanto que nos de Santa Catarina são prestados a grande maioria, ou pelo menos os essenciais, os serviços médico e os de apoio sócio-educativo, passando pela alimentação, higiene e apoio psicossocial.

Quadro 85. Serviços prestados pelos lares para crianças e jovens em situação de risco

<i>Serviços prestados</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Santa Catarina</i>	<i>São Domingos</i>	<i>Total</i>
Serviço médico	1			1
Serviço de enfermagem	1	1	1	3
Cuidados de higiene	1	3	1	5
Alimentação	1	3	1	5
Alojamento	1	3		4
Transporte	1	2		3
Apoio psicossocial	1	3	1	6
Apoio pedagógico	1	3	1	6
Concessão de dispositivos	1			1
Serviço sócio educativo	1	3		5
Formação profissionalizante	1			
Informação/sensibilização	1			
Cultural	1			
Desportivo	1			

Curiosamente, o lar de São Domingos não parece ser o caso, pois este, de implantação e funcionamento mais recente, serviços essenciais, como o serviço médico e o serviço sócio-educativo não são prestados ou pelo menos não foram referenciados (*Quadro 82*).

Pessoal

Quadro 86. Pessoal ao serviço por concelho segundo o sexo

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
São Vicente	17	9	8
Santa Catarina	45	18	27
São Domingos	23	6	17
Total	85	33	52

Nas 5 valências «Lares para crianças e jovens em situação de risco» trabalham 85 pessoas, sendo 52 mulheres e 33 homens. No lar de São Vicente os homens são maioria entre os trabalhadores (9/17), enquanto que as mulheres são a maioria do pessoal dos lares nos concelhos de Santa Catarina e São Domingos (*Quadro 86*).

Quadro 87. Pessoal ao serviço por nível de instrução segundo o concelho

<i>Nível de instrução</i>	<i>Total</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Santa Catarina</i>	<i>São Domingos</i>
Total	85	17	45	23
Alfabetização	5	0	5	0
Primário/EBI	49	8	24	17
Secundário Incompleto	12	2	7	3
Secundário completo	6	2	4	
Curso Médio	3	2	0	1
Licenciatura/Mestrado	8	2	4	2
SN	2	1	1	

No geral, o pessoal das valências «Lares para crianças e jovens em situação de risco», tem baixo nível de instrução. Mais de metade do pessoal (49/85) tem nível de instrução equivalente ao ensino básico e mais de $\frac{3}{4}$ do pessoal tem nível equivalente a secundário incompleto ou inferior (*Quadro 87*). Apenas 8 empregados tem nível de Licenciatura/Mestrado. O peso do pessoal de baixos níveis de instrução é relativamente maior no concelho de São Domingos onde 17 dos 23 trabalhadores têm nível equivalente ao ensino básico.

Quadro 88. Pessoal ao serviço por área de formação segundo o concelho

<i>Área de formação</i>	<i>Total</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Santa Catarina</i>	<i>São Domingos</i>
Total	85	17	45	23
Educadora Social	2	1	1	0
Ciência de Educação	1			1
Sociologia	1		1	0
Ciência de Educação/Psicopedagogia	0			
Contabilidade	3	1	1	1
Psicologia	2	1		1
Bibliotecário	1			1
Servivo social	2	2		
Direito	1		1	0
Pedagogia	1		1	
Lingua	1		1	
Enfermagem	1		1	
Ciencias Sociais	1		1	
Outra	68	12	37	19

A maioria do pessoal tem nível secundário incompleto ou então inferior. Assim, se entende que não seja referenciada a formação da grande maioria (68/85) desse pessoal. Registe-se, porém, que 2 têm formação de educadora social e estão todas nos concelho de Santa Catarina e São Vicente. Sete outros em Santa Catarina têm formação em sociologia, contabilidade, direito, pedagogia, língua, enfermagem e ciências sociais.

Os 4 empregados do lar de São Domingos com formação são das áreas das ciências da educação, da contabilidade, da psicologia e da biblioteconomia. Os restantes 4 de São Vicente com formação são das áreas da contabilidade (1), psicologia (1) e serviço social (2) (*Quadro 88*).

CENTROS DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO

O que são Centros de acolhimento

Designa-se **Centro de Acolhimento** de crianças e jovens em situação de risco, toda a resposta de carácter sócio-educativa desenvolvida em equipamento que tem por finalidade o acolhimento de crianças e jovens, durante parte ou todo o dia, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral, e à sua inserção na sociedade.

Quantos existem e onde estão

Os 3 equipamentos sociais «Centro de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» estão em São Vicente (2) e na Praia (1) e encontravam-se todos a funcionar como equipamentos sociais no momento do recenseamento dos equipamentos e serviços sociais. Contudo, existem seis valências do tipo funcionando em São Vicente (3) na Praia (2) e no Sal (1).

A quem pertencem

Os 2 equipamentos sociais «Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» de São Vicente pertencem a organização/confissão religiosa (1) e à autarquia local (1) enquanto que o da Praia pertence a serviços da administração pública.

Quem financiou a construção

O Centro de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco da Praia foi construído exclusivamente com financiamento da cooperação internacional e recentemente remodelado com financiamento da mesma fonte enquanto que dos dois de São Vicente, um teve o financiamento da cooperação internacional, bem como do Governo, através dos fundos do Banco Mundial e o segundo centro foi financiado pela Autarquia local e pelo Governo.

Quem gere os Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco

O único Centro de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco, não gerido pelo proprietário, está na Praia e gerido por uma ONG.

Quadro 89 Entidade gestora das valências «Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco»

<i>Entidade gestora da valência</i>	<i>Total</i>	<i>Concelho</i>		
		<i>S. Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Praia</i>
Total	6	3	1	2
ONG	1	0	0	1
Associação Comunitária	1	0	1	0
Serviço de Administração Pública	2	1	0	1
Autarquia	1	1	0	0
Organização/Confissão Religiosa	1	1	0	0

Contudo, das 6 valências «Centro de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco», uma é gerida por associação comunitária e encontra-se na ilha do Sal, duas são geridas por serviços da administração pública, e estão respectivamente em São Vicente e na Praia. As 3 restantes são geridas por ONG na Praia, por autarquia local em São Vicente e por organização/confissão religiosa neste último(Quadro 89).

Ano de início do funcionamento

Quadro 90 Ano de início do funcionamento das valências «Centro de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco»

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Ano de início de funcionamento da valência</i>				
		<i>1988</i>	<i>1990</i>	<i>1992</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>
São Vicente	3	1	1	0	0	1
Praia	2	0	0	1	1	0
Sal	1	0	0	0	0	1
Total	6	1	1	1	1	2

Os «Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» iniciaram o funcionamento em 1988, e 1990 em São Vicente e em 1992 e 2003 na Praia.

Os dois centros que iniciaram em 2004 estão nos concelhos de São Vicente e do Sal respectivamente (Quadro 90).

Capacidade instalada, utentes, utilização e cobertura da procura potencial

Quadro 91. Capacidade instalada, utentes, utilização e cobertura da procura potencial dos centros de acolhimento por concelho

<i>Concelho</i>	<i>Capacidade</i>	<i>Utentes</i>	<i>Taxa de Utilização (em%)</i>
São Vicente	67	68	101,5
Sal	80	58	72,5
Praia	120	83	69,2
Total	255	209	82,0

Existem em Cabo Verde, 6 valências «Centro de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco», e estão apenas nos concelhos de São Vicente, da Praia e do Sal, pelo menos por enquanto, certamente por se tratar de uma resposta social a problemas próprios dos centros urbanos. Trata-se dos 3 centros urbanos mais dinâmicos do País, atractivos do ponto de vista da fixação de agentes económicos e em parte por esta razão, pontos de destino de migração interna e concelhos com os maiores índices de crescimento demográfico do país (*Quadro 91*).

A nível nacional, os centros de acolhimento têm elevado nível de utilização, pois que para os 255 lugares que oferecem tem 209 utentes, o que corresponde a uma taxa de utilização de 82%.

Os centros de acolhimento de São Vicente são utilizados em regime de sobrecarga em relação a sua capacidade pois estando dimensionado para 67 utentes, tinham 68 no momento do recenseamento dos equipamentos sociais. Os da Praia, como o do Sal também têm elevado nível de utilização (69 e 82% respectivamente) (*Quadro 91*).

No entanto, isto não quer dizer de que não se justifiquem mais investimentos nesse tipo de respostas sociais, pois não aferimos ainda os padrões de qualidade dos existentes, nem sequer a real procura potencial existente e eventuais necessidades registadas em outros concelhos.

Serviços prestados

Todos os «Centros de acolhimento de crianças em situação de risco» prestam serviços de alimentação, bem como desportivo e quase todos (5/6) prestam serviço sócio- educativo, de apoio pedagógico, cuidados de higiene e de formação profissionalizante.

Realça-se, ainda, o facto de que, 4 das 6 valências prestam serviços de informação/sensibilização, de actividade cultural, bem como lúdica/recreativa. Apenas metade dos centros prestam serviço médico e de enfermagem. É o que se pode aferir da leitura do *Quadro 92* acima. Um dos centros da Praia presta o essencial dos serviços, com excepção do serviço médico que é importante como acima referimos.

Alojamento é o único serviço que não é prestado por nenhum centro, por não ser, aliás, a vocação destes. Todos os centros de São Vicente oferecem a maioria, senão, a totalidade dos serviços essenciais, ou seja o serviço médico, serviço de enfermagem, os cuidados de higiene, os serviços de alimentação, o apoio psicossocial, o apoio pedagógico, o serviço socio -educativo e o desportivo, de entre outros.

Com excepção do serviço médico e de enfermagem que são de per si importantes em valências deste tipo, o centro do Sal presta todos os outros considerados essenciais (*Quadro 92*).

Quadro 92 Serviços prestados pelos Centros de acolhimento de Crianças e jovens em situação de risco segundo o concelho

<i>Serviços prestados</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Praia</i>	<i>Total</i>
Serviço médico	3	0	0	3
Serviço de enfermagem	2	0	1	3
Cuidados de higiene	3	1	1	5
Alimentação	3	1	2	6
Alojamento	0	0	0	0
Transporte	1	0	1	2
Formação profissionalizante	2	1	2	5
Informação Sensibilização	2	1	1	4
Actividade cultural	2	1	1	4
Apoio psicossocial	3	1	1	5
Apoio pedagógico	3	1	1	5
Concessão de dispositivos	1	0	0	1
Actividade lúdica/recreativa	1	1	2	4
Desporto	3	1	2	6
Serviço sócio educativo	3	1	1	5
Colónia de férias	1	0	0	1
Total				

Pessoal

Quadro93 Pessoal das valências «Centro de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» por concelho segundo o sexo

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Sexo</i>	
		<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
São Vicente	30	13	17
Sal	7	2	5
Praia	33	13	20
Total	70	28	42

Nas 6 valências «Centro de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco», trabalham 70 pessoas, das quais 42 mulheres, e estas são maioria em todos os concelhos. A grande maioria (63/70) do pessoal está nos centros da Praia (33) e de São Vicente (30) (*Quadro 93*).

Nível de instrução

Quadro 94 Pessoal das valências «Centro de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» por nível de instrução segundo o concelho

<i>Nível de instrução</i>	<i>Total</i>	<i>Concelho</i>		
		<i>São Vicente</i>	<i>Sal</i>	<i>Praia</i>
Sem instrução	3	1	1	1
Alfabetização	3	2	0	1
Primário/EBI	20	14	1	5
Secundário Incompleto	15	6	3	6
Secundário Completo	13	4	1	8
Curso Médio	5	1	0	4
Licenciatura/Mestrado	11	2	1	8
Total	70	30	7	33

Das 70 pessoas empregadas nas valências «Centro de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco», mais de metade (41/70) tem baixo nível de instrução, ou seja secundário incompleto (15), Ensino Básico (20), Alfabetização (3) ou então nenhum nível de instrução (3). É o que ocorre em São Vicente, onde 23 dos 30 empregados têm esses níveis de instrução, mas também do Sal onde 6 dos 7 empregados têm esses níveis. Não é, no entanto, o caso da Praia onde apenas 13 dos 33 empregados têm esses níveis, tendo 8 nível de licenciatura ou mestrado. No centro da Praia a maioria do pessoal tem assim níveis mais elevados de instrução, relativamente aos concelhos de São Vicente e do Sal (*Quadro 94*).

Área de formação

Quadro 95 *Pessoal das valências «Centro de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» por área de formação segundo o concelho*

Área de formação	Total	Concelho		
		São Vicente	Sal	Praia
Total	70	30	7	33
Professor do EBI	3	0	0	3
Animadora Social	1	0	0	1
Monitora	3	0	0	3
Educadora Social	2	1	1	0
Ciência de Educação	2	0	0	2
Psicologia	5	1	1	3
Educadora Infantil	1	0	0	1
Sociologia	2	0	0	2
Informática	3	0	0	3
Gestão	1	0	0	1
Electricista	1	1	0	0
Serviço Social	2	2	0	0
Contabilidade/Administração	1	1	0	0
Teologia	1	1	0	0
Outra	42	23	5	14

Para a grande maioria (42/70) do pessoal das valências «Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» não foi citada a área de formação, certamente porque não tem, pois a maioria tem baixos níveis de instrução como atrás referido.

Regista-se, porém, que 3 desses empregados têm formação de professor de EBI e trabalham nos Centros da Praia, igual número tem formação de monitora e estão no mesmo concelho, 5 deles têm formação em pedagogia, sendo 3 dos centros da Praia, 1 no Sal e e outro em São Vicente. Regista-se, também, dois empregados com formação em serviço social trabalhando em São Vicente e 2 com formação de educadora social nos centros de São Vicente e Sal, bem como 2 com formação em ciências da educação trabalhando ambos na Praia (*Quadro 95*).

Tipo de instalação

Quadro 96 Valências «Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» por concelho segundo o tipo de instalação

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Tipo de Instalação</i>	
		<i>Casa Individual/moradia</i>	<i>Complexo</i>
São Vicente	3	2	1
Sal	1	1	0
Praia	2	0	2
Total	6	3	3

Das seis valências «Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» 3 estão instaladas em casa individual/moradia, nos centros de São Vicente (2) e no Sal (1) e a outra metade está instalada em complexo na Praia (2) e em São Vicente (1) (*Quadro 96*).

Quadro 97 Valências «Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» por concelho segundo o regime de ocupação

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Regime de Ocupação</i>		
		<i>Próprio</i>	<i>Arrendado</i>	<i>Cedido/emprestado</i>
São Vicente	3	3	0	0
Sal	1	1	0	0
Praia	2	0	0	2
Total	6	4	0	2

A maioria (4/6) dos centros ocupa instalações próprias, em São Vicente (3) e no Sal (1) e os restantes (2) estão no concelho da Praia e ocupam instalações em regime de cedência/empréstimo, relativamente à entidade gestora (*Quadro 97*).

Estado de conservação

Quadro 98 «Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» por concelho segundo o estado de conservação

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Estado de conservação</i>
		<i>Bom</i>
São Vicente	3	3
Sal	1	1
Praia	2	2
Total	6	6

Todas as seis valências «Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» ocupam instalações em bom estado de conservação (*Quadro 98*).

Modo de abastecimento de água

Quadro 99 «Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» por concelho segundo o modo de abastecimento de água

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Forma de abastecimento água</i>		
		<i>Água canalizada</i>	<i>Auto-tanque</i>	<i>Chafariz</i>
São Vicente	3	2	0	1
Sal	1	1	0	0
Praia	2	0	2	0
Total	6	3	2	1

Todas as valências «Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» obtêm água de fonte potável, pois 3 deles tem água canalizada e estes estão em São Vicente (2) e no Sal (1). Os dois centros da Praia obtêm água através de autotanque e um dos centros de São Vicente obtêm água através de chafariz (*Quadro 99*).

Forma de evacuação das águas residuais

Quadro 100 «Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» por concelho segundo a forma de evaucuação das águas residuais

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Evacuação das águas residuais</i>	
		<i>Fossa Séptica</i>	<i>Rede esgoto</i>
São Vicente	3	0	3
Sal	1	1	0
Praia	2	2	0
Total	6	3	3

Todas as valências «Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco» dão destino adequado às águas residuais, pois todos os da Praia e do Sal evacuam-nas através de fossa séptica (3) e os de São Vicente fazem-no através de rede de esgotos (*Quadro 100*).

CENTROS DE EMERGÊNCIA INFANTIL

O que são Centros de emergência infantil

Designa-se **Centro de emergência infantil** a resposta social desenvolvida em equipamento destinado ao acolhimento temporário de crianças dos 0-12 anos em situação de alto risco.

Quantos existem, onde estão e qual a situação

Os dois centros de emergência infantil estão na Praia e em São Vicente e encontravam-se todos a funcionar como equipamentos sociais no momento do recenseamento dos equipamentos e serviços sociais.

Os centros de emergência infantil são também respostas sociais recentes, nenhum foi construído para o efeito, tendo em conta que o de São Vicente funciona no anexo do “Centro Nhô Djunga” e o da Praia funciona em edifício de um particular.

Ambos estão instalados em Prédio incluindo rés-do-chão e têm água canalizada. O Centro da Praia ocupa as respectivas instalações em regime de aluguer, enquanto que o de São Vicente ocupa instalações cedidas/emprestadas. O de São Vicente está em estado de conservação considerado razoável, enquanto que não se declarou o estado de conservação do da Praia.

Quem gere os Centros de emergência infantil

Os Centros de Emergência Infantil da Praia e de São Vicente são geridos por serviço da administração pública.

Capacidade instalada, utentes, utilização e cobertura da procura potencial

Quadro 101 Capacidade instalada, utentes, utilização dos centros de emergência infantil por concelho

Tipo de valência	Valências	Capacidade	Utentes	Utilização
São Vicente	1	12	5	41,7%
Praia	1	15	7	33,3
Total	2	27	12	44,4

Os Centros de emergência estão situados nos dois maiores centros urbanos do país, espaços onde a situação das crianças em situação de risco e/ou exclusão social se coloca com maior acuidade.

Pelo menos até então existe apenas um centro em São Vicente, dimensionado para atender 12 crianças e que atendia 5 no momento do censo para a Carta Social. O Centro da Praia está dimensionado para atender 15 crianças e tinha 7 utentes no referido período do censo. Ambos iniciaram o funcionamento em 2004 e juntos totalizam uma capacidade de acolhimento de 27 crianças e estavam utilizando cerca de 44% da respectiva capacidade (*Quadro 101*).

Os centros de emergência infantil constituem uma resposta social de carácter transitório, diferente do tipo prestado por outras valências como os lares para crianças e jovens em situação de risco, de forma permanente. Esses centros oferecem os seus serviços a título temporário, aguardando a (re) colocação das crianças na família de origem ou outra, ou ainda, o encaminhamento aos lares do tipo atrás referido.

Pessoal dos centros de emergência infantil

O *Quadro 102* apresenta algumas características do pessoal ao serviço dos centros de emergência infantil. Nesses dois centros trabalham 19 pessoas, sendo 11 no centro da Praia e 8 no de São Vicente. Em ambos o pessoal é maioritariamente do sexo feminino (13/19). De referir que, o secundário completo é o nível de instrução mais elevado desse pessoal, e que a maioria tem apenas o Ensino Básico (11/19).

Quadro 102 Características do pessoal dos centros de emergência infantil

Concelho	Total	Sexo		Total	Nível de instrução				Total	Área de formação		
		Masc	Fem		SN	E. Básico	Sec Inc	Sec Comp		Monitora	Educ. Social	Outra
S. Vicente	8	2	6	8	0	6	1	1	8	0	1	7
Praia	11	4	7	11	1	5	3	2	11	3	2	6
Total	19	6	13	19	1	11	4	3	19	3	3	13

A proporção de pessoal com este último nível é maior em São Vicente (6/8) do que na Praia (5/11). A maioria (13/19) do pessoal dos centros de emergência infantil tem formação não específica, o que é normal, visto que a maioria tem baixo nível de instrução (Ensino Básico). Os restantes 6 tem formação de monitora (3) ou de Educadora Social (3). Destes, 5 trabalham no Centro da Praia e apenas 1 no de São Vicente (*Quadro 102*).

CENTRO DE REABILITAÇÃO PARA DEFICIENTES

O que é Centro de Reabilitação para Deficientes

Designa-se **Centro de Reabilitação para Deficientes** a resposta social desenvolvida em equipamento destinada a pessoas portadoras de deficiência, com actividades diferenciadas, nomeadamente assistência médica, apoio em dispositivo de compensação, formação, apoio sócio- educativo, entre outros.

Quantos existem, onde estão e qual a situação

O único Centro de Reabilitação de Deficientes está na cidade da Praia e encontrava-se a funcionar, como tal, no momento do recenseamento dos equipamentos e serviços sociais.

A quem pertencem

O único centro de reabilitação de deficientes de Cabo Verde é de edificação recente e situa-se na cidade da Praia e pertence a Serviço da Administração Pública.

Quem financiou a construção

O único centro de reabilitação para deficientes situado na cidade da Praia foi construído com financiamento de autarquia, do governo, de empresa privada, de cooperação internacional, de ONG nacional, do Banco Mundial mas também de particular. Este equipamento social resulta assim de uma forte cooperação entre vários parceiros. É gerido por ONGs. Este Centro iniciou o seu funcionamento em 2002.

Capacidade instalada, utentes, utilização e cobertura da procura potencial

Quadro 103. Capacidade instalada, número de utentes, nível de utilização e procura potencial do centro de reabilitação para deficientes

<i>Concelho</i>	<i>Capacidade</i>	<i>Utentes</i>	<i>utilização(%)</i>	<i>Procura Potencial</i>	<i>Cobertura</i>
Ribeira Grande	.	.		1052	
Paul	.	.		403	
Porto Novo	.	.		838	
São Vicente	.	.		2022	
São Nicolau	.	.		534	
Sal	.	.		499	
Boa Vista	.	.		143	
Maio	.	.		268	
Tarrafal	.	.		599	
Santa Catarina	.	.		1430	
Santa Cruz	.	.		831	
Praia	24	13	54,2	2375	1,0
São Domingos	.	.		466	
São Miguel	.	.		770	
Mosteiros	.	.		455	
São Filipe	.	.		1001	
Brava	.	.		262	
Total	24	13	54,2	13948	0,2

Isoladamente, o Centro da Praia está dimensionado para 24 utentes e tinha apenas 13, o que corresponde a uma taxa de utilização de 54%, que pode ser considerada baixa, enquanto que, neste particular, praticamente todos os outros concelhos de Cabo Verde estão a descoberto.

No centro de reabilitação para deficientes são prestados serviços como cuidados de higiene, alimentação, alojamento, apoio pedagógico, formação profissionalizante, bem como cultural.

Funciona num complexo e as instalações estão em bom estado de conservação. Tem água canalizada e evacua as águas residuais através de fossa séptica.

No centro trabalham 7 pessoas sendo 4 do sexo feminino e 3 do sexo masculino. Dos três homens apenas 1 tem formação em sociologia e das 4 mulheres três tem formação, sendo que duas tem formação em ensino especial e uma de educadora social.

APOIO SOCIO-EDUCATIVO

Apoio sócio- educativo é a resposta social destinada a crianças e jovens com necessidades educativas especiais, que não encontram satisfação no ensino formal e que exigem um atendimento educativo específico.

Em Cabo verde existem apenas 2 valências de «Serviços de apoio socio-educativo» todos localizados em São Vicente, funcionando em centros sociais/comunitários/multiusos. Os centros sociais/comunitários/multiusos onde funcionam esesas valências estão instalados em casa individual/moradia, em bom estado de conservação. Esses obtém água de autotanque, e evacuam as águas residuais através de fossa séptica.

As duas valências de serviço de apoio sócio-educativo têm capacidade para prestar serviço a 230 utentes e tinham 55, o que corresponde a uma taxa de utilização de 24%.

Esses prestam serviços de apoio pedagógico, sócio-educativo, de informação/sensibilização, e desenvolverm ainda actividades culturais e lúdica/recreativas.

Nesses centros trabalham 6 pessoas, sendo 5 homens e uma mulher. Apenas uma pessoa (homem) tem formação em teologia, sendo que os restantes não têm formação.

CENTRO DE DIA PARA IDOSOS

Enquanto equipamento social

O que são os Centros de dia para idosos

Denomina-se **Centro de Dia** toda a resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços (alimentação, assistência médica, de entre outros) que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar, durante todo o dia.

No momento do recenseamento dos equipamentos e serviços sociais para a Carta Social foram registados 4 centros de dia, sendo 2 na Praia e 2 no Porto Novo. Os dois centros de dia da Praia estavam a funcionar como equipamento social, enquanto que um dos centros de dia do Porto Novo estava a funcionar como equipamento social e o outro aguardava o início de funcionamento.

Contudo, no momento do recenseamento acima referido estavam a funcionar, a nível nacional, 11 valências «Centro de dia para idosos», das quais 5 na Praia, 2 em São Nicolau, 1 na Brava e igual número nos concelhos da Ribeira Grande, do Porto Novo e Paúl

Entidade gestora

***Quadro 104 .Entidade gestora das valências «Centro de dia para idosos»
por concelho***

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Natureza Jurídica ent. gestora</i>		
		<i>ONG</i>	<i>Associação Comunitária</i>	<i>Autarquia Local</i>
Ribeira Grande	1	0	0	1
Paul	1	1	0	0
Porto Novo	1	0	0	1
São Nicolau	2	1	0	1
Praia	5	1	1	3
Brava	1	1	0	0
Total	11	4	1	6

Os centros de dia para idosos são sobretudo geridos pelas autarquias locais (6/11). Assim, ocorre na Ribeira Grande, no Porto Novo, como com um dos centros de São Nicolau e 3 dos da Praia. Os Centros do Paúl, da Brava, como um dos de São Nicolau e da Praia são geridos por ONG (*Quadro 104*).

Tipo de instalação

Quadro 105. Tipo de instalação das valências «Centro de dia para idosos» por concelho

Tipo de Instalação	Total	Concelho					
		RG	PL	PN	SN	PR	BR
Total	11	1	1	1	2	5	1
Prédio apenas no rés-do-chão	2	0	0	0	0	1	1
Prédio incluindo rés-do-chão	3	1	1	0	1	0	0
Casa Individual/moradia	2	0	0	1	0	1	0
Complexo	3	0	0	0	1	2	0
ND	1	0	0	0	0	1	0

Menos de metade (5/11) dessas valências estão instaladas em complexo (3) ou em casa individual/moradia (2), instalações essas que potencialmente oferecem condições adequadas de acessibilidade, por não estarem em andares, mas também de privacidade, por não conviverem com outros ocupantes do imóvel, como também de segurança, pois devidamente individualizado e separado é mais fácil garantir a segurança. Um dos centros de São Nicolau e dois dos da Praia estão em complexo, sendo que um deste último concelho e o único centro do Porto Novo estão instalados em cada individual/moradia. Um dos centros de dia da Praia está instalado em prédio, instalações essas que pelo menos, potencialmente, não oferecem as melhores condições acima referidas. Estão nessa situação, Os centros de dia da Ribeira Grande e do Paúl como um dos centros de São Nicolau e o da Brava (*Quadro 105*).

Estado de conservação

Quadro 106. Estado de conservação das instalações das valências «Centro de dia para idosos» por concelho

Concelho	Total	Estado de conservação		
		Mau	Razoavel	Bom
Ribeira Grande	1	0	0	1
Paúl	1	0	0	1
Porto Novo	1	1	0	0
São Nicolau	1	0	1	0
Praia	7	0	4	3
Total	11	1	5	5

A grande maioria (10/11) dos centros de dia para idosos está em estado de conservação considerado razoável, 4 dos da Praia e o único de São Nicolau , e em bom estado os 3 dos da Praia, o da Ribeira Grande e o do Paúl (*Quadro 106*).

Modo de abastecimento de água

***Quadro 107. Forma de abastecimento de água das valências
«Centro de dia para idosos» por concelho***

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Forma abastecimento água</i>	
		<i>Água canalizada</i>	<i>Auto-tanque</i>
Ribeira Grande	1	1	0
Paul	1	1	0
Porto Novo	1	1	0
São Nicolau	2	2	0
Praia	5	3	2
Brava	1	1	0
Total	11	9	2

Certamente por se situarem principalmente no meio urbano, a grande maioria (9/11) dos centros de dia para idosos tem água canalizada. É o caso de todos os centros da Ribeira Grande, do Paúl, do Porto Novo, de São Nicolau e da Brava, e de 3 dos 5 centros da Praia. Apenas 2 dos 5 centros da Praia abastecem-se através de autotanques. No cômputo geral, todos os centros de dia para idosos obtêm água de fonte potável (*Quadro 107*).

Forma de evacuação das águas residuais

***Quadro 108. Forma de evacuação das águas residuais
das valências «Centro de dia para idosos» por concelho***

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Evacuação das águas residuais</i>
		<i>Fossa Séptica</i>
Ribeira Grande	1	1
Paul	1	1
Porto Novo	1	1
São Nicolau	2	2
Praia	5	5
Brava	1	1
Total	11	11

Todos os Centros de dia para idosos evacuam as águas residuais através de fossa séptica (*Quadro 108*).

Ano de início do funcionamento

**Quadro 109 Ano de início do funcionamento das valências
«Centro de dia para idosos» por concelho**

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Ano de início de funcionamento da valência</i>						
		<i>1984</i>	<i>1993</i>	<i>1994</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>
Rib. Grande	1	0	0	0	0	0	1	0
Paul	1	0	0	0	0	0	1	0
Porto Novo	1	0	0	0	0	1	0	0
São Nicolau	2	0	0	0	2	0	0	0
Praia	5	0	1	1	0	2	0	1
Brava	1	0	1	0	0	0	0	0
Total	11	0	2	1	2	3	2	1

Todos os centros de dia para idosos iniciaram o funcionamento a partir da década de noventa. Os dois primeiros iniciaram em 1993, na Praia e na Brava respectivamente. Em 1994 iniciou o segundo centro da Praia. Em 1996 arrancaram os dois centros de São Nicolau. Em 1997 entraram em funcionamento o centro do Porto Novo, assim como dois centros da Praia. Os centros da Ribeira Grande e do Paúl iniciaram ambos em 2003 e em 2004 iniciou o último centro de dia para idosos da Praia (*Quadro 109*).

Pessoal por sexo, nível de instrução e área de formação

**Quadro 110 Pessoal das valências «Centro de dia para idosos»
por concelho segundo o sexo**

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Sexo</i>	
		<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>
Ribeira Grande	3	0	3
Porto Novo	2	0	2
São Nicolau	5	0	5
Praia	23	5	18
Brava	5	0	5
Total	39	6	33

Nos centros de dia para idosos trabalham 39 pessoas, das quais as mulheres constituem a grande maioria (33/39). Mais de metade desse pessoal (23/39) trabalha nos centros de dia da Praia. Os restantes 5 empregados dos centros da Praia são do sexo masculino. De resto, os empregados de todos os outros concelhos são mulheres (*Quadro 110*).

**Quadro 111 Pessoal das valências «Centro de dia para idosos»
por nível de instrução segundo o concelho**

Nível de instrução	Total	Concelho					
		RG	PL	PN	SN	PR	BR
Sem instrução	2	0	0	0	0	1	1
Alfabetização	4	0	0	2	2	0	0
Primário/EBI	19	1	0	0	2	12	4
Secundário Incompleto	11	1	0	0	1	9	0
Secundário Completo	2	1	0	0	0	1	0
Curso Médio	1	0	1	0	0	0	0
Total	39	3	1	2	5	23	5

Os centros de dia para idosos empregam, sobretudo, pessoas com baixo nível de instrução. Dos 39 empregados desses centros, 11 têm nível secundário incompleto, 19 Ensino Básico, 4 Alfabetização e 2 nunca frequentaram um estabelecimento de ensino.

De referir que, quase todo o pessoal dos centros da Praia (22/23) tem o nível Primário/EBI e Secundário incompleto. Paúl é a única exceção, pois ali, o único empregado tem curso médio. (Quadro 111).

**Quadro 112 Pessoal das valências «Centro de dia para idosos»
por área de formação segundo o concelho**

Área de formação	Total	Concelho					
		RG	PL	PN	SN	PR	BR
Dentista	1	0	0	0	0	1	0
Animadora Social	4	2	0	0	0	2	0
Ciência de Educação	1	0	0	0	0	1	0
Contabilidade	1	0	0	0	0	1	0
Gestão	1	0	1	0	0	0	0
Outra	30	1	0	2	5	17	5
Total	39	3	1	2	5	23	5

Não foi referenciada a área de formação da maioria do pessoal dos centros de dia para idosos (30/39), certamente porque não tem qualquer formação e não é de se estranhar, dado o nível de instrução da maioria deles. Porém, foram registados 4 empregados com formação de Animadora Social na Ribeira Grande (2) e na Praia (2) respectivamente. Outrossim foram referenciados, na Praia, dois empregados com formação em Ciências da Educação e Contabilidade respectivamente, assim como um empregado com formação em gestão, no Centro do Paúl (Quadro 112).

Serviços prestados

A leitura do *Quadro 113* permite aferir que os centros de dia, oferecem sobretudo serviços de alimentação, cuidados de higiene e a concessão de dispositivos. Merecem especial destaque os centros de dia da Ribeira Grande que oferecem todos os serviços essenciais aos idosos, muito embora um dos centros desse concelho não preste serviço de alimentação. A maioria dos centros da Praia oferece também os serviços essenciais, sendo de realçar que, em todos são prestados o serviço médico, e o serviço de alimentação, como se pode aferir pela leitura do Quadro 111 acima. Porto Novo, São Nicolau e Brava são os concelhos cujos centros oferecem menos serviços, pois prestam 3 serviços importantes, ou seja os cuidados de higiene, a alimentação e a concessão de dispositivos, mas não oferecem serviços tão essenciais para a terceira idade, como o serviço médico e o serviço de enfermagem (*Quadro 113*).

Quadro 113 Serviços prestados pelas valências «Centro de dia para idosos» segundo o concelho

<i>Serviços prestados</i>	<i>Rib Grande</i>	<i>Paúl</i>	<i>Porto Novo</i>	<i>São Nicolau</i>	<i>Praia</i>	<i>Brava</i>	<i>Total</i>
Serviço médico	1	1			5		8
Serviço de enfermagem	1				3		5
Cuidados de higiene	1	1	1	2	3	1	10
Alimentação	1	1	1	2	5	1	12
Alojamento	1				1		2
Transporte	1	1			2		5
Apoio psicossocial	1						2
Apoio pedagógico							
Concessão de dispositivos	1		1	2	3		8
Serviço sócio educativo	1				3		4
Total	1	1	1	2	5	1	11

LAR DE IDOSOS

Enquanto equipamento social

O que são os Lares de idosos

Denomina-se **Lar de Idosos** todo o estabelecimento em que sejam desenvolvidas actividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando o convívio e proporcionando animação social e ocupação dos tempos livres dos utentes.

Quantos existem, onde estão e qual a situação

Dos 6 lares de idosos existentes em Cabo Verde, 5 estavam a funcionar como equipamento social, sendo 4 em São Vicente e 1 em Ribeira Grande. O de Santa Catarina estava em construção (*Quadro 114*).

Quadro 114 Lares de idosos por concelho segundo a situação

Concelho	Total	Situação do equipamento		
			Func ES	Construção
Rib Grande	1		1	0
São Vicente	4		4	0
Santa Catarina	1		0	1
Total	6		5	1

A quem pertencem

Os 4 lares de idosos de São Vicente pertencem à administração pública (2), a autarquia (1) e a entidade com fins lucrativos (1). O lar de idosos de Santa Catarina bem como o da Ribeira Grande pertencem à autarquia.

Quem financiou a construção

Quadro 115 Entidade financiadora da construção segundo o concelho

<i>Financiamento construção</i>	<i>Ribeira Grande</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Total</i>
Autarquia	0	3	3
Governo	1	1	2
Cooperação Internacional	1	2	3
ONG Nacional	1	0	1
Particular	0	1	1

Os 5 lares de idosos construídos beneficiaram de financiamento de autarquia (3) do governo (2), da cooperação internacional (3), de ONG (1) e de particular (1).

Três dos 4 lares de idosos de São Vicente, tiveram o co- financiamento da autarquia, dois deles tiveram financiamento da cooperação internacional e um teve o financiamento do Governo e de particular. A autarquia da Ribeira Grande não teve participação no financiamento no lar de idosos daquele concelho, que beneficiou do financiamento do Governo, da cooperação internacional e de ONG nacional (*Quadro 115*).

Quem gere as valências

Os lares enquanto valências foram recenseados em S. Vicente (4) e Ribeira Grande (1).

Dois dos 4 lares de São Vicente são geridos por serviço da administração pública em São Vicente, e os dois restantes são geridos respectivamente, por uma entidade com fins lucrativos e por uma ONG. O único lar de idoso da Ribeira Grande é gerido pela autarquia local (*Quadro 116*).

Quadro 116 Entidade gestora segundo o concelho

<i>Entidade gestora da valência</i>	<i>Total</i>	<i>Concelho</i>	
		<i>São Vicente</i>	<i>Ribeira Grande</i>
Total	5	4	1
Autarquia local	1	0	1
Serviço de Administração Pública	2	2	0
Outra entidade com fins lucrativas	1	1	0
ONG	1	1	0

Ano de início do funcionamento das valências

Quadro 117 Ano de início do funcionamento

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Ano de início do funcionamento da valência</i>				
		<i>1984</i>	<i>1985</i>	<i>1990</i>	<i>2000</i>	<i>2003</i>
São Vicente	4	0	1	1	1	1
Ribeira Grande	1	1	0	0	0	0
Total	5	1	1	1	1	1

Duas das 5 valências existentes iniciaram o funcionamento em 1984 e 1985 respectivamente. Trata-se, certamente, de um dos lares de idosos de São Vicente e do único lar de idosos da Ribeira Grande. As três restantes iniciaram o funcionamento em 1990, 2000 e 2003 (São Vicente) (*Quadro 117*).

Capacidade instalada, utentes e taxa de utilização

Quadro 118 Capacidade, utentes e taxa de utilização por concelho

<i>Concelho</i>	<i>Capacidade</i>	<i>Utentes</i>	<i>Taxa de utilização %</i>
Ribeira Grande	5	4	80,0
São Vicente	52	44	84,6
Total	57	48	84,2

As 5 valências lar de idosos têm capacidade para acolher 57 idosos, sendo 52 em São Vicente e 5 na Ribeira Grande. Entretanto tinham 48 utentes, dos quais 4 nesse último concelho e 44 em São Vicente, o que equivale a uma taxa de utilização global de 84%, e especificamente 80% para Ribeira Grande e 85% para São Vicente (*Quadro 118*).

Serviços prestados

Quadro 119 Serviços prestados pelas valências «Lares de idoso» segundo o concelho

<i>Serviços prestados</i>	<i>São Vicente</i>	<i>Ribeira Grande</i>	<i>Total</i>
Serviço médico	3	1	4
Serviço de enfermagem	3	1	4
Cuidados de higiene	4	1	5
Alimentação	4	1	5
Alojamento	4	1	5
Transporte	4	1	5
Apoio psicossocial	4	1	5
Apoio pedagógico			
Actividade cultural	1	0	1
Concessão de dispositivos	1	1	2
Serviço sócio educativo	0	1	1
Activ. Lúdica/Recreativa	0	1	1
Terapia ocupacional	1	0	1
Total	4	1	5

A maior parte ou todos os lares, oferecem a maioria dos serviços essenciais, ou seja serviço médico (4/5), serviços de enfermagem (4/5), cuidados de higiene, alimentação, alojamento, transporte e apoio psicossocial, e apenas 2 oferecem serviços de concessão de dispositivos (*Quadro 119*).

Tipo de instalação regime de ocupação e forma de abastecimento de água

Quadro 120 Tipo de instalação regime de ocupação e forma de abastecimento de água por concelho

Concelho	Total	Tipo Instalação	Total	Regime de ocupação			Total	Forma abastecim água	
		<i>Casa individual /moradia</i>		<i>Próprio</i>	<i>Arrend</i>	<i>Cedido/emp</i>		<i>Água canalizada</i>	<i>Autotanque</i>
S. Vicente	4	4	4	2	1	1	4	4	0
Rib.Grande	1	1	1	1	0	0	1	0	1
Total	5	5	5	3	1	1	5	4	1

Todas as valências «Lar de idosos» estão instaladas em casa individual/moradia, ou seja em edifícios não construídos de raiz para o efeito. A maioria (3/5) deles ocupa instalações próprias. Estão nesse regime, dois lares de São Vicente e o único lar da Ribeira Grande. Os dois restantes ocupam instalações em regime de arrendamento (1) e de cedência (1) respectivamente, estando todos em São Vicente. Todos os 5 lares obtêm água de fonte considerada potável.

Com efeito os 4 lares de São Vicente têm água canalizada, enquanto que o da Ribeira Grande obtém água principalmente através de autotanque (*Quadro 120*).

Forma de evacuação das águas residuais e estado de conservação

Quadro 121 Forma de evacuação das águas residuais e estado de conservação por concelho

Concelho	Total	Evacuação águas residuais		Total	Estado conservação	
		<i>Fossa Séptica</i>	<i>Rede esgoto</i>		<i>Razoável</i>	<i>Bom</i>
São Vicente	4	1	3	4	1	3
Ribeira Grande	1	1	0	1	1	0
Total	5	2	3	5	2	3

Três das 4 valências «Lar de idosos» de São Vicente estão instaladas em edifícios em bom estado de conservação. A valência da Ribeira Grande, como uma das de São Vicente ocupam instalações em estado de conservação considerado razoável. Todos esses lares dão também destino adequado às águas residuais, ou seja fazem-no através de fossa séptica na Ribeira Grande e no caso de um dos lares de São Vicente ou de rede de esgotos nos três restantes lares deste último concelho (*Quadro 121*).

Pessoal das valências «Lar de idosos»

Quadro 122 Pessoal das valências «Lar de idosos» por concelho segundo o sexo e o nível de instrução

Concelho	Total	Sexo		Total	Nível de instrução		
		<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>		<i>E. Básico</i>	<i>Sec Incomp</i>	<i>Sec Completo</i>
São Vicente	19	4	15	19	13	3	3
Rib Grande	2	0	2	2	1	0	1
Total	21	4	17	21	14	3	4

Nas 4 valências «Lar de idosos» de São Vicente trabalham 19 pessoas, sendo as mulheres a grande maioria (15/19). A grande maioria destas (16/19) tem baixo nível de instrução, ou seja tem nível de ensino básico (13) ou secundário incompleto (3).

Os dois empregados do lar da Ribeira Grande são mulheres, tendo uma delas o nível de Ensino Básico e a outra de Ensino Secundário Completo. Assim, as mulheres são maioria entre o pessoal dos lares de idosos (17/21) e em geral o pessoal tem baixo nível de instrução (*Quadro 122*).

Quadro 123 Pessoal das valências «Lar de idosos» por concelho segundo a área de formação

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Area de Formação</i>	
		<i>Animadora Social</i>	<i>Outra</i>
São Vicente	19	2	17
Rib Grande	2	1	1
Total	21	3	18

Não foi declarada a área de formação da grande maioria (18/21) do pessoal dos lares de idosos, certamente porque não tem, pois como atrás referido, a maioria tem baixo nível de instrução. Registe-se que, três pessoas tem formação de animador social , das quais duas em São Vicente e uma na Ribeira Grande (*Quadro 123*).

CENTROS SOCIAIS/COMUNITÁRIOS/MULTIUSO

Enquanto equipamento social

O que são Centros sociais/comunitários/multiuso

Designa-se **Centro social, centro comunitário ou centro multiuso** toda a estrutura polivalente de vocação social global onde se desenvolvem actividades, com vista à promoção e integração social dos indivíduos, das famílias ou grupos.

Quantos existem e onde estão

Durante o recenseamento dos equipamentos e serviços sociais foram registados 140 Centros sociais/comunitários/multiuso. Ribeira Grande, São Domingos, Praia e Santa Cruz assumem o primeiro plano no que diz respeito aos Centros Comunitários/social/multiuso (17, 12 e 10% respectivamente). Mosteiros é o único concelho onde não existiam Centros sociais (*Quadro 124*).

Quadro 124 . Centros sociais/comunitários/multiuso por concelho segundo a situação

Concelho	Situação do equipamento					
	Func ES	Func Ofin	Aguarda início	Encerrado	Construção	Total
Rib Grande	14	5	3	0	2	24
Paul	4	1	3	0	0	8
Porto Novo	1	0	0	0	0	1
SVicente	4	3	2	0	0	9
SNicolau	6	3	0	0	0	9
Sal	2	0	0	0	0	2
Boa Vista	3	0	1	0	0	4
Maio	1	1	2	0	2	6
Tarrafal	2	1	4	0	0	7
Sta Catarina	8	0	0	0	0	8
Santa Cruz	9	0	0	1	0	10
Praia	10	2	2	0	0	14
SDomingos	12	1	1	0	3	17
São Miguel	4	0	3	0	0	7
São Filipe	<u>2</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>3</u>	<u>5</u>
Brava	3	5	1	0	0	9
Total	85	22	22	1	10	140

Qual a situação dos Centros sociais/comunitários/multiuso

Se o nível de utilização dos equipamentos sociais pode ser considerado elevado, no âmbito geral, existem casos de sub-utilização dignos de nota, mas também de questionamento.

Os Centros sociais/comunitários/multiuso constituem o segundo tipo de equipamento social mais frequente em Cabo Verde. Contudo, os dados da Carta Social revelam um nível apreciável de sub-utilização destes equipamentos. Com efeito, dos 140 existentes, apenas 85 encontravam-se a funcionar como equipamento social, sendo que 22 estavam a funcionar para outros fins, 22 aguardavam o início do funcionamento, 1 encontrava-se encerrado e 10 em construção (*Quadro 124*).

Quase 1 em cada 3 centros estão em situação de sub-utilização, ou seja funcionam para outros fins, aguardam o início do funcionamento ou estão encerrados, o que levanta com alguma seriedade a questão da sua apropriação pelas comunidades, pois equipamentos sociais desse tipo têm um importante papel a desempenhar enquanto espaço colectivo, especialmente para os jovens, para as famílias e a comunidade em geral (*Quadro 124*).

Quadro 124a . Centros sociais/comunitários/multiuso por concelho segundo a situação

Concelho	Situação do equipamento					
	Func ES	Func Ofin	Aguarda início	Encerrado	Construção	Total
Rib Grande	58.3	20.8	12.5	0.0	8.3	100
Paúl	50.0	12.5	37.5	0.0	0.0	100
Porto Novo	100	0.0	0.0	0.0	0.0	100
Svicente	44.4	33.3	22.2	0.0	0.0	100
Snicolau	66.7	33.3	0.0	0.0	0.0	100
Sal	100	0.0	0.0	0.0	0.0	100
Boa Vista	75.0	0.0	25.0	0.0	0.0	100
Maio	16.7	16.7	33.3	0.0	33.3	100
Tarrafal	28.6	14.3	57.1	0.0	0.0	100
Sta Catarina	100	0.0	0.0	0.0	0.0	100
Santa Cruz	90.0	0.0	0.0	10.0	0.0	100
Praia	71.4	14.3	14.3	0.0	0.0	100
Sdomingos	70.6	5.9	5.9	0.0	17.6	100
São Miguel	57.1	0.0	42.9	0.0	0.0	100
São Filipe	40.0	0.0	0.0	0.0	60.0	100
Brava	33.3	55.6	11.1	0.0	0.0	100
Total	60.7	15.7	15.7	0.7	7.1	100

O nível de sub-utilização é particularmente elevado no Tarrafal onde apenas 2 dos 7 centros existentes encontravam-se a funcionar enquanto equipamento social. Juntam-se a este último, os concelhos da Brava (3/9), de São Vicente (4/9) e do Paúl (4/8).

A utilização dos Centros sociais é plena, ou seja a 100% nos concelhos do Porto Novo, do Sal e de Santa Catarina. No concelho de São Filipe existiam 5 centros dos quais 3 encontravam-se em construção e 2 em funcionamento como tal. Este é um concelho onde o investimento nesse tipo de equipamento social e a oferta desse tipo de serviços é recente.

A situação de desperdício pode não continuar a ser tão grave, pois cerca de 16% dos equipamentos aguardavam o início do funcionamento. É assim provável que, sejam de edificação recente e já tenham nesta data iniciado o funcionamento efectivo(Quadro 124a).

Os centros sociais em funcionamento para outros fins, constituem um caso que merece a devida atenção, pois consomem uma situação de desvio e podem indiciar falhas na identificação do projecto que pode não ter sido uma prioridade local, ou então no processo de mobilização social. Brava é o caso mais sensível, pois nessa ilha, dos 9 centros existentes, cinco encontram-se em funcionamento para outros fins. São Vicente, São Nicolau e Ribeira Grande são também casos dignos de nota (33, 33 e 21% respectivamente).

A quem pertencem

Quadro 125. Centros sociais/comunitários/multiuso por entidade proprietária segundo o concelho

Concelho	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	SFL	BR	Total
ONG	3	3	0	0	2	1	2	0	1	3	0	0	0	0	0	1	16
Fundação Solid Social	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Associação Comunitária	0	0	0	1	1	1	0	1	0	2	3	3	4	0	3	1	20
Serviço AdministPública	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Autarquia Local	19	5	1	8	6	0	1	5	6	3	7	10	13	7	1	7	99
Outro	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2
Total	24	8	1	9	9	2	4	6	7	8	10	14	17	7	5	9	140

Os 140 Centros comunitários/sociais/multiuso existentes em Cabo Verde, são também sobretudo propriedade dos municípios como revela o Quadro 33. As autarquias são proprietárias de 99 Centros sociais/comunitários/multiuso, e são seguidas pelas associações comunitárias (20) e pelas ONGs (*Quadro 125*).

Quadro 125a. Centros sociais/comunitários/multiuso por entidade proprietária segundo o concelho

Concelho	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	SFL	BR	Total
<i>Total</i>	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
ONG	12.5	37.5	0.0	0.0	22.2	50.0	50.0	0.0	14.3	37.5	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	11.1	11.4
Fundação Solid Social	4.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.7
Associação Comunitária	0.0	0.0	0.0	11.1	11.1	50.0	0.0	16.7	0.0	25.0	30.0	21.4	23.5	0.0	60.0	11.1	14.3
Serviço AdministPública	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	25.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	20.0	0.0	1.4
Autarquia Local	79.2	62.5	100	88.9	66.7	0.0	25.0	83.3	85.7	37.5	70.0	71.4	76.5	100	20.0	77.8	70.7
<i>Outro</i>	4.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	7.1	0.0	0.0	0.0	0.0	1.4

Exceptuam-se, porém, os concelhos de Sal, Boavista, Santa Catarina e São Filipe. Na ilha do Sal esses centros pertencem exclusivamente a associações comunitárias e a ONG, enquanto que na Boavista cerca de metade destes pertencem a ONG's, repartindo-se a outra metade entre a Autarquia Local e o «Serviço da Administração Pública». Em São Filipe, três dos cinco centros sociais são propriedade de associações comunitárias.

Nos municípios do primeiro grupo, a proporção de centros comunitários pertença da autarquia varia entre o mínimo de 63% no Paúl e o máximo de 100% no Porto Novo e em São Miguel (*Quadro 125a*).

Quem financiou a construção

Dos 140 Centros sociais/comunitários/multiuso, 108 foram construídos de raiz para o efeito, pelo que a informação relativa à fonte de financiamento da construção reporta-se a esse universo.

Antes de mais, importa relevar que, dos 108 centros, 56 contaram com financiamento de autarquias sendo assim a entidade que no cômputo geral interveio no financiamento da construção de mais Centros sociais/comunitários/multiuso. Seguem-se-lhes o Governo que interveio no financiamento da construção de 38 centros, a cooperação internacional de 35 e o Banco Mundial de 45 centros.

Quadro 126. Centros sociais/comunitários/multiuso por fonte de financiamento da construção segundo o concelho

Financiamento construção	Total	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	SFL	BR
Autofinanciamento	13	5	3								2	1	1	1			
Autarquia	57	13	3	1	6	4		1		3	3	3	4	10	4	1	1
Governo	37	8	3	1	1	4		1		2	3	5	5	1	3		
Empresa privada	3	1			1	1											
Empresa Pública																	
Cooperação Internacional	35	9	2	1		2	1	1	1	2	3	1	3	8	1		
ONG Nacional	9	2				1	1					2	1	2			
Particular	2			1								1					
Banco Mundial	45	11	2	1	4		1			2	3	3	5	5	6	2	
Outro	9	2			1					1			1	2		1	1
Total	108	23	6	1	8	6	2	3	1	5	6	9	10	15	7	4	2

Quadro 126a. Centros sociais/comunitários/multiuso por fonte de financiamento da construção segundo o concelho

Financiamento construção	Total	RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	SFL	BR
Autofinanciamento	12,0	21,7	50,0								33,3	11,1	10,0	6,7			
Autarquia	52,8	56,5	50,0	100	75,0	66,7		33,3		60,0	50,0	33,3	40,0	66,7	57,1	25,0	50,0
Governo	34,3	34,8	50,0	100	12,5	66,7		33,3		40,0	50,0	55,6	50,0	6,7	42,9		
Empresa privada	2,8	4,3			12,5	16,7											
Empresa Pública																	
Cooperação Internacional	32,4	39,1	33,3	100		33,3	50,0	33,3	100	40,0	50,0	11,1	30,0	53,3	14,3		
ONG Nacional	8,3	8,7				16,7	50,0					22,2	10,0	13,3			
Particular	1,9			100								11,1					
Banco Mundial	41,7	47,8	33,3	100	50,0		50,0			40,0	50,0	33,3	50,0	33,3	85,7	50,0	
Outro	8,3	8,7			12,5					20,0			10,0	13,3		25,0	50,0
Total																	

A participação das autarquias no financiamento da construção dos Centros sociais/comunitários/multiuso é mais expressiva nos concelhos de São Miguel, São Filipe, São Domingos, São Nicolau, Paúl, Porto Novo, Ribeira Grande e São Vicente, mas também apreciável nos concelhos de Santa Catarina e Tarrafal, enquanto que a participação do Governo é mais expressiva nos concelhos de Porto Novo, do Paúl, de São Nicolau, de São Vicente, Santa Catarina, Santa Cruz, Praia e São Miguel (*Quadros 126 e 126a*).

A participação da cooperação internacional é expressiva nos concelhos da Ribeira Grande, Maio, Tarrafal, Paúl, São Domingos, São Miguel e São Domingos, mas também apreciável nos concelhos de Santa Catarina, enquanto que a participação do Banco Mundial é mais expressiva na Ribeira Grande, em São Miguel e apreciável nos concelhos da Praia, Santa Catarina e Tarrafal (*Quadro 126 e 126a*).

A intervenção de particulares no financiamento da construção dos Centros sociais/comunitários/multiuso é inexpressiva, ocorrendo dois casos no concelhos do Porto Novo e Santa Cruz respectivamente.

Quem gere os Centros/sociais/comunitários/multiuso

O *Quadro 127* apresenta uma distribuição dos Centros sociais/comunitários/multiuso não geridos pelos respectivos proprietários por concelho e segundo a natureza jurídica da entidade gestora. Dos 140 Centros sociais/comunitários/multiuso existentes enquanto equipamento social, apenas 44 não são geridos pelos respectivos proprietários. Estes são geridos principalmente por associações comunitárias (13), por autarquias (13) e associação mutualista (1), por serviços da administração pública (1) e outras entidades (4) conforme se pode aferir pela leitura do *Quadro 127*.

Quadro 127. Centros sociais/comunitários/multiuso por natureza jurídica da entidade gestora segundo o concelho

<i>Entidade gestora</i>	<i>RG</i>	<i>SV</i>	<i>SN</i>	<i>SL</i>	<i>BV</i>	<i>MA</i>	<i>TR</i>	<i>SC</i>	<i>SCZ</i>	<i>PR</i>	<i>SM</i>	<i>BR</i>	<i>Total</i>
ONG	6	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	10
Associação Comunitária	4	0	0	0	0	0	1	1	0	3	3	1	13
Organização/Confissão religiosa	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Associação Mutualista	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Serviço de administração pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Autarquia local	2	0	1	0	2	1	0	1	2	4	0	0	13
Outro	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Total	14	4	3	1	3	1	1	2	2	7	4	2	44

Da leitura desse quadro pode-se aferir que, é no concelho da Ribeira Grande onde encontramos uma maior concentração de Centros sociais/comunitários/multiuso não geridos pelos respectivos proprietários (14), sendo geridos por ONG (6), associações comunitárias (4) autarquia (2) , organização religiosa (1) e outra entidade (1). Segue-se-lhe o concelho da Praia onde ocorrem 7 centros nesta situação, geridos também principalmente por autarquia local (4) e por associações comunitárias .

Padrões de qualidade

Tipo de instalação

A análise do tipo de instalações dos Centros sociais /comunitários/multiuso traz à evidência o nível da aposta nesse tipo de equipamentos sociais.

Quadro 128. Centros sociais/comunitários/multiuso por tipo de instalação segundo o concelho.

Tipo de instalação	Total	Concelho															
		RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	SFL	BR
Prédio apenas no rés-do-chão	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Prédio incluindo rés-do-chão	16	12	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Prédio não incluindo rés-do-chão	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Casa Individual/moradia	29	4	2	0	4	0	2	3	0	0	6	1	2	1	0	2	2
Complexo	44	0	0	0	2	5	0	0	1	4	2	9	6	10	5	0	0
Outro	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
S/R	45	5	4	0	3	3	0	1	5	3	0	0	5	5	2	3	6
Total	140	24	8	1	9	9	2	4	6	7	8	10	14	17	7	5	9

Quadro 128a. Centros sociais/comunitários/multiuso por tipo de instalação segundo o concelho.

Tipo de instalação	Total	Concelho															
		RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	SFL	BR
Prédio apenas no rés-do-chão	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,9	0,0	0,0	11,1
Prédio incluindo rés-do-chão	11,4	50,0	12,5	100	0,0	11,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Prédio não incluindo rés-do-chão	2,1	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Casa Individual/moradia	20,7	16,7	25,0	0,0	44,4	0,0	100	75,0	0,0	0,0	75,0	10,0	14,3	5,9	0,0	40,0	22,2
Complexo	31,4	0,0	0,0	0,0	22,2	55,6	0,0	0,0	16,7	57,1	25,0	90,0	42,9	58,8	71,4	0,0	0,0
Outro	0,7	0,0	12,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
S/R	32,1	20,8	50,0	0,0	33,3	33,3	0,0	25,0	83,3	42,9	0,0	0,0	35,7	29,4	28,6	60,0	66,7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Dos 140 equipamentos desse tipo existentes, 50 estão instalados em Prédios (21) ou em casa individual/moradia (29), o que representa cerca de 36% do universo, 44 estão instalados em complexos e não foi declarado o tipo de instalações de 45 centros, equivalente a 32% do universo.

Este tipo de equipamento deve, entre outros, primar pela fácil acessibilidade e exclusividade (privacidade) . Desse ponto de vista, pode-se considerar que a maioria tem instalações adequadas, pois 73 centros estão instalados em complexo (44) ou em casa individual/moradia, o que representa cerca de 52% do universo.

Contudo, muito embora não existam regulamentos amplamente divulgados sobre as condições de instalação desses tipos de equipamentos sociais, a acessibilidade e a exclusividade, não são certamente os únicos critérios para se aferir o nível de adequação das instalações.

Esses centros estão maioritariamente instalados em complexos nos concelhos de Santa Cruz (9/10), de São Miguel (5/7) do Tarrafal (4/7), de São Nicolau (5/9) e de São Domingos (10/17) (*Quadros 128 e 128a*).

O mesmo não se pode dizer dos concelhos da Ribeira Grande, Paúl, do Porto Novo, do Sal, da Boavista e de São Filipe onde nenhum centro estava instalado em complexo.

Estado de conservação

Quadro 129. Estado de conservação dos Centros sociais/comunitários/multiuso segundo o concelho

Estado conservação	Total	Concelho															
		RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	SFL	BR
Mau	50	4	4	0	3	3	0	2	5	4	1	2	4	5	3	3	7
Razoável	31	3	3	0	3	4	1	0	0	1	2	5	3	2	2	1	1
Bom	59	17	1	1	3	2	1	2	1	2	5	3	7	10	2	1	1
Total	140	24	8	1	9	9	2	4	6	7	8	10	14	17	7	5	9

Quadro 129a. Estado de conservação dos Centros sociais/comunitários/multiuso segundo o concelho

Estado conservação	Total	Concelho															
		RG	PL	PN	SV	SN	SL	BV	MA	TR	SC	SCZ	PR	SD	SM	SFL	BR
Mau	35,7	16,7	50,0	0,0	33,3	33,3	0,0	50,0	83,3	57,1	12,5	20,0	28,6	29,4	42,9	60,0	77,8
Razoável	22,1	12,5	37,5	0,0	33,3	44,4	50,0	0,0	0,0	14,3	25,0	50,0	21,4	11,8	28,6	20,0	11,1
Bom	42,1	70,8	12,5	100	33,3	22,2	50,0	50,0	16,7	28,6	62,5	30,0	50,0	58,8	28,6	20,0	11,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Como se pode aferir da leitura do *Quadro 129a*, a grande maioria (64%) dos centros sociais está em estado de conservação considerado bom (42%) ou razoável (22%), variando entre os concelhos.

Assim, todos os centros do Porto Novo e a maioria dos de Ribeira Grande (71%), de Santa Catarina (63%) , de São Domingos (59%) e metade dos do Sal, da Boavista e da Praia também estão em bom estado de conservação. Metade dos centros da Boavista, e do Paúl, e maioria dos do Maio (83%) do Tarrafal (57%) de São Filipe, como da Brava estão em mau estado de conservação. Estes são os concelhos em pior situação no que diz respeito ao estado de conservação dos centros sociais/comunitários/multiuso(Quadros 129 e 129a).

Evacuação das águas residuais segundo o concelho

Dos 140 centros comunitários, 72 evacuam as águas residuais através de fossa séptica, o que corresponde a cerca de 51%) do universo. Deste mesmo universo, 5 evacuam essas águas através da rede de esgotos, 16 fazem-no em redor do centro e para os restantes 47 centros não foi declarado o destino dado às águas residuais (Quadros 130 e 130a).

Quadro 130. Forma de evacuação das águas residuais por concelho

Concelho	Total	Evacuação das águas residuais			
		Fossa Séptica	Rede esgoto	Redor do equipamento	S/R
Rib. Grande	24	20	0	0	4
Paul	8	3	1	0	4
Porto Novo	1	1	0	0	0
São Vicente	9	3	3	0	3
São Nicolau	9	6	0	0	3
Sal	2	2	0	0	0
Boa Vista	4	0	1	2	1
Maio	6	1	0	0	5
Tarrafal	7	1	0	1	5
Sta Catarina	8	6	0	2	0
Santa Cruz	10	4	0	5	1
Praia	14	10	0	0	4
S. Domingos	17	9	0	3	5
São Miguel	7	3	0	1	3
São Filipe	5	2	0	0	3
Brava	9	1	0	2	6
Total	140	72	5	16	47

Porto Novo, Ribeira Grande, São Nicolau, Santa Catarina, Praia e São Domingos, são os concelhos onde, a maioria dos centros comunitários utiliza este tipo de dispositivo para a evacuação das águas residuais. A rede de esgotos não tem praticamente expressão (4%).

Quadro 130a. Forma de evacuação das águas residuais por concelho

Concelho	Total	Evacuação das águas residuais			
		Fossa Séptica	Rede esgoto	Redor do equipamento	S/R
Rib. Grande	100	83,3	0,0	0,0	16,7
Paul	100	37,5	12,5	0,0	50,0
Porto Novo	100	100,0	0,0	0,0	0,0
São Vicente	100	33,3	33,3	0,0	33,3
São Nicolau	100	66,7	0,0	0,0	33,3
Sal	100	100,0	0,0	0,0	0,0
Boa Vista	100	0,0	25,0	50,0	25,0
Maio	100	16,7	0,0	0,0	83,3
Tarrafal	100	14,3	0,0	14,3	71,4
Sta Catarina	100	75,0	0,0	25,0	0,0
Santa Cruz	100	40,0	0,0	50,0	10,0
Praia	100	71,4	0,0	0,0	28,6
S. Domingos	100	52,9	0,0	17,6	29,4
São Miguel	100	42,9	0,0	14,3	42,9
São Filipe	100	40,0	0,0	0,0	60,0
Brava	100	11,1	0,0	22,2	66,7
Total	100	51,4	3,6	11,4	33,6

Merece realce o facto de 11% desses equipamentos evacuarem as águas residuais em redor do equipamento, ou seja nos concelhos de Boavista (2/4) e Santa Cruz (5/10) onde em cerca de metade desses equipamentos dá-se destino impróprio às águas residuais, ou seja atiram-nas em redor do equipamento (*Quadro 130 e 130a*).

Serviços prestados/actividades desenvolvidas

Quadro 131. Serviços prestados/actividades desenvolvidas nos centros sociais segundo o concelho

<i>Serviço/Actividade</i>	<i>PL</i>	<i>BV</i>	<i>MA</i>	<i>SC</i>	<i>SCZ</i>	<i>PR</i>	<i>SM</i>	<i>Total</i>
Serviço médico	0	0	0	0	0	1	0	1
Cuidados de higiene	1	0	0	0	0	0	0	1
Alimentação	1	0	0	0	0	0	0	1
Serviço sócio educativo	1	0	0	0	0	2	1	4
Formação profissionalizante	0	1	1	0	0	0	1	3
Informação/Sensibilização	0	1	1	2	2	2	1	10
Cultural	1	1	1	2	5	2	0	12
Lúdica/Recreativa	1	1	1	1	1	0	0	5
Desportivo	0	1	0	1	0	1	0	3
Outros serviços prestados	1	0	1	0	6	2	0	11
Total	1	1	1	2	7	2	1	15

A Carta Social de Cabo Verde disponibiliza informação bastante para se apreender a viabilidade dos centros comunitários enquanto respostas sociais. Assim, existem no País 140 centros sociais

enquanto equipamentos sociais, dos quais apenas 85 funcionam como tal. Foram registadas apenas 15 valências desse tipo, que desenvolvem sobretudo actividades culturais (12) e de informação/sensibilização (10), mas também lúdicas (5) (*Quadro 131*).

De salientar que, os restantes 126 centros em funcionamento alojam outras valências designadamente: os jardins de infância (que constitui a maioria), os centros de dia para idosos, os centros de juventude e centros lúdico/ actividades dos tempos livres.

Ano de início do funcionamento

Quadro 132. Ano de início do funcionamento das valências «Centros comunitários/sociais/multiuso» por concelho

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Ano de início de funcionamento</i>		
		<i>Década 90</i>	<i>2001 e seguintes</i>	<i>ND</i>
Paúl	1	1	0	0
Boa Vista	1	0	1	0
Maio	1	0	1	0
Santa Catarina	2	1	1	0
Santa Cruz	7	2	4	1
Praia	2	1	1	0
São Miguel	1	0	1	0
Total	15	5	9	1

Dos 140 Centros sociais/comunitários/multiusos apenas 15 tinham a valência do mesmo tipo, dos quais apenas 5 iniciaram o funcionamento na década de noventa, 9 a partir de 2001, e não se declarou o ano de início de funcionamento de um dos centros de Santa Cruz.

O centro social do Paúl, um dos de Santa Catarina, dois dos de Santa Cruz e um dos da Praia iniciaram o funcionamento na década de noventa e os restantes, que corresponde a maioria, começaram as suas actividades a partir de 2001 (*Quadro 132*).

Pessoal ao serviço

Quadro 133. Pessoal ao serviço das valências «Centros comunitários/sociais/multiuso» por concelho segundo o sexo

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Sexo</i>		
		<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>ND</i>
Paúl	4	2	2	0
Boa Vista	1	1	0	0
Maio	2	0	2	0
Sta Catarina	6	3	3	0
Santa Cruz	14	3	10	1
Praia	4	4	0	0
São Miguel	0	0	0	0
Total	31	13	17	1

Nas 15 valências «centros comunitarios/sociais/multiuso» trabalhavam 31 pessoas, das quais 17 mulheres e 14 homens. As mulheres são maioritárias nos centros de Santa Cruz (10/14), constituem metade do pessoal dos centros de Santa Catarina (3/6) e Paúl (2/4), são exclusivas no centro do Maio e não fazem parte do pessoal dessas valências na Praia e na Boavista (*Quadro 133*).

De referir que, na valência «centros comunitarios/sociais/multiuso» de São Miguel trabalha apenas pessoal em regime de voluntariado com rotatividade.

Nível de instrução

Quadro 134 Nível de instrução do pessoal das valências «centros comunitários/sociais/multiuso» por concelho

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Nível de instrução</i>					
		<i>Alfa</i>	<i>EB</i>	<i>SECINC</i>	<i>SECOMP</i>	<i>MEDIO</i>	<i>ND</i>
Paul	4	1	2	1	0	0	0
Boa Vista	1	0	1	0	0	0	0
Maio	2	0	0	1	0	1	0
Santa Catarina	6	1	2	1	2	0	0
Santa Cruz	14	3	6	0	4	0	1
Praia	4	0	4	0	0	0	0
São Miguel	0	0	0	0	0	0	0
Total	31	5	15	3	6	1	1

Das 31 pessoas ao serviço das 15 valências «Centros comunitários/sociais/multiuso»

apenas 6 têm nível secundário completo ou curso médio. Dito de outro modo, a grande maioria tem nível de alfabetização (5) Ensino Básico (15) ou secundário incompleto (3). Todo o pessoal dos centros do Paúl, Boavista e Praia tem nível secundário incompleto ou inferior a este. Pode-se assim concluir que é relativamente baixo o nível de instrução da maioria do pessoal dessas valências (*Quadro 134*).

Área de formação

Porque a maioria do pessoal tem baixo nível de instrução explica certamente o facto de que destes, 27 têm outra formação (ou seja não têm), apenas 2 têm formação de professor do EBI (Maio e Santa Cruz) e 1 empregado de um dos centros de Santa Catarina declarou ter formação em contabilidade (*Quadro 135*).

Quadro 135 Área de formação do pessoal das valências «Centros comunitários/sociais/multiuso» por concelho

<i>Concelho</i>	<i>Total</i>	<i>Área de formação</i>			
		<i>Professor do EBI</i>	<i>Contabilidade</i>	<i>ND</i>	<i>Outra</i>
Paúl	4	0	0	0	4
Boa Vista	1	0	0	0	1
Maio	2	1	0	0	1
Sta Catarina	6	0	1	0	5
Santa Cruz	14	1	0	1	12
Praia	4	0	0	0	4
São Miguel	0	0	0	0	0
Total	31	2	1	1	27

Centro de Acolhimento/Reabilitação e Reinserção social de Toxicodependentes

O que é

Designa-se **Centro de acolhimento, reabilitação e reinserção social** a resposta social desenvolvida em equipamento destinada ao tratamento especializado e ou a criação de condições para a reabilitação e a reintegração social dos toxicodependentes.

Quantos existem, onde estão e qual a situação

Foi inventariado um único Centro de acolhimento/reabilitação e reinserção social de toxicodependentes em Santa Cruz e estava a funcionar enquanto equipamento social

A quem pertencem, quem financiou a construção e quando iniciou o seu funcionamento.

O Centro de acolhimento/reabilitação e reinserção social de toxicodependentes de Santa Cruz (o único) é propriedade de uma ONG de cariz religioso, funciona em tendas instaladas para o efeito, tendo beneficiado de financiamento de vários parceiros nacionais e internacionais. É gerido pelo proprietário e iniciou o funcionamento em 1996.

De referir porém que, a carência desse centro a nível do país vem sendo colmatada, em certa medida, pelas estruturas hospitalares cuja actuação incide sobretudo a sobre a vertente curativa, e em menor dimensão a de reeducação e reinserção social

Capacidade instalada, utentes, utilização e cobertura da procura potencial

Este equipamento tem uma utilização intensiva, pois é explorada acima das suas capacidades , como se pode aferir da leitura do *Quadro 136* .

Quadro 136 Capacidade instalada, Utesntes e Taxa de Utilização

<i>Concelho</i>	<i>Capacidade</i>	<i>Utentes</i>	<i>Utilização(%)</i>
Santa Cruz	30	38	126,7
Urbano	30	38	126,7
Total	30	38	126,7

Funcionando em tendas, o Centro de acolhimento/reabilitação e reinserção social de toxicodependentes de Santa Cruz obtém água potável através de autotanque e as suas instalações são consideradas em estado de conservação razoável.

O Centro presta serviços de enfermagem, cuidados de higiene, alimentação , alojamento, serviço sócio-educativo, formação profissionalizante, desenvolvem actividades cultural e religiosa.

Funciona de forma continua, ou seja 24 horas por dia e durante os 12 meses do ano.

Nesse centro trabalham 7 homens, sendo que nenhum deles tem formação específica no domínio da reinserção social. Registe-se, porém, que três dos trabalhadores têm formação em contabilidade, monitor de infância e electricidade respectivamente.

Capítulo V. Síntese e Recomendações

Síntese

A Carta Social é um repositório que encerra várias informações relativas aos equipamentos e serviços sociais existentes em todo o país, concretamente sobre o tipo e a sua distribuição por concelho, a capacidade e utilização, serviços prestados, a entidade proprietária e gestora, fontes de financiamento, utentes, de entre outras.

Neste sentido, a Carta Social representa um importante instrumento de diagnóstico, planificação e gestão tanto para os decisores públicos como para os intervenientes públicos e privados, e as organizações da sociedade civil que actuam no domínio da protecção e inserção sociais.

Este documento reveste-se, também, de grande importância para os utentes, na medida em que, disponibiliza informações sobre todo o tipo de respostas existentes ao nível do seu concelho ou comunidade a que pode recorrer em caso de necessidade.

Que equipamentos sociais existem em Cabo Verde e quantos são

Em Junho de 2004 existiam em Cabo Verde, 607 equipamentos sociais, sendo maioritariamente destinados à *primeira e segunda infância* em número de 413, o que corresponde a 68% do universo. Os equipamentos e serviços sociais para a família e comunidade vem em segunda posição, com 140 unidades e seguem-se-lhes os equipamentos para crianças e jovens com 30 unidades, os para crianças e jovens em situação de risco com 11 unidades e os para idosos com 10 unidades.

Assim, dos 607 equipamentos sociais existentes em Cabo Verde, 411 são jardins de infância, 140 são Centros sociais/comunitários/multiuso, 19 são Centros de juventude, 8 são Lares/residenciais de estudantes, 6 são Lares para crianças e jovens em situação de risco e 6 são Lares para idosos.

Onde estão os equipamentos sociais existentes em Cabo Verde

É no meio rural que se encontra a maioria dos equipamentos sociais (390). Dito de outro modo, quase dois em cada três equipamentos sociais encontram-se no meio rural, enquanto que a maioria da população de Cabo Verde reside no meio urbano.

Pouco mais de 2/3 dos jardins de infância, como dos Centros sociais/comunitários /multiuso estão localizados no meio rural, enquanto que a maioria dos outros equipamentos sociais estão no meio urbano. *São os casos das creches, dos Lares/residenciais de estudantes, dos Centros de acolhimento de crianças e jovens em situação de risco, dos centros de emergência infantil, do único centro de reabilitação para deficientes e o centro de acolhimento e reabilitação e reinserção de toxicodependentes.*

Santiago é a ilha com maior presença de equipamentos sociais e onde se encontra quase todos os tipos existentes em Cabo Verde. Assim, dos 607 equipamentos sociais recenseados, 325 encontram-se nessa ilha, o que corresponde a cerca de 54% do efectivo total. Segue-se-lhe a ilha de Santo Antão com 91 equipamentos, Fogo com 56 e São Vicente com 47.

Cerca de 16% dos equipamentos sociais encontra-se no concelho da Praia e seguem-se-lhe os concelhos de Santa Catarina (12%), de Santa Cruz (9%) da Ribeira Grande (8%) e de São Vicente (8%). Sal, Mosteiros, Paúl e Boavista estão entre os concelhos com menos peso em termos de presença de equipamentos sociais.

Praia e Santa Catarina mantêm o *pole position* no que diz respeito aos jardins infantis (18 e 13% respectivamente), certamente o primeiro por ser o concelho mais populoso e com maior procura, e o segundo porque, embora sendo o terceiro concelho mais populoso de Cabo Verde, assume a primeira posição, quando se associa a população e a dispersão do habitat.

Os Centros de juventude encontram-se sobretudo em Santa Catarina (26%), na Boavista (21%), em São Vicente (11%) e em Santa Cruz (11%), enquanto que Praia e São Vicente têm maior peso em Cabo Verde no que diz respeito à existência de Lar/residência estudantil (3/8 e 2/8

respectivamente). Ribeira Grande e São Domingos assumem o primeiro plano no que diz respeito aos centros comunitários/sociais/multiuso (17 e 12% respectivamente).

Qual a situação dos equipamentos sociais existentes em Cabo Verde

A maioria dos 607 equipamentos sociais existentes em Cabo Verde, ou seja 511 encontravam-se em funcionamento enquanto equipamento social, o que corresponde a 84% do total, 23 encontravam-se a funcionar para outros fins, 36 aguardavam o início de funcionamento, dois estavam encerrados e 35 estavam em construção.

A quem pertencem os equipamentos sociais

Segundo a Carta Social de Cabo Verde a maioria dos equipamentos sociais existentes no País pertence aos municípios, com cerca de 60% do universo. As confissões religiosas vêm em segunda posição com 10% dos equipamentos, seguidas das ONG's detentoras de 9 em cada 100 equipamentos sociais. Na maioria dos concelhos de Cabo Verde, os municípios são a entidade proprietária da maioria dos equipamentos sociais variando entre 50% em São Nicolau e 90% em São Miguel.

São Vicente, Sal, Boavista, Praia e São Filipe são os concelhos onde é menos expressivo o número de equipamentos sociais pertencentes à autarquia, sendo, porém, bastante significativo o peso das organizações religiosas, enquanto proprietárias de equipamentos sociais.

Consequentemente, as autarquias são proprietárias de 246 jardins de infância, 99 centros comunitários/sociais/multiuso, da maioria dos centros de juventude (10/19), e dos centros de dia (3/4), assim como dos centros lúdico /actividades tempos livres (2/3).

Os serviços da administração pública são proprietários de todos os centros de emergência infantil, do único centro de terapia ocupacional, da grande maioria dos lares/residenciais de estudante (6/8) e da maioria dos lares para crianças e jovens em situação de risco (4/6).

Quem financiou a construção

Segundo a Carta Social, dos 607 equipamentos sociais existentes em Cabo Verde 500 foram construídos de raiz para esse fim, o que corresponde a 82% do universo. Destes, 213 beneficiaram de financiamento das autarquias locais na construção, o que corresponde a 43% do total e 171 beneficiaram de financiamento da cooperação internacional. Merece realce especial, a participação do Governo no financiamento directo da construção de 132 equipamentos sociais, aos quais se acresce 78, através dos fundos do Banco Mundial.

Quais os verdadeiros serviços sociais prestados em Cabo Verde. As valências

Foram registadas, no âmbito da Carta Social 549 valências, das quais 442 eram jardins de infância, o que corresponde a cerca de 81% do total, 23 Creches, 15 centros sociais/comunitários/multiuso, 11 Centros de dia para idosos, 14 Centros de juventude, 10 Centros lúdico/actividades dos tempos livres e 33 de outros tipos.

Dos 442 jardins de infância existentes enquanto valências, 265 encontram-se na ilha de Santiago, o que corresponde a 60% do total, com maior expressão na Praia (78) seguido de Santa Catarina e de Santa Cruz (58 e 52 respectivamente).

As creches estão sobretudo no concelho da Praia (19), em Santa Catarina (2), no Tarrafal (1) e na Ribeira Grande (1), enquanto que os Centros/sociais/comunitários/multiuso estão principalmente nos concelhos de Santa Cruz (7), em Santa Catarina (2), na Praia (2) em São Miguel (1) existindo ainda no Maio (1), na Boavista (1) e no Paúl (1), o que significa que, não existem em todos os outros concelhos, como aliás, ocorre com os outros tipos de valências, com excepção dos jardins de infância.

A capacidade instalada e o nível de utilização

Globalmente, as valências desenvolvidas no seio de equipamentos sociais têm capacidade para acolher 27.068 utentes, oferta essa dirigida na sua quase totalidade (94%) à *primeira e segunda*

infância. As valências para *primeira e segunda infância* têm capacidade para acolher 25.491 utentes, dos quais 24.537 estão nos jardins de infância, o que corresponde a cerca de 96% da capacidade para o grupo populacional acima referido e a 91% do total da capacidade oferecida por todas as valências desenvolvidas a partir de equipamentos sociais.

As valências dirigidas a pessoas portadoras de deficiência estão dimensionadas para atender cerca de 254 utentes, sendo 230 na do apoio sócio-educativo, o que corresponde a cerca de 91% da oferta deste tipo de valências.

No cômputo geral, o nível de utilização da capacidade instalada nas valências dos equipamentos sociais é elevado, o que indica que há pouco desperdício. De facto, a nível nacional cerca de 85% da capacidade instalada está sendo utilizada.

Ano de início do funcionamento

Das 549 valências que estavam a funcionar em 2004 apenas 5 iniciaram o funcionamento até 1975, ano em que Cabo Verde ascendeu à independência, enquanto que 123 entraram em funcionamento entre 1976 e finais da década de oitenta, o que corresponde a 23% do total, 251 iniciaram na década de noventa, ou seja entre 1991 e 2000, equivalente a 48% do universo e os restantes 147 entraram em funcionamento entre 2001 e 2004 .

Do total dos jardins de infância recenseados pouco mais de ¼, iniciou o funcionamento entre 1976 e 1989, 49% na década de noventa, e cerca de 24% nos últimos 4 anos, ou seja entre 2001 e 2004 .

Os centros de recuperação nutricional, de acolhimento/realibitação e reinserção de toxicodependentes, e o de terapia ocupacional iniciaram o respectivo funcionamento na década de noventa, enquanto que seis dos oito Lares/residenciais de estudantes e oito dos onze Centros de dia começaram a funcionar, também, na década de noventa.

Pessoal afecto ao serviço das valências

As 526 valências em funcionamento em 2004 empregavam cerca de 1.924 pessoas, das quais 1.380 trabalhavam nos jardins de infância, o que representa cerca de 74% do universo dos empregados desses serviços. Os Lares/residenciais de estudantes vêm em segundo lugar com 96 empregados e seguem-se os lares para crianças e jovens em situação de risco com 85 empregados. Desses empregados, 1.661 são mulheres e 279 são homens.

Dos 1.942 empregados das valências em funcionamento em 2004, cerca de 1.558 nunca frequentaram um estabelecimento de ensino (SN), ou então têm nível de Alfabetização, Ensino Básico ou Secundário incompleto, ou seja cerca de 82% nem sequer completou o nível secundário (*Quadro 14*).

Estes são, por exemplo, os níveis de instrução de 1.199 trabalhadores dos Jardins de Infância, ou seja de 87% dos trabalhadores desse tipo de valências que têm responsabilidades educacionais no nível pré-escolar, mas também da grande maioria das valências, variando entre um mínimo de 29% no Centro de reabilitação de deficientes e um máximo de 92% nos Centros de dia para idosos.

RECOMENDAÇÕES

O presente relatório de análise da Carta Social de Cabo Verde, assim como o Atlas Social trazem ao conhecimento público dados detalhados, fiáveis e comparáveis nomeadamente sobre os equipamentos sociais existentes, a situação destes, mas também sobre as valências, a capacidade instalada, o nível de utilização, os serviços prestados, o pessoal ao serviço, o nível de instrução e a área de formação, mas também sobre outros aspectos que permitem aferir sobre o nível de conforto e a qualidade dos serviços prestados. Não foi intenção inicial realizar uma análise institucional, e nesse sentido, não foram abordadas as perspectivas, nem auscultadas as aspirações das entidades gestoras, bem como do pessoal ao serviço. Contudo, os trabalhos de análise realizados sugerem medidas de ordem regulamentar e institucional que aqui são avançadas em jeito de recomendações.

1. A diversidade e a cobertura actual assegurada pelos equipamentos e serviços sociais requerem que sejam adoptados regulamentos competentes, fixando os requisitos em termos de instalações, de pessoal, entre outros para a abertura e funcionamento de equipamentos e serviços sociais, estabelecendo o processo de atribuição de alvará obrigatório, fixando a tutela licenciadora e inspectiva desses serviços, e ainda o regime de inspecção periódica aos equipamentos e serviços sociais. Mais sugere-se que, no prazo máximo de um ano seja adoptado o referido dispositivo legal e seja implementado o competente quadro institucional.

2. Pretendendo a Carta Social de Cabo Verde ser um inventário permanente dos equipamentos, serviços e respostas sociais, um instrumento de diagnóstico e de apoio à tomada de decisão para os poderes públicos no domínio da solidariedade social, designadamente para a correcção das assimetrias regionais, mas também de controlo da intervenção pública e das organizações da sociedade civil no domínio da solidariedade social, deverá passar de mera operação para sistema. Assim, independentemente da realização de novo recenseamento dos equipamentos e serviços sociais, dentro de dois anos, prioridade deve ser dada à criação de condições para a actualização regular e automática, pela via das fontes administrativas. Aliás a regulamentação acima referida, e a inspecção pressupõem que, seja transformada numa base de dados de gestão e assim, como já referido, tornando-se obrigatório o licenciamento, o alvará e inspecção

regular, tem-se, pela via administrativa uma imagem actualizada, senão em tempo real, da rede de equipamentos e serviços sociais.

Assim, fornecerá a todo o momento e em tempo oportuno, informação recente para a tomada de decisões em matéria de localização e dimensionamento de investimentos, mas também de reforço das capacidades dos equipamentos e serviços sociais, como também as de ordem regulamentar e inspectiva.

3. Publicados o Relatório de Análise da Carta Social e o Atlas Social, recomenda-se ainda a implementação efectiva do web-site da Direcção Geral da Solidariedade Social e o alojamento de uma extracção da base de dados da Carta Social, com o essencial das informações de utilidade pública, para que a Carta Social possa cumprir a finalidade de disponibilizar informação, àqueles que precisam de serviços sociais.

ANEXO



Ministério do Trabalho e Solidariedade
Direcção Geral da Solidariedade Social
Praia - CP 453 , Tel. 60 0 7 11/ 61 12 51 ; Fax: 61 01 63



Praia- CP 116, Tel. 61 38 27 / 61 39 60, Fax. 61 16 56

PROJECTO «CARTA SOCIAL DE CABO VERDE»

RECENSEAMENTO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS

BOLETIM DO EQUIPAMENTO SOCIAL

Nome do equipamento _____

Numero de terreno

Ilha _____

Concelho _____

N.º de identificação

VISITAS	1	2	3
DATA	/ / / / / / / /	/ / / / / / / /	/ / / / / / / /
RESULTADO*	_____	_____	_____
PRÓXIMA VISITA: DATA	/ / / / / / / /	/ / / / / / / /	/ / / / / / / /
HORA	_____	_____	

*Resultado da visita: Entrevista Completa, Entrevista Incompleta.

Nome do Inquiridor _____

Nome do Supervisor _____

Nome do Digitador _____

AUTORIDADE E SEGREDO ESTATÍSTICO

Lei 15/V/96, de 11 de Novembro

Artigo 6º § 1. AUTORIDADE ESTATÍSTICA

1. No exercício de sua actividade, o INE e os órgãos produtores de estatísticas sectoriais podem realizar inquéritos e efectuar todas as diligências necessárias à produção de dados estatísticos e podem solicitar informações a todos os funcionários, autoridades, serviços ou organismos e a todas as pessoas singulares e colectivas que se encontram no território Nacional ou nele exerçam a sua actividade.

Artigo 7º § 2. SEGREDO ESTATÍSTICO

2. Todas as informações estatísticas de carácter individual, colhidas pelos órgãos que compõem o SEN são de natureza confidencial

I. IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO

E1. Nome do Equipamento _____

E2. Contacto

1. Endereço _____

2. Caixa Postal _____ 3. Telefone | | | | | | |

4. Fax | | | | | | |

5. E -mail: _____

E3. Localização

1. Ilha _____ | 2. Concelho _____ | |

3. Freguesia _____ | | | |

4. Cidade/Vila/Zona _____ | | | | | |

5. Bairro/Lugar _____ | | | | | | | |

E4. Coordenadas geográficas do Equipamento

Latitude.....| | ° | | ' | | ''

Longitude.....| | ° | | ' | | ''

Altitude.....| | | metros

4. Ponto de referência

E5. Situação do Equipamento

1- Em funcionamento como equipamento social

2- Em funcionamento para outros fins

3- Suspenso

4- Aguarda o início de funcionamento

5- Encerrado

6- Em construção

9- Outro (ESPECIFIQUE) _____

SE A RESPOSTA A PERGUNTA E5 FOR 2, 3, 5, 6 ou 9, PREENCHA APENAS AS PERGUNTAS E7, E8, E9, E10.

E6. Situação Jurídica do Equipamento

O equipamento é oficializado ? 1. Sim 2. Não 3. Não Sabe

Se Sim, Data de oficialização / __/__/__/__/__/__/

Entidade proprietária do equipamento**E7. Nome da entidade proprietária do Equipamento**

E8. Contacto

1.Endereço _____

2.Caixa Postal _____ 3. Telefone |__|__|__|__|__| 4.Fax |__|__|__|__|__|

5. E- mail: _____

E9. Localização

1. Ilha _____

2.Concelho _____

3. Freguesia _____

4. Cidade/Vila/Zona _____

5. Bairro/Lugar _____

E10. Natureza Jurídica da Entidade Proprietária

1- ONG

2- Fundação de Solidariedade Social

3- Associação Comunitária

4- Organização/Confissão religiosa

5 - Associação Mutualista

6-Serviço de administração pública

7- Autarquia local

8-Empresa

9.Serviços Sociais de empresa

10-Outra entidade com fins lucrativas

99- Outro (ESPECIFIQUE) _____

Entidade Gestora do Equipamento

CASO ESTA COINCIDIR COM ENTIDADE PROPRIETÁRIA DE EQUIPAMENTO REGISTE APENAS O NOME E PROSSIGA COM E15.

E11. Nome da Entidade Gestora do Equipamento

E12. Contacto

1.Endereço _____

2.Caixa Postal _____ 3. Telefone |__|__|__|__|__| 4.Fax |__|__|__|__|__|

5. E- mail: _____

E13. Localização

1. Ilha _____ 2. Concelho _____
2. Freguesia _____
4. Cidade/Vila/Zona _____
5. Bairro/Lugar _____

E14. Natureza Jurídica da Entidade gestora do equipamento

- 1- ONG 2- Fundação de Solidariedade Social
- 3- Associação Comunitária 4- Organização/Confissão religiosa
- 5 - Associação Mutualista 6-Serviço de administração pública
- 7- Autarquia local 8-Empresa
- 9.Serviços Sociais de empresa 10 -Outra entidade com fins lucrativas
- 99- Outro (Especifique) _____

II- DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO**E15. O equipamento está dentro de uma aglomeração populacional?**

- 1- Sim 2- Não

E16. Tipo de Instalação

- 1- Prédio apenas no rés-do-chão 2- Prédio incluindo rés-do-chão
- 3- Prédio não incluindo rés-do-chão 4-Casa individual/moradia
- 5-Complexo 6- Garagem
- 9-Outro (Especifique) _____

E17. Tipo de Construção

- 1- De raiz 2- Adaptado
- 9-Outro (ESPECIFIQUE) _____

E18. Numa escala de 0 a 10, qual a pontuação que atribui a este equipamento quanto a seu de Estado de Conservação ?

Pontuação.....|

E19. Regime de Ocupação (DEVENDO SER CONSIDERADA A ENTIDADE GESTORA)

- 1- Próprio 2- Arrendado
- 3- Cedido/emprestado 9- Outro (ESPECIFIQUE) _____

E20. Qual a principal forma de evacuação das águas residuais ?

- | | |
|-------------------------|------------------------------|
| 1. Fossa séptica | 2- Rede esgoto |
| 3- Redor do Equipamento | 9- Outro (ESPECIFIQUE) _____ |

E21. Qual a Forma principal de abastecimento de água?

- | | | |
|------------------------------|-------------|----------------|
| 1- Agua canalizada | 2- Cisterna | 3- Auto-tanque |
| 4- Chafariz | 5- Poço | 6- Levada |
| 9- Outro (ESPECIFIQUE) _____ | | |

Fontes de Financiamento para construção/remodelação

APLICA-SE APENAS AS CONSTRUÇÕES FEITAS DE RAIZ OU ADAPTADAS

E22. Fonte de financiamento da construção (RESPOSTAS MÚLTIPLAS)

- | | | |
|----------------------|--------------------|------------------------------|
| 1- Autofinanciamento | 2- Autarquia | 3- Governo |
| 4- Empresa Privada | 5- Empresa Pública | 6- Cooperação internacional |
| 7- ONG nacional | 8- Particular | 9- Outro (ESPECIFIQUE) _____ |

E23. O equipamento foi remodelado nos últimos 5 anos (Maio 1999 – Maio 2004)?

1. Sim 2. Não (SE NÃO, PROSSIGA COM E25)

E24. Fonte de financiamento da ultima remodelação

Fonte de financiamento da construção (RESPOSTAS MÚLTIPLAS)

- | | | |
|----------------------|--------------------|------------------------------|
| 1- Autofinanciamento | 2- Autarquia | 3- Governo |
| 4- Empresa Privada | 5- Empresa Pública | 5- Cooperação internacional |
| 7- ONG nacional | 8- Particular | 9- Outro (ESPECIFIQUE) _____ |

Valências existentes no Equipamento

E25. Numero de Valências do Equipamento|_|

E26. Listagem das Valências (Nome)

- | | |
|----------|---|
| 1. _____ | _ |
| 2. _____ | _ |
| 3. _____ | _ |
| 4. _____ | _ |
| 5. _____ | _ |

OBSERVAÇÃO

As Valências são classificadas segundo o tipo:

- **Valências do tipo A:** creches, jardins de infância, serviço de apoio domiciliário, centro de apoio sócio- educativo, centro de recuperação nutricional, centro de acolhimento para crianças e jovens em situação de risco, lares para crianças e jovens em situação de risco, centro de convívio para idosos, centro de dia para idosos, lares para idosos e lar/residência para estudantes, centro de emergência infantil.
- **Valências do tipo B:** centros de juventude, centros comunitários.
- **Valências do tipo C:** centro de reabilitação dos deficientes, centro de reabilitação dos toxicodependentes, centro de reabilitação dos alcoólicos e de actividades ocupacionais para deficientes.
- **Valências do tipo D :** ocupação de tempos livres, colónias de férias

VALÊNCIA NO EQUIPAMENTO

Valência.....Nº |_1_|

V1. Nome da Valência _____

V2. Identificação da Entidade Gestora

CONFIRA E25 (numero de valências no equipamento):

- Se igual a 1, Passe para a pergunta V4;

- Se superior a 1, Confira se a entidade gestora da valência for a entidade Gestora do equipamento.
No caso afirmativo registre apenas o nome e passe imediatamente a questão V4 .

1. Nome da Entidade Gestora

2. Endereço

3. Caixa Postal _____

4. Telefone |_|_|_|_|_|_|_|

5. Fax |_|_|_|_|_|_|_|

6. E- mail: _____

V3. Natureza Jurídica da Entidade gestora da valência

1- ONG

2- Fundação de Solidariedade Social

3- Associação Comunitária

4- Organização/Confissão religiosa

5 - Associação Mutualista

6- Serviço de administração pública

7- Autarquia local

8- Empresa

9- Serviços Sociais de empresa

10 - Outra entidade com fins lucrativas

99- Outro (Especifique) _____

V4. Situação Jurídica da Valência

O equipamento é oficializado ?

1. Sim 2. Não 3. Não Sabe

Se Sim, Data de oficialização /___/___/___/___/___/___/

V5. Funcionamento

Data de Inicio de Funcionamento (EM DIA, MÊS, ANO) /___/___/___/___/___/___/

V6. Horário de funcionamento

- 1- De manhã 2- A tarde 3- Os dois períodos
4- 24 horas/24 5- Período único

V7. Modalidade de funcionamento

- 1-Cinco (5) dias por semana 2- Todos os dias
3- Só fins de semana 4- Menos de 5 dias por semana
5- Ocasionalmente

V8. A valência funciona quantos meses por ano ?

Numero de meses por ano.....|_|_|

Se menos de 12 meses, Meses de Enceramento..... de |_|_| a |_|_|

Capacidade/Utentes

AS PERGUNTAS V9, V10, V11 APLICAM-SE ÀS VALÊNCIAS DO TIPO A e C, EXCEPTO OS CENTROS DE CONVÍVIO E CENTROS DE DIA PARA IDOSOS.

V9. Capacidade instalada. Qual o número de utentes que a valência pode abranger?

Número de utentes.....|_|_|_|

V10. Qual o número de utentes que frequenta actualmente esta valência?

Número total de utentes.....|_|_|_|

V11. Número de utentes inscritos até semana anterior à data da entrevista e por grupo etário e segundo o sexo.

Grupo etário (anos)	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
< 1			
1-3			
4-6			
7-9			
10-12			
13-15			
16-18			
19-29			
30-39			
40-49			
50-59			
60 e +			
Total			

V12. Número Médio de utentes por dia .

A PERGUNTA V12 APLICA-SE ÀS VALÊNCIAS DO **TIPO B**, e AOS CENTROS DE CONVÍVIO E CENTROS DE DIA PARA IDOSOS.

Número Médio de utentes por dia.....|_|_|_|

V13. Categoria de utentes.

APENAS PARA OS CENTROS DE REABILITAÇÃO DOS DEFICIENTES E DE APOIO SÓCIO-EDUCATIVO.

Qual a categoria de utentes que frequenta a valência?

- | | |
|------------------------|------------------------------|
| 1- Deficiente visual | 2- Deficiente motor |
| 3- Deficiente auditivo | 9- Outro (ESPECIFIQUE) _____ |

V14. Motivo de Admissão.

PARA AS VALÊNCIAS COMO CENTROS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E JOVENS, LARES PARA IDOSOS, CENTROS DE DIA PARA IDOSOS (RESPOSTAS MÚLTIPLAS).

Qual o motivo de admissão de pessoa na (NOME da valência)? (RESPOSTAS MÚLTIPLAS)

- | | | |
|-----------------------|--|-----------------------------|
| 1- Abandono | 2- Desajustamento/Negligência familiar | |
| 3- Carência económica | 4- Isolamento | 9-Outro (ESPECIFIQUE) _____ |

V15. Serviços prestados/Actividades desenvolvidas.

Quais os Serviços prestados aos utentes e actividades desenvolvidas pela (NOME da valência)?

(RESPOSTAS MÚLTIPLAS)

- 1-Serviço médico
- 2-Serviço de enfermagem
- 3-Cuidados de Higiene
- 4-Alimentação
- 5-Alojamento
- 6-Transporte
- 7-Apoio psicossocial
- 8-Apoio pedagógico
- 9-Concessão de dispositivos de compensação
- 10-Serviço sócio-educativo
- 11- Formação profissionalizante
- 12- Informação/sensibilização
- 13-Cultural
- 14- Lúdica/Recreativa
- 15- Desportivo
- 16- Adopção
- 17- Apadrinhamento
- 18- Famílias substitutas
- 99- Outro (ESPECIFIQUE) _____

V16. Fontes de financiamento para funcionamento (RESPOSTAS MÚLTIPLAS)

- 1- Autofinanciamento 2- Autarquia 3- Governo
 4- Empresa Privada 5- Empresa Pública 5- Cooperação internacional
 7- ONG nacional 8- Particular
 9- Outro (ESPECIFIQUE) _____

V17. Custos para os utentes**O acesso a valência é gratuita ?**

- 1- Sim 2- Não (SE NÃO, PROSSIGA COM V18 E V19)

V18. Mensalidade mínima (de pagamento por utente)..... |_|_|_|_|_| Escudos

V19. Mensalidade máxima (de pagamento por utente)..... |_|_|_|_|_| Escudos.

V20- A PERGUNTA A SEGUIR APLICA-SE APAENAS ÀS VALÊNCIAS QUE POSSUEM COMO ACTIVIDADES ADOPÇÃO, APADRINHAMENTO E FAMÍLIAS SUBSTITUTAS

Qual o número de pessoas atendido pela (NOME da ENTIDADE GESTORA) para esta valência nos últimos 4 anos?

Número de pessoas atendido nos últimos 4 anos

Ano Actividade	2000		2001		2002		2003	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Adopção								
Apadrinhamento								
Famílias Substitutas								

V21. Recursos humanos. INFORMAÇÕES REFERENTES AO PESSOAL AO SERVIÇO DA VALENCIA, NA SEMANA ANTERIOR À DATA DA ENTREVISTA

Nº de Linha	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)				
	Nome	sexo	função	vínculo	Regime de trabalho	Nível de Instrução	Área de formação	Valencia afectada				
								1	2	3	4	5
01												
02												
03												
04												
05												
06												
07												
08												
09												
10												
11												
12												
13												

CÓDIGOS Função/Ocupação				Vínculo	Regime	Nível Instrução
PESSOAL TÉCNICO		PESSOAL NÃO TÉCNICO		1- Permanente/ Contrato Indeterm.	1- Tempo inteiro	1- Sem instrução
01- Pessoal Dirigente	08- Médico	13 - Administrativo	20- Ajudante Servi. G	2- Não permanente/Contrato prazo	2- Tempo parcial	2-Alfabetizado
02- Educadora Infância	09- Enfermeiro	14- Aux. administração	99- Outro	3- Sem Vínculo/ Sem Contrato		3-Primario/EBI
03- Orientadora de jardim	10- Fisioterapeuta	15- Pessoal de limpeza		4- Voluntário		4-Secundário Incompleto
04- Monitora	11- Professor	16- Pessoal de cozinha				5- Secundário Completo
05- Educador/A. Social	12-Mestre de Oficina	17 Pessoal de lavanderia				6- Curso médio
06- Assistente Social	98- Outro	18- Motorista				7- Licenciatura
07- Psicólogo		19- Guarda				/Mestrado

OBSERVAÇÃO: SE O EQUIPAMENTO A QUE PERTENCE ESTA VALÊNCIA POSSUI OUTRAS VALÊNCIAS, UTILIZE A FICHA ADICIONAL E REGISTE TODAS AS RESPECTIVAS INFORMAÇÕES.



Ministério do Trabalho e Solidariedade
Direcção Geral da Solidariedade Social
Praia - CP 453 , Tel. 60 0 7 11/ 61 12 51 ; Fax: 61 01 63



Praia- CP 116, Tel. 61 38 27 / 61 39 60, Fax. 61 16 56

PROJECTO «CARTA SOCIAL DE CABO VERDE»

RECENSEAMENTO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SOCIAIS

BOLETIM ADICIONAL

ESTE BOLETIM É APLICÁVEL ÀS VALÊNCIAS NUMEROS 2 E SEGUINTES

Nome Do Equipamento _____

N.º de identificação

Nome Da Valência _____ N.º

Ilha _____

Concelho _____

VISITAS	1	2	3
DATA	/ / / / / / / /	/ / / / / / / /	/ / / / / / / /
RESULTADO*	_____	_____	_____
PRÓXIMA VISITA: DATA	/ / / / / / / /	/ / / / / / / /	/ / / / / / / /
HORA	_____	_____	

*Resultado da visita: Entrevista Completa, Entrevista Incompleta.

Nome do Inquiridor _____

Nome do Supervisor _____

Nome do Digitador _____

NOME do Equipamento em que se encontra inserida a Valência

Localização

1. Ilha _____

2. Concelho _____

3. Freguesia _____

4. Cidade/Vila/Zona _____

5. Bairro/Lugar _____

V1. Nome da Valência _____

V2. Identificação da Entidade Gestora

CASO ESTA COINCIDIR COM A ENTIDADE PROPRIETÁRIA DO EQUIPAMENTO, REGISTE APENAS O NOME, E PASSE PARA V4.

1. Nome _____

2. Endereço _____

3. Caixa Postal _____ 4. Telefone _____ 5. Fax _____

6. E- mail: _____

V3. Natureza Jurídica da Entidade gestora da valência

1- ONG

2- Fundação de Solidariedade Social

3- Associação Comunitária

4- Organização/Confissão religiosa

5 - Associação Mutualista

6- Serviço de administração pública

7- Autarquia local

8- Empresa

9- Serviços Sociais de empresa

10 -Outra entidade com fins lucrativas

99- Outro (Especifique) _____

1. Nome da Entidade Gestora

2. Endereço _____

3. Caixa Postal _____ **4. Telefone** _____

5. Fax _____

6. E- mail: _____

V3. Natureza Jurídica da Entidade gestora da valência

- | | |
|--------------------------------|---|
| 1- ONG | 2- Fundação de Solidariedade Social |
| 3- Associação Comunitária | 4- Organização/Confissão religiosa |
| 5 - Associação Mutualista | 6- Serviço de administração pública |
| 7- Autarquia local | 8- Empresa |
| 9- Serviços Sociais de empresa | 10 - Outra entidade com fins lucrativas |
| 99- Outro (Especifique)_____ | |

V4. Situação Jurídica da Valência**O equipamento é oficializado ?**

1. Sim 2. Não 3. Não Sabe

Se Sim, Data de oficialização / __/__/__/_/_/_/_/_/

V5. Funcionamento

Data de Início de Funcionamento (EM DIA, MÊS, ANO) / __/__/__/_/_/_/_/_/

V6. Horário de funcionamento

- | | | |
|----------------|------------------|---------------------|
| 1- De manhã | 2- A tarde | 3- Os dois períodos |
| 4- 24 horas/24 | 5- Período único | |

V7. Modalidade de funcionamento

- | | |
|-----------------------------|-------------------------------|
| 1-Cinco (5) dias por semana | 2- Todos os dias |
| 3- Só fins de semana | 4- Menos de 5 dias por semana |
| 5- Ocasionalmente | |

V8. A valência funciona quantos meses por ano ?

Numero de meses por ano.....|_|_|

Se menos de 12 meses, Meses de Enceramento..... de |_|_| a |_|_|

Capacidade/Utentes

AS PERGUNTAS V9, V10, V11 APLICAM-SE ÀS VALÊNCIAS DO TIPO A e C, EXCEPTO OS CENTROS DE CONVÍVIO E CENTROS DE DIA PARA IDOSOS.

V9. Capacidade instalada. Qual o número de utentes que a valência pode abranger?

Número de utentes.....|_|_|_|

V10. Qual o número de utentes que frequenta actualmente esta valência?

Número total de utentes.....|_|_|_|

V11. Número de utentes inscritos até semana anterior à data da entrevista e por grupo etário e segundo o sexo.

Grupo etário (anos)	Sexo		
	Masculino	Feminino	Total
< 1			
1-3			
4-6			
7-9			
10-12			
13-15			
16-18			
19-29			
30-39			
40-49			
50-59			
60 e +			
Total			

V12. Número Médio de utentes por dia .

A PERGUNTA V12 APLICA-SE ÀS VALÊNCIAS DO TIPO B, e AOS CENTROS DE CONVÍVIO E CENTROS DE DIA PARA IDOSOS.

Número Médio de utentes por dia.....|_|_|_|

V13. Categoria de utentes.

APENAS PARA OS CENTROS DE REABILITAÇÃO DOS DEFICIENTES E DE APOIO SÓCIO-EDUCATIVO.

Qual a categoria de utentes que frequenta a valência?

1- Deficiente visual

2- Deficiente motor

3- Deficiente auditivo

9- Outro (ESPECIFIQUE) _____

V14. Motivo de Admissão.

PARA AS VALÊNCIAS COMO CENTROS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E JOVENS, LARES PARA IDOSOS, CENTROS DE DIA PARA IDOSOS (RESPOSTAS MÚLTIPLAS).

Qual o motivo de admissão de pessoa na (NOME da valência)?

- 1- Abandono 2- Desajustamento/Negligência familiar
3- Carência económica 4- Isolamento 9-Outro (ESPECIFIQUE) _____

V15. Serviços prestados/Actividades desenvolvidas.

Quais os Serviços prestados aos utentes e actividades desenvolvidas pela (NOME da valência)? (RESPOSTAS MÚLTIPLAS)

- 1-Serviço médico
- 2-Serviço de enfermagem
- 3-Cuidados de Higiene
- 4-Alimentação
- 5-Alojamento
- 6-Transporte
- 7-Apoio psicossocial
- 8-Apoio pedagógico
- 9-Concessão de dispositivos de compensação
- 10-Serviço sócio-educativo
- 11- Formação profissionalizante
- 12- Informação/sensibilização
- 13-Cultural
- 14- Lúdica/Recreativa
- 15- Desportivo
- 16- Adopção
- 17- Apadrinhamento
- 18- Famílias substitutas
- 19- Colónias de férias
- 99- Outro (ESPECIFIQUE) _____

V16. Fontes de financiamento para funcionamento (RESPOSTAS MÚLTIPLAS)

- 1- Autofinanciamento 2- Autarquia 3- Governo
4- Empresa Privada 5- Empresa Pública 5- Cooperação internacional
7- ONG nacional 8- Particular
9- Outro (ESPECIFIQUE) _____

V17. Custos para os utentes

O acesso a valência é gratuita ?

- 1- Sim 2- Não (SE NÃO, PROSSIGA COM V18 E V19)

V18. Mensalidade mínima (de pagamento por utente)..... |_|_|_|_|_|_| Escudos

V19. Mensalidade máxima (de pagamento por utente)..... |_|_|_|_|_|_| Escudos.

V20- A PERGUNTA A SEGUIR APLICA-SE APAENAS ÀS VALÊNCIAS QUE POSSUEM COMO ACTIVIDADES ADOPÇÃO, APADRINHAMENTO E FAMÍLIAS SUBSTITUTAS

Qual o número de pessoas atendido pela (NOME da ENTIDADE GESTORA) para esta valência nos últimos 4 anos?

Número de pessoas atendido nos últimos 4 anos

Ano Actividade	2000		2001		2002		2003	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Adopção								
Apadrinhamento								
Famílias Substitutas								

V21. Recursos humanos. INFORMAÇÕES REFERENTES AO PESSOAL AO SERVIÇO DA VALENCIA, NA SEMANA ANTERIOR À DATA DA ENTREVISTA

Nº de Linha	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)				
	Nome	sexo	função	vínculo	Regime de trabalho	Nível de Instrução	Área de formação	Valencia afectada				
								1	2	3	4	5
01												
02												
03												
04												
05												
06												
07												
08												
09												
10												
11												
12												
13												

CÓDIGOS Função/Ocupação				Vínculo	Regime	Nível Instrução
PESSOAL TÉCNICO		PESSOAL NÃO TÉCNICO		1- Permanente/ Contrato Indetermin.	1- Tempo inteiro	1- Sem instrução
01- Pessoal Dirigente	08- Médico	13 - Administrativo	20- Ajudante Serv. G.	2- Não permanente/Contrato prazo	2- Tempo parcial	2-Alfabetizado
02- Educadora Infância	09- Enfermeiro	14- P. Auxiliar de	99- Outro (especifique)	3- Sem Vínculo/ Sem Contrato		3-Primario/EBI
03- Orientadora de jardim	10- Fisioterapeuta	15- Pessoal de limpeza		4- Voluntário		4-Secundario
04- Monitora	11- Professor	16- Pessoal de cozinha				5- Secundário Completo
05- Educador/A. Social	12-Mestre de Oficina	17 Pessoal de lavanderia		Sexo		6- Curso médio
06- Assistente Social	98- Outro	18- Motorista		1- Masculino		7- Licenciatura /Mestrado
07- Psicólogo		19- Guarda		2- Feminino		

OBSERVAÇÃO: SE O EQUIPAMENTO A QUE PERTENCE ESTA VALÊNCIA POSSUI OUTRAS VALÊNCIAS, UTILIZE A FICHA ADICIONAL E REGISTE TODAS AS RESPECTIVAS INFORMAÇÕES.